

The background of the entire page is a vibrant, repeating floral pattern. It features large, stylized flowers in shades of pink, orange, and red, interspersed with smaller, delicate white and pink blossoms. The flowers are set against a lush green background of leaves and stems. The overall aesthetic is reminiscent of traditional folk art or a classic floral fabric design.

INVENTAR, TEGER, ALINHAVAR

UMA ETNOGRAFIA MULTISSITUADA E
AS TECNOLOGIAS SOCIAIS DIRECIONADAS
À INCLUSÃO SOCIAL DE MULHERES

Cristian Leandro Metz

UNIVERSIDADE FEEVALE
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DIVERSIDADE CULTURAL E INCLUSÃO
SOCIAL

DOUTORADO EM DIVERSIDADE CULTURAL E INCLUSÃO SOCIAL

INVENTAR – TECER - ALINHAVAR

**UMA ETNOGRAFIA MULTISSITUADA E AS TECNOLOGIAS SOCIAIS
DIRECIONADAS À INCLUSÃO SOCIAL DE MULHERES**

CRISTIAN LEANDRO METZ

NOVO HAMBURGO, 2022

UNIVERSIDADE FEEVALE
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DIVERSIDADE CULTURAL E INCLUSÃO
SOCIAL
DOUTORADO EM DIVERSIDADE CULTURAL E INCLUSÃO SOCIAL

CRISTIAN LEANDRO METZ

INVENTAR – TECER - ALINHAVAR
UMA ETNOGRAFIA MULTISSITUADA E AS TECNOLOGIAS SOCIAIS
DIRECIONADAS À INCLUSÃO SOCIAL DE MULHERES

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Diversidade Cultural e Inclusão Social da Universidade Feevale como parte dos requisitos exigidos para a obtenção do título de Doutor em Diversidade Cultural e Inclusão Social.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Margarete Fagundes Nunes
Co-orientadora: Prof.^a Dr.^a Ana Luiza Carvalho da Rocha

NOVO HAMBURGO, 2022

DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO (CIP)

Metz, Cristian Leandro.

Inventar, tecer, alinhavar : uma etnografia multissituada e as tecnologias sociais direcionadas à inclusão social de mulheres / Cristian Leandro Metz. – 2022.

157 f. : il. ; 30 cm.

Tese (Doutorado em Diversidade Cultural e Inclusão Social) – Universidade Feevale, Novo Hamburgo-RS, 2022.

Inclui bibliografia.

“Orientadora: Prof.^a Dr.^a Margarete Fagundes Nunes Co-orientadora: Prof.^a Dr.^a Ana Luiza Carvalho da Rocha”.

1. Protagonismo feminino. 2. Tecnologias sociais. 3. Memória do trabalho. 4. Etnografia multissituada. I. Título.

CDU 316-055.2

CRISTIAN LEANDRO METZ

INVENTAR – TECER - ALINHAVAR
UMA ETNOGRAFIA MULTISSITUADA E AS TECNOLOGIAS SOCIAIS
DIRECIONADAS À INCLUSÃO SOCIAL DE MULHERES

COMPONENTES DA BANCA EXAMINADORA:

Prof.^a Dr.^a Margarete Fagundes Nunes – Orientadora

Universidade Feevale – Novo Hamburgo/RS

Prof.^a Dr.^a Ana Luiza Carvalho da Rocha – Co-orientadora

Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) – Porto Alegre/RS

Prof.^a Dr.^a Cornelia Eckert – Avaliadora

Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) – Porto Alegre/RS

Prof.^a Dr.^a Ana Patrícia Barbosa – Avaliadora

Universidade Luterana do Brasil (ULBRA) - Canoas/RS

Prof.^a Dr.^a Dinora Tereza Zucchetti – Avaliadora

Universidade Feevale – Novo Hamburgo/RS

Em memória ao meu pai Hugo Metz (1944-2019)
que um dia, orgulhoso e emocionado, disse:
“Eu vou ter um filho Doutor!”

O tempo muito me ensinou:
ensinou a amar a vida, não desistir de lutar,
renascer na derrota, renunciar às palavras e pensamentos negativos,
acreditar nos valores humanos e a ser otimista.
Aprendi que mais vale tentar do que recuar...
Antes acreditar do que duvidar, que o que vale na vida,
não é o ponto de partida e sim a nossa caminhada.

Cora Coralina

PALAVRAS DE GRATIDÃO

Essa história eu não trilhei sozinho... reconhecer a importância de todos e todas que fizeram parte dela me inspira a agradecer.

Aos Guias e Orixás que me sustentam diariamente e por não me deixarem desanimar frente às dificuldades encontradas nesta trajetória;

Aos meus pais, Hugo (em memória) e Noeli que sempre me indicaram o melhor caminho e por serem responsáveis pela pessoa que sou;

A minha irmã Graziela, que me compreende e me apoia;

Ao Leonardo que me renova a cada dia a alegria de viver;

Ao Nico e a Nina, irmãos de coração, com quem tenho o privilégio da convivência e a certeza da amizade e do carinho;

A Marilu, que está sempre me amparando com sua amizade sincera;

Às minhas orientadoras, prof.^a Dr.^a Ana Luiza Carvalho da Rocha e prof.^a Dr.^a Margarete Fagundes Nunes, por toda a dedicação direcionadas a mim e por todas as oportunidades de trocas, conversas, conselhos, orientações e por me proporcionar inúmeros momentos de inquietação para o meu crescimento enquanto pesquisador;

Às professoras avaliadoras deste trabalho, prof.^a Dr.^a Cornelia Eckert, prof.^a Dr.^a Ana Patrícia Barbosa, prof.^a Dr.^a Dinorá Tereza Zucchetti e prof.^a Dr.^a Fernanda Storck Pinheiro (qualificação) pela generosidade nas considerações construtivas e pela disponibilidade na leitura atenciosa do trabalho;

A CAPES, pelo auxílio financeiro;

Ao PPG em Diversidade Cultural e Inclusão Social da Universidade Feevale/NH por me permitir realizar esta pesquisa;

As minhas interlocutoras Dona Noeli, Lidiane, Mariglei e Nívia por me receberem com tanto carinho e por compartilharem comigo seus saberes;

Às gestoras das Instituições, Helena e Carine, pelo incentivo, apoio e disponibilidade;

A minha querida amiga e grande pesquisadora Sandra Maria Costa dos Passos Colling pela leitura atenta e contribuições no texto final;

Aos colegas de orientação Fabia Holanda, Francine Rodrigues, Jander Fernandez e Jaqueline Cardoso pelas trocas e momentos de aprendizagem;

Aos colegas do doutorado pelo auxílio nos momentos conturbados e pela alegria nos momentos vividos juntos e juntas;

Aos meus mestres, que não mediram esforços para que os conteúdos e lições de vida fossem aprendidos e apreendidos como exemplos a serem seguidos.

Muito, muito obrigado!

RESUMO

Inventar, tecer e alinhar são verbos de ação que estão intimamente ligados às artesanias dos ofícios manuais. Deste modo, esta tese relata a experiência do pesquisador frente às atividades de capacitação e aprimoramento das técnicas para mulheres que buscam a sua promoção e a afirmação do protagonismo feminino apresentando três oficinas de práticas laborais ligados aos ofícios de corte e costura e desenvolvimento de peças de vestuário em duas cidades do estado do Rio Grande do Sul. A oficina “Inventando Moda” ocorreu no ano de 2012 no Centro de Vivência Redentora (localizado no bairro Diehl em Novo Hamburgo/RS) e tinha como eixo condutor do seu trabalho a técnica de customização de peças de vestuário. A oficina de feltragem de lã de ovelha foi realizada com as mulheres quilombolas da Comunidade do Rincão da Chirca em Rosário do Sul/RS, no momento em que optam pelo aprimoramento de técnicas utilizando a lã da ovelha crioula. Já a oficina “Alinhavando Vidas” ocorreu no ano de 2015 no Centro Comunitário Raio de Sol (no bairro Roselândia em Novo Hamburgo/RS) e tinha como objetivo capacitar mulheres nos ofícios de corte, costura e modelagem de vestuário. Utilizei por inspiração, os estudos do método etnográfico, por meio da etnografia multissituada: a etnografia é um método composto por técnicas e procedimentos para a coleta de dados e acontece a partir da convivência do pesquisador com os grupos estudados; já a etnografia multissituada consiste em aplicar as técnicas do método etnográfico nos diferentes campos, a medida em que o pesquisador se desloca entre eles. Por meio do estudo de trajetórias sociais e narrativas biográficas apresento o percurso de mulheres que participaram das oficinas e como as trocas de saberes se efetivam em suas vidas bem como situo as Instituições envolvidas na promoção destas atividades. Como ação direcionada às mulheres, este trabalho buscou compreender como a participação e a representação social estimuladas por projetos de ação afirmativa se configuram como instrumentos decisivos de visibilidade atuando, também, como base para o reconhecimento e o acesso à inclusão social.

Palavras-chave: Protagonismo feminino. Tecnologias sociais. Memória do trabalho. Etnografia Multissituada.

ABSTRACT

Inventing, weaving and basting are action verbs that are closely linked to the crafts of manual trades. In this way, this thesis reports the experience of the researcher facing the activities of training and improvement of techniques for women who seek their promotion and the affirmation of female protagonism by presenting three workshops of labor practices related to the crafts of cutting and sewing and development of garments in two cities in the state of Rio Grande do Sul. The workshop "Inventando Moda" took place in 2012 at the Centro de Vivência Redentora (located in the Diehl neighborhood in Novo Hamburgo/RS) and had as the main axis of its work the technique of customization of garments. The sheep wool felting workshop was held with quilombola women from the Community of Rincão da Chirca in Rosário do Sul/RS, at the time they choose to improve their techniques using wool from Creole sheep. The "Alinhavando Vidas" workshop took place in 2015 at the Raio de Sol Community Center (in the Roselândia neighborhood in Novo Hamburgo/RS) and aimed to train women in the trades of cutting, sewing, and modeling clothing. I used for inspiration, the studies of the ethnographic method, through the multi-situated ethnography: Ethnography is a method composed of techniques and procedures for data collection and is based on the researcher's coexistence with the groups studied; multisite ethnography, on the other hand, consists in applying the techniques of the ethnographic method in different fields, as the researcher moves among them. Through the study of social trajectories and biographical narratives I present part of women who participated in the workshops and how the exchanges of knowledge takes place in their lives as well the institutions involved in promoting these activities. As an action directed at women, this work sought to understand how participation and social representation stimulated by affirmative actions projects they are also a decisive instruments of visibility, also acting as a basis for recognition and access to social inclusion.

Keywords: Feminine Protagonism. Social technologies. Work memory. Multisited Ethnography.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Dona Noeli Dhein Metz	37
Figura 2 - Primeiro prédio de Novo Hamburgo - Novoseguro.....	39
Figura 3 - Localização da cidade de Novo Hamburgo	39
Figura 4 - Lidiane Gorete Barbian	40
Figura 5 - Nílvia Santos de Aquino.....	42
Figura 6 - BR 116 margeando o bairro Roselândia e imagem de satélite do bairro ..	45
Figura 7 - Bairros Roselândia e Diehl localizados na fronteira da cidade de Novo Hamburgo	48
Figura 8 - Localização da cidade de Rosário do Sul no mapa do Rio Grande do Sul	49
Figura 9 - Mariglei Dias de Lima.....	50
Figura 10 - Localização do Rincão da Chirca na cidade de Rosário do Sul (RS)	51
Figura 11 - Parte das casas que compõem a comunidade quilombola Rincão da Chirca	53
Figura 12 - Objetivos de Desenvolvimento sustentável alinhados ao trabalho de tese	69
Figura 13 - Bodas de ouro dos pais de Arno Kirsch	87
Figura 14 - Trajeto realizado por Dona Noeli, de casa até Campo bom, em busca de serviço para o seu atelier	93
Figura 15 - Logotipo da Fundação Semear	104
Figura 16 - Helena Thomé	105
Figura 17 – Confraternização após uma tarde de trabalho.....	105
Figura 18 - Logotipo do Centro de Vivência Redentora.....	106
Figura 19 - Definição do Centro de Vivência Redentora.....	106
Figura 20 - Descrição do Programa de Iniciação Profissional - Projeto Vencer	107
Figura 21 - Logotipo da Fundação Luterana de Diaconia	107
Figura 22 - Sobre a Fundação Luterana de Diaconia.....	108
Figura 23 - A composição do Conselho da Fundação Luterana de Diaconia	108
Figura 24 - Atuação Diaconal da FLD	109
Figura 25 - Apoio de projetos da Fundação Luterana de Diaconia	109
Figura 26 - Sobre a atuação da Fundação Luterana de Diaconia	110

Figura 27 - Logotipo da AEVAS	111
Figura 28 - Carine Machado de Oliveira.....	112
Figura 29 - Sobre o Centro Comunitário Raio de Sol	114
Figura 30 - Sacola produzida com a técnica de customização	121
Figura 31 - Mix dos produtos confeccionados na oficina Inventando Moda.....	126
Figura 32 - O amanhecer a caminho do Rincão da Chirca	127
Figura 33 - Fotocronografia da oficina de feltragem de lã na comunidade quilombola Rincão da Chirca	130
Figura 34 - Construções no bairro Roselândia	133
Figura 35 - Atividade de separação de tecidos para confecção de bolsas	134
Figura 36 - Fotocronografia da oficina Alinhavando Vidas no bairro Roselândia em Novo Hamburgo.....	135
Figura 37 - Matéria do Jornal NH sobre as atividades no laboratório da Universidade Feevale	139
Figura 38 - Frame da crônica "Inventar - Tecer - Alinhar"	142

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Plano de Trabalho da Oficina "Inventando Moda"	122
---	-----

LISTA DE SIGLAS

AEVAS – Associação Evangélica de Ação Social

CVR – Centro de Vivência Redentora

FLD – Fundação Luterana de Diaconia

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IPTU – Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana

CORSAN – Companhia Riograndense de Saneamento

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	18
PARTE 1 – TECER.....	27
1. “TECENDO RELAÇÕES METODOLÓGICAS” – O MÉTODO ETNOGRÁFICO E A ETNOGRAFIA MULTISSITUADA	29
2. “TESSITURAS DOS ESPAÇOS” – AS PARCEIRAS DE PESQUISA E OS CAMPOS ONDE ELA ACONTECE	37
PARTE 2 - ALINHAVAR.....	56
3. “ALINHAVANDO CONCEITOS” – PRÁTICAS AFIRMATIVAS PARA O ENFRENTAMENTO DAS DESIGUALDADES.....	58
4. “ALINHAVANDO IDEIAS” – BREVES CONSIDERAÇÕES SOBRE AS QUESTÕES DE GÊNERO E RAÇA/ETNIA.....	71
5. “ENTRELAÇANDO HISTÓRIAS” – SOBRE A QUESTÃO DO TRABALHO ...	83
5.1 AS MEMÓRIAS DO TRABALHO DAS PARCEIRAS DE PESQUISA.....	86
PARTE 3 - COSER.....	101
6. “COSENDO INICIATIVAS” - O TERCEIRO SETOR E AS INSTITUIÇÕES PROMOTORAS DAS OFICINAS.....	103
7. “COSENDO SABERES” – AS TECNOLOGIAS SOCIAIS COMO ALIADAS À INCLUSÃO SOCIAL.....	117
PARTE 4 - BORDAR	141
8. “BORDANDO MEMÓRIAS” – A PARTICIPAÇÃO NAS OFICINAS PELAS VOZES DAS INTERLOCUTORAS	142
BORDADO FINAL	143
REFERÊNCIAS	149

Ninguém deixa seu mundo sem ser perfurado por suas raízes ou com um aspirador para a alma. Nós carregamos conosco a memória de muitos tecidos, o corpo molhado de nossa história, nossa cultura; uma memória, às vezes dispersa, às vezes nítida e clara, as ruas da nossa infância, adolescência; reminiscência de algo distante que de repente está diante de nós, em nós, um gesto tímido, uma mão aberta, um sorriso perdido no tempo e no mal-entendido, uma frase simples, possivelmente já esquecida pelo que a disse. Uma palavra para um período tão longo tentou a falar, se afogou na inibição sempre com medo de ser rejeitada, o que implica uma falta de confiança em nós mesmos e também significa aversão ao risco.

Paulo Freire em "*Pedagogia da Esperança*"

INTRODUÇÃO

O trabalho que apresento a seguir, cujos objetivos aparecerão no decorrer do texto, é o resultado das diversas “mãos” que me moldaram e que contribuíram para a realização (e concretização) de algo que já se mostrava presente na minha formação, inconscientemente e inicialmente vaga e que, por fim, concretizam-se na escrita deste trabalho de tese. Por tratar-se, neste primeiro momento, de memórias/histórias/escolhas pessoais, permito-me utilizar a primeira pessoa para trazer à tona lembranças de fatos que me formaram (e que me trazem até este momento no qual me encontro, ainda em formação), me motivaram e conduziram este trabalho, quase que como uma autobiografia. Para a construção deste trabalho precisei relativizar... relativizar com o meu campo de pesquisa, com o meu objeto de estudos e, principalmente, comigo mesmo quando me volto às minhas memórias que me constroem enquanto sujeito pesquisador.

Entretanto, não há como dissociar o sujeito pesquisador do sujeito político que sim, ocupam a mesma matéria no mesmo tempo/espaço; este trabalho se dá a partir de inquietações minhas quando me deparo com a injustiça social, com a dificuldade de acesso aos recursos mínimos para o pleno desenvolvimento da cidadania e nas formas como essas carências contribuem para a constituição dos sujeitos e espaços que serão vistos no decorrer do texto. Eu sempre acreditei que as trocas de saberes podem transformar as pessoas e esse pensamento foi o que me motivou a cursar Magistério a nível de ensino médio; durante os meus estudos neste nível de formação tive contatos com autores e autoras que trazem à baila a importância da educação para a liberdade na construção de sujeitos capazes de criar (e recriar) suas histórias.

Nasci em uma família cujos pais foram agricultores e que transferiram residência para a cidade de Novo Hamburgo/RS em busca de melhores condições de vida; minha mãe veio para trabalhar como doméstica em casas de família; primeiro trabalhou em uma casa que ficava na rua 25 de Julho, de “uma mulher ruim que nem me dava o que comer” segundo ela e, posteriormente, foi trabalhar na família Kirsch (uma família tradicional na cidade à época, proprietários de uma fábrica de móveis sob medida – os Móveis Kirsch) como doméstica e cuidadora dos pais do “vô Arno” (essa era a forma como eu e minha irmã chamávamos esses patrões da mãe... vó Frida e vô Arno); após o falecimento dos pais do vô Arno, a mãe seguiu trabalhando

na casa como doméstica e meu pai, na intenção de não perder contato com a sua amada, veio posteriormente e se especializou na fabricação de móveis na fábrica citada acima.

A vinda para Novo Hamburgo ocorreu no início da década de 1960, quando a cidade passava por um bom momento econômico graças a alta produção no setor coureiro-calçadista (iniciado no final da década de 1920) e, assim como eles, muitas outras pessoas fizeram parte deste êxodo rural que se estabeleceu em relação a Novo Hamburgo naquela época.

Minha mãe trabalhava durante o dia e estudava à noite para concluir o “ginásio” (que hoje são os anos finais do ensino fundamental) e meu pai teve como formação, o ensino “primário” (que hoje são os anos iniciais do ensino fundamental). Casaram-se nos primeiros anos da década de 1970, construíram casa no bairro Guarani e mudaram, também, suas perspectivas de vida. Minha mãe começou a trabalhar na preparação e costura de calçados, montando um atelier com diversas funcionárias e meu pai continuou trabalhando com móveis. No final da década de 1980 a cidade já sentia os impactos iniciais da chamada “crise do calçado” (que iria se intensificar ao longo da próxima década) e o atelier já não tinha mais trabalho para todas aquelas mulheres. Minha mãe continuou trabalhando no espaço e cedeu uma parte dele para uma irmã que trabalhava com confecção de roupas. Eu tinha 10 anos de idade quando esta tia (e minha madrinha) me ensinou os primeiros passos do ofício da costura de vestuário.

Ao contrário de meus pais, eu e minha irmã sempre tivemos acesso à educação e esse era o legado que eles desejavam deixar conosco: a educação e o conhecimento. Estudamos em escolas das redes municipal e estadual de ensino e, para cursar o ensino médio, solicitei (sem consultá-los) uma bolsa de estudos numa instituição particular da cidade. Fui contemplado com um auxílio de 70% de desconto nas mensalidades, entretanto, o restante ainda se apresentava como alta soma para que meus pais pudessem pagar. Meu pai não mediu esforços para conseguir com que seu patrão pagasse os 30% restantes das minhas mensalidades. E assim aconteceu. No primeiro ano do ensino médio na Fundação Evangélica de Novo Hamburgo ainda não escolhíamos qual carreira profissional queríamos seguir; era um período em que as turmas eram mistas e, a partir do segundo ano, cursaríamos, cada um e cada uma, o seu curso específico.

Concluído o ensino médio, fui trabalhar em um abrigo para crianças em situação de vulnerabilidade social, no interior da cidade de Taquara/RS em 1997. Enquanto estive lá, iniciei minha graduação em Pedagogia, entretanto não a concluí. Me transferi de volta para Novo Hamburgo quando fui nomeado professor da rede pública estadual de ensino no ano de 2000 e permaneci na docência dos primeiros anos do ensino fundamental durante 4 anos; neste período segui minha formação acadêmica, desta vez no curso de Artes Visuais, a qual também não concluí. Por não estar satisfeito com o desmonte da educação naquele momento resolvi que era hora de rever minha profissão; renunciei ao meu concurso público para trabalhar na área de produção audiovisual, como assistente de produção, principalmente em filmes ficcionais, institucionais e do gênero documentário. Foi neste momento da minha trajetória profissional que tomei conhecimento do que viria a ser o objeto de pesquisa para o meu trabalho de conclusão de curso (TCC) de Moda e, posteriormente, meu objeto de estudo para o mestrado em Processos e Manifestações Culturais: o rito funerário da Coberta d'Alma¹.

Em 2008 reingresso no ensino superior, desta vez cursando Moda; acredito que a memória da minha tia me ensinando o ofício foi fundamental para a escolha que estava fazendo pois era um curso relativamente novo naquela época e com muitas possibilidades profissionais para quem tivesse formação na área. Logo que ingressei no curso recebi o convite para auxiliar no desenvolvimento de uma coleção de moda feita a partir de peças já existentes, com um grupo de senhoras que participavam de uma oficina de customização no Centro de Vivência Redentora (CVR), na vila Diehl em Novo Hamburgo/RS. O grupo havia sido convidado a apresentar o seu trabalho no Salão Internacional do Couro e do Calçado (SICC) na cidade de Gramado/RS e a forma pensada para apresentar as peças customizadas se daria por meio de um desfile. Este foi o meu primeiro contato com o Centro de Vivência e com a Fundação

¹ Coberta d'Alma é um rito funerário de perpetuação da memória do ente falecido no seu seio familiar e social ainda praticado ocasionalmente em cidades do litoral gaúcho e catarinense. Após a morte de um membro, a família do falecido elege e doa uma muda de roupa completa a um amigo ou a uma pessoa da comunidade que a usará em momento específico: a pessoa escolhida pela família vestirá a roupa doada na missa do 7º ou do 30º dia de falecimento do doador. Por acreditarem que a roupa com a qual o morto é enterrado apodrece junto com a matéria, fazendo com que a alma se desprenda nua do corpo, as pessoas praticantes do ritual creem que, com este gesto, a alma da pessoa falecida estará vestida para apresentar-se perante Deus. Além disso, ao enxergar-se vestida em outro corpo, toma consciência de sua nova condição, libertando-se para seguir em paz. A pessoa que veste a roupa da Coberta d'Alma acaba por assumir, moral e afetivamente, o papel da pessoa falecida perante sua família, sendo tratada como se o (a) morto (a) ali estivesse. Esta prática, além do já mencionado, cria relações de uma parentela ficcional entre aqueles envolvidos no costume.

Semear, de forma voluntária e a lembrança da euforia e satisfação das mulheres envolvidas na apresentação, comentando que o desfile “havia sido um sucesso”, me toma de uma satisfação que somente essas trocas de saberes proporcionam.

Essa primeira experiência no CVR fez com que a Fundação Semear reportasse a mim o convite, desta vez com uma carga horária maior e com recursos (o investidor do projeto Inventando Moda, nesta ocasião, foi o Instituto da Mama do Rio Grande do Sul - IMAMA) para ministrar uma oficina de customização de peças de vestuário e de técnicas de corte e costura com um grupo de mulheres do Centro de Vivência. Pensei que aquele seria o momento de colocar em prática o que já havia aprendido nas disciplinas do curso de Moda e, além disso, retomar aquele pensamento despertado enquanto cursei magistério de que “ensinar não é transferir conhecimento, mas criar as possibilidades para a sua própria produção ou a sua construção” (FREIRE, 1996, p. 12). Consequentemente a esta primeira oficina outras vieram, principalmente direcionadas ao desenvolvimento de produtos artesanais com identidade local (nestas eu podia aplicar os conhecimentos das etapas projetuais para o desenvolvimento de produtos apreendidos no curso superior) em diferentes cidades do Rio Grande do Sul.

No momento em que convivo com estas mulheres (e neste momento da minha trajetória acadêmica) é que tenho meu primeiro contato com o que viria a ser, posteriormente, o objeto de pesquisa para esta tese: mulheres trabalhadoras e de camadas populares que buscam, por meio da participação em oficinas de aprimoramento de técnicas de corte, costura e artesanato, formas de promoção e afirmação do seu protagonismo frente às comunidades onde vivem e a busca por dinâmicas de enfrentamento às desigualdades sociais, o que torna esta pesquisa interdisciplinar e com aderência ao Programa de Pós-graduação em Diversidade Cultural e Inclusão Social, na linha de pesquisa de Inclusão Social e Políticas Públicas no momento em que aborda os conceitos de direitos humanos e inclusão social, gênero e protagonismo feminino, classes trabalhadoras e ofícios e, por fim (mas não menos importante) o conceito de território e questões étnico-raciais.

Como política afirmativa direcionada às mulheres, esta pesquisa identifica a participação e a representação social como instrumentos decisivos de visibilidade atuando também como base para o reconhecimento e o acesso à inclusão social. Desta forma, discorro sobre o protagonismo das mulheres envolvidas, percebendo a diversidade cultural presente nos lugares onde as oficinas ocorrem e de que forma

estes grupos se beneficiam com as políticas afirmativas, no que se refere a práticas sociais direcionadas à cidadania, por meio de oficinas propostas.

A primeira oficina ocorreu no ano de 2012 e trabalhou com técnicas de customização de peças de vestuário no bairro São José (Vila Diehl) na cidade de Novo Hamburgo; o projeto “Inventando Moda” foi iniciado em 2007 e, em 2011 surgiram novas demandas, principalmente em relação a formação de unidades de trabalho, de empreendedorismo econômico e de cooperativismo popular. O grupo atendido pelo projeto desenvolveu produtos com a utilização de materiais reciclados, visando agregar valor e fortalecer a comercialização.

A oficina de feltragem em lã de ovelha, ocorrida em 2015 na comunidade quilombola Rincão da Chirca em Rosário do Sul/RS integrou o Projeto Pampa, desenvolvido pela Fundação Luterana de Diaconia (FLD) com recursos do Pão para o Mundo²; as mulheres da comunidade quilombola, utilizando a lã de ovelha crioula, desenvolveram a marca “Fios do Pampa”, numa alusão ao Rincão estar inserido neste bioma, recebendo teares e capacitação para o desenvolvimento de produtos com esta matéria-prima. O aprendizado das técnicas de feltragem da lã partiu do desejo delas em agregar valor aos produtos já desenvolvidos, principalmente na área do vestuário bem como cooperar com a organização e promoção daquele grupo na Comunidade.

A terceira oficina, desenvolvida também no ano de 2015, atendeu mulheres do bairro Roselândia na cidade de Novo Hamburgo; o projeto “Alinhavando Vidas”, contemplou moradoras do bairro, pensando em dinâmicas para enfrentamento às desigualdades sociais constatadas no lugar, a partir de dados levantados junto à comunidade. A proposta foi a de promover, junto à comunidade local, uma consciência social, por meio de atividades de capacitação destas mulheres nos ofícios de modelagem, corte e costura, direcionados à geração de renda para o grupo e recursos para sustentabilidade do projeto.

Para dar conta deste problema, analiso as formas de organização destas mulheres, em contexto urbano e rural, realizando uma etnografia multissituada para compreender as implicações das questões de gênero, raça/etnia e classes sociais para a consolidação das relações sociais que se configuram; além disso, por meio do

² Brot für die Welt (Pão para o Mundo) é a organização de ajuda das Igrejas protestantes regionais e livres na Alemanha e tem por objetivo alcançar um mundo sem fome, sem pobreza e sem injustiça, no qual todas as pessoas possam ter uma vida digna. (Nota do autor)

registro da memória do trabalho das interlocutoras, busco identificar de que forma ocorre a transmissão do saber-fazer enquanto prática geracional e investigo se a participação nas oficinas contribui para a afirmação identitária, auxiliando no enfrentamento às desigualdades sociais. Quando me proponho escrever sobre gênero e ofícios como agentes de promoção e protagonismo de mulheres, pensando sob o enfoque das ações afirmativas no campo do trabalho e geração de renda direcionadas a mulheres trabalhadoras e de camadas populares (e de que forma essas ações atuam no enfrentamento das desigualdades sociais) me percebo envolto por conceitos que, até então, são novos para mim, enquanto sujeito pesquisador.

Este trabalho discorre sobre o tempo... o tempo vivido e as memórias que constroem esta narrativa. Além de propor uma etnografia multissituada para a construção destes diálogos percebo que eles são, também, multi-temporais e caminham em paralelo com o conceito de duração (ROCHA; ECKERT, 2013) que inspira-se no estudo das sociedades complexas propostos por Gilberto Velho (1994) e que tratam das formas de sociabilidade e das trajetórias sociais de indivíduos ou grupos, a partir das suas narrativas nas esferas de convívio formal ou informal, público ou privado.

Ter a liberdade estilística de relatar minhas memórias e as memórias das mulheres, associadas aos conceitos e categorias de análise, por um lado me tranquiliza (mas por outro me embarga) e pode soar estranho que eu traga um autor que me ajude a compreender e identificar as adversidades presentes neste processo de escrita da minha tese; o flerte (ou o *tête-à-tête*, como preferir) com Howard Becker aconteceu de forma virtualizada e em meio a pandemia da COVID-19³ durante a disciplina de Leituras Orientadas, sob a orientação da professora Ana Luiza Carvalho da Rocha, no segundo semestre de 2020. A partir destas leituras começo a me dar conta que os textos da minha tese nada mais são do que relatos de experiências minhas com estas mulheres e, no momento em que elaboro a memória dos grupos e dos projetos, reelaboro a memória da minha própria trajetória (assim como me ensina Gilberto Velho); desejo muito fazer o diálogo entre os dados empíricos da minha pesquisa, flertando com os autores que tratam dos conceitos, sem deixar que o texto

³ A Covid-19 é uma infecção respiratória aguda causada pelo coronavírus SARS-CoV-2, potencialmente grave, de elevada transmissibilidade e de distribuição global. O primeiro caso da infecção data de dezembro de 2019. (Nota do autor)

fique maçante e incompreensível uma vez que o diálogo com os dados empíricos é muito valioso (e que cada caso é composto por histórias e apresentam resultados diferentes e isso depende da maneira como o diálogo foi estabelecido e o conceito, definido). Acredito ser essa uma das grandes lições da Escola de Chicago quando ela inicia um processo de combinação dos conceitos teóricos com a pesquisa de campo. Quero e desejo, sobretudo, que as interlocutoras entendam o que está expresso aqui neste trabalho e se identifiquem no interior desta escrita, sem que “as frases e parágrafos inteiros pareçam ter sido traduzidos do alemão, palavra por palavra” (BECKER, 2007 p. 84).

O campo empírico deste projeto de tese, como já mencionado anteriormente, está localizado na cidade de Novo Hamburgo e na Serra do Caverá, no interior da cidade de Rosário do Sul/RS, onde está localizada a Comunidade Quilombola Rincão da Chirca. No centro da pesquisa estão estas mulheres que tem em comum, tornarem-se protagonistas das histórias de lutas e reivindicações relacionadas à plena cidadania, que buscam estratégias para o enfrentamento das desigualdades sociais a que são submetidas e que visam aprimorar os seus conhecimentos nas artes do fazer, tanto no ofício de costureiras bem como na realização de atividades artesanais para comercialização. Nos três grupos atendidos, em diferentes momentos da minha trajetória profissional (um dos projetos ocorreu enquanto eu ainda estava em formação no curso de Moda e os outros enquanto desenvolvia minha dissertação de mestrado), operam-se relações sociais coletivas em um mesmo espaço e essas relações sociais evidenciam a existência de redes de cooperação e solidariedade entre as mulheres participantes dos projetos (SIMMEL, 2006).

Desta forma (e como problematização deste projeto de pesquisa), investigo de que forma as ações afirmativas no campo do trabalho e geração de renda, direcionadas a mulheres trabalhadoras e de camadas populares, auxiliam para a afirmação do protagonismo feminino e para o enfrentamento das desigualdades sociais. Analiso, também, como as oficinas ministradas contribuem para a afirmação da identidade feminina e o empoderamento de mulheres trabalhadoras e de camadas populares, favorecendo a criação, confecção e inserção de produtos no circuito formal de comercialização por meio das redes colaborativas e de sociabilidade estabelecidas durante e após as oficinas tendo como foco o estudo das memórias dos ofícios e as

tecnologias sociais orientadas a inclusão social, as quais são transpassadas por concepções de gênero, raça/ etnia e classes sociais.

Ainda passo por aquela “comovente descrição da folha em branco suplicando tinta, enquanto o autor diante dela fica paralisado de ansiedade” (BECKER, 2007, p. 117), da organização do texto, da melhor forma de organizar o “espetáculo”: será que apresento primeiro o cenário onde a história se desenrola? Ou será que devo, primeiramente, apresentar as personagens que contarão a história? Será que haverá uma atriz principal entre tantas atrizes? Serão todas principais? Coadjuvantes eu sei que não são... e essas dúvidas que ainda pairavam sobre minha cabeça, como uma nuvem de tempestade, acabam por se responder durante o processo, a partir das conversas com minhas interlocutoras e adequando essas narrativas para o texto final, no momento em que

os acadêmicos sabem que os temas de seus textos envolvem tantas coisas a ser levadas em consideração, tantas conexões entre tantos elementos, tanto de tudo, que parece inconcebível dar uma ordem racional ao conjunto. Mas é esta a nossa tarefa: dispor as ideias numa ordem racional para que outra pessoa consiga entendê-las (BECKER, 2007, p. 117).

O relato sobre as minhas dificuldades pode parecer incoerente no momento em que a escrita etnográfica permite uma estilística de escrita tão pessoal e “livre”... mas são situações que me sinto confortável em compartilhar e não me envergonho em expô-las; assim como Becker (2007) sugere que ao se sentar para escrever, já fizemos muitas escolhas (mas provavelmente não sabemos quais foram) e que seja natural que isso leve a alguma confusão (a um primeiro rascunho bem bagunçado) me conforta saber (e agora que sei é mais reconfortante ainda) que um rascunho confuso não é vergonha nenhuma. Pelo contrário, ele mostra quais foram minhas primeiras escolhas, com quais ideias, perspectivas teóricas e conclusões já me comprometi antes de começar a redigir. O que me tranquiliza neste processo todo é a forma como somos conduzidos a pensar nossas pesquisas; somos instigados, constantemente, a pensar nosso percurso de maneira libertadora, trazendo à cena aquilo que realmente importa para a narrativa nas nossas histórias (sim, porque nossas teses são as histórias que queremos contar). Deixo o sentimento fluir na minha escrita etnográfica e me permito levar desta forma pois “como o que estou escrevendo é algo novo, ainda não existe a Única Maneira Certa, mas o ideal platônico existe em

algum lugar e cabe a mim encontrá-lo e pô-lo no papel” (BECKER, 2007, p.49) e acredito que esta forma de apresentar meu texto seja a minha única maneira certa.

Dito isso e sem mais delongas penso que é o momento de conhecer essa história que trata de mulheres que lutam e buscam se posicionar, afirmativamente, perante a sociedade por meio do seu engajamento aos projetos sociais pelos quais transitei e nos quais pude acompanhar a sua participação, a promoção e afirmação do protagonismo destas mulheres.

PARTE 1

TECER

Verbo

1. transitivo direto

entrelaçar metodicamente (fios, palha, vime etc.).

"tecer a lã, um tapete, um cesto"

1. transitivo direto e intransitivo

produzir (tecido), manipulando fios pela urdidura e a trama.

"ela tece (belos panos de lã) no tear"

Tudo começou com o desafio que Malinowski lançou ao confrontar trobriandeses de carne e osso e as grandes teorias evolucionistas do início do século. Mitificado por haver introduzido a pesquisa de campo intensiva, conhecido pela obsessão pelo *native's point of view*, criticado pelo funcionalismo que um dia julgou ter inaugurado, Malinowski talvez tenha desempenhado um papel ainda mais fundamental que todas essas proezas. [...] Esta verdadeira descoberta, resultado do confronto entre a teoria (e, por que não, do senso comum europeu da época) e a observação dos nativos melanésios, talvez explique por que voltamos constantemente a essa experiência para desvendar a peculiaridade do fazer antropológico.

Mariza Peirano em “A favor da etnografia”

1. “TECENDO RELAÇÕES METODOLÓGICAS” – O MÉTODO ETNOGRÁFICO E A ETNOGRAFIA MULTISSITUADA

A grande maioria dos dados apresentados nesta tese é oriunda das aprendizagens adquiridas em minhas saídas de campo e das práticas desenvolvidas nas oficinas as quais ministrei nos grupos de mulheres que serão apresentadas no decorrer deste trabalho; rememorar essas vivências me auxiliam muito no processo da escrita. As memórias reconstruídas servem como fontes muito ricas de pesquisa, pois, além do relato das experiências, expressam a emoção que toma conta de todas as pessoas envolvidas, a cada nova inserção ao campo de pesquisa, mesmo que numa retomada que se dá de forma virtual durante a pandemia da Covid-19.

Ao ingressar no Mestrado em Processos e Manifestações Culturais da Universidade Feevale, em 2014, tive como objeto de pesquisa o ritual da Coberta d’Alma, que deu corpo à dissertação⁴ e que teve, como metodologia, a etnografia e suas diferentes técnicas. Para introduzir a etnografia nas dissertações e teses, os alunos orientados pela professora Dr.^a Ana Luiza Carvalho da Rocha participam de oficinas de etnografia que têm por objetivo dar subsídios de pesquisa etnográfica e acompanhar a produção dos alunos em formação. Tendo como eixo condutor a construção de espaços para discussão de problemas de pesquisa etnográfica inerentes à escrita das dissertações e teses, os encontros abordam técnicas de pesquisa de campo, questões de interpretação de experiências em campo e estilísticas de descrição, relato e interpretação, propondo uma tarefa coletiva de criação e produção de pesquisa etnográfica em que cada aluno/a é preparado para as constantes possibilidades de construção e/ou reconstrução de dados etnográficos oriundos da sua pesquisa e da pesquisa de seus/suas colegas. Estas pesquisas abordam diferentes técnicas e procedimentos de pesquisa, segundo a especificidade das diversas tradições do pensamento antropológico.

Nesta altura da minha formação doutoral vale a pena o relato das dificuldades encontradas para assumir o papel de etnógrafo, momento em que o distanciamento social se faz presente, o que “dificulta” a aproximação e a interação com o Outro e

4 Uma deferência aos mortos de Osório/RS: a veste como objeto ritual e as memórias da prática do rito funerário da Coberta d’Alma (Dissertação de Mestrado apresentada ao PPG de Processos e Manifestações Culturais da Universidade Feevale em 2016)

conseguir transformar a escrita deste trabalho numa escrita etnográfica. A reconstrução da memória daquilo que já havia acontecido auxiliaram muito nesse processo de escrita; rememorar as oficinas de aprimoramento de técnicas e de geração de renda fez com que eu pudesse perceber que as minhas angústias tinham respostas, na medida em que cada passo dado foi registrado na memória para o enriquecimento da escrita.

A escrita etnográfica configura-se, portanto, como o relato das práticas vividas e da experiência vivenciada pelo etnógrafo, no meio em que busca suas respostas e, neste sentido, a comunidade se mostra ao pesquisador e este capta e transcreve o sentido e as interpretações dos sujeitos e grupos pesquisados. Porém, cabe ressaltar que, à medida que este texto circula, ele é compreendido e interpretado e “os dados etnográficos se depositam na forma de uma produção textual e se tornam, pouco a pouco, independentes de seu contexto original de enunciação, pois são reinterpretados desde outros lugares e contextos de leituras” (ROCHA; ECKERT, 2008, p. 17).

Becker (2009) faz algumas provocações sobre a utilização de diferentes técnicas para a representação do trabalho de pesquisa, levando em conta as dimensões analíticas que outros mundos (na terminologia do autor), entre eles o cinema, a fotografia, a dramaturgia, os romances e os documentários podem oferecer para a compreensão daquilo que está sendo investigado, os “relatos sobre a sociedade”. Nas palavras do autor,

relatos sobre a sociedade fazem mais sentido quando os vemos num contexto organizacional, como maneiras pelas quais algumas pessoas contam o que pensam saber para outras pessoas que querem saber, como atividades organizadas, moldadas pelos esforços conjuntos de todos os envolvidos (Becker, 2009, p.18).

Utilizo, na construção de cada capítulo do trabalho de tese, uma técnica diferente do método etnográfico “uma forma clássica de descrição social com descrição verbal detalhada do modo de vida, de alguma unidade social, de forma arquetípica, mas não necessariamente, um pequeno grupo tribal” (Becker, 2009, p.15) para fazer a representação da sociedade e do objeto a que me proponho estudar: mulheres trabalhadoras em diferentes contextos sociais.

Ao retomar o contato com minhas interlocutoras, no momento que proponho saber suas narrativas de vida, suas trajetórias sociais, a formação dos espaços onde

estão inseridas (para compreender além do que a literatura historiográfica “formal” traz sobre) e utilizando da técnica de entrevistas não-diretivas e semiestruturadas (THIOLLENT, 1981) me disponho a procurar

“representações da sociedade” em que outras pessoas nos falam sobre todas essas situações, lugares e épocas que não conhecemos em primeira mão, mas sobre os quais gostaríamos de saber. Com a informação adicional, podemos fazer planos mais complexos e reagir de uma maneira mais complexa às nossas situações de vida imediatas (BECKER, 2009, p. 12, grifo do autor).

Tomo como base, também, dados estatísticos para perceber quem são essas mulheres em cada um dos seus territórios; segundo Becker (2009) essas informações podem parecer “engessadas” mas nós, pesquisadores/etnógrafos, conseguimos informações que vão além das estatísticas, por meio da pesquisa de campo; interagindo com as parceiras de pesquisa consigo desvelar relações, modos de vida, relações familiares e de parentesco que uma pesquisa estatística dura não me permitiria ter acesso. Entretanto, há uma responsabilidade muito grande nesta análise de dados, ao que Becker (2009) chama de “Interpretações”: toda interpretação pode gerar discussão sobre os fatos pesquisados. Enquanto pesquisadores/etnógrafos, não buscamos uma verdade absoluta sobre os fatos, até porque, cada interlocutor tem histórias de vida diferentes e essas vivências podem modificar a percepção dos fatos; desta forma, cabe a nós trazer essas versões daquilo que coletamos durante a pesquisa, percebendo e respeitando os pontos que convergem e divergem em cada fato narrado, para não correremos o risco de uma “criação dessas representações, como se o conhecimento da sociedade que produzem fosse o único conhecimento “real” sobre esse assunto” (BECKER, 2009. p. 12, grifo do autor).

Para compreender o universo social de pertença das minhas interlocutoras valho-me dos procedimentos oriundos dos estudos de trajetórias sociais e narrativas biográficas (ROCHA; ECKERT, 2013; VELHO, 1981) por meio do emprego da técnica de entrevistas não-diretivas e semiestruturadas (THIOLLENT, 1981). Essa técnica de entrevista é conceituada como um procedimento aplicado a partir de um pequeno número de perguntas, guiadas por um roteiro de entrevista elaborado previamente e que direciona a conversa. Desta forma, a “[...] conversa é iniciada a partir de um tema geral, sem estruturação do problema por parte do investigador” (THIOLLENT, 1981, p. 35). As metodologias qualitativas (e aqui podemos citar a história oral, a biografia, a autobiografia e as histórias de vida) têm como característica importante a

relação entre o sujeito pesquisador e o sujeito pesquisado – o que constitui um grande momento de construção no universo das experiências humanas.

Para Meihy (2000), trabalhar um depoimento enquanto processo de documentação implica superar o pressuposto da entrevista fortuita. Há uma grande série de cuidados metodológicos que exige qualificação técnica para cuidar do assunto e é exatamente na importância dada à elaboração do texto como documento que está a diferença que a história oral tem em relação a uma simples entrevista. Deste modo, as entrevistas não são tomadas somente como fontes a serem analisadas e interpretadas, mas servem como instrumento que atingirá, de certa forma, a comunidade - seja ampliando sua consciência histórica ou para legitimar a identidade de grupos historicamente marginalizados. Neste contexto, a narrativa oral pode dialogar com a história e, por meio desse diálogo, expressar uma cultura. No campo da antropologia, que trata a história oral como uma técnica que compõe o método etnográfico, o pesquisador se constrói como sujeito narrador por meio da escrita etnográfica.

Essa descrição densa, embasada na teoria interpretativa de Geertz (2006) busca entender os fenômenos culturais onde este trabalho se insere: no momento que me proponho compreender uma cultura e como os indivíduos se relacionam com ela, devo ir além das ideias funcionalistas (Malinowski, 1978) e estruturais (Lévi-Strauss, 2003). Para compreender a cultura e a relação dos indivíduos com a cultura onde se inserem, é necessário fazer um deslocamento, saindo dessas instituições, dos aspectos mais estruturais e focar na ação dos indivíduos (GERTZ, 2006) e quando me volto ao indivíduo consigo perceber de que forma dão significado para a sua existência no mundo e quais os significados que trazem para determinadas interações sociais no seu cotidiano.

O conceito de Geertz (2006) se inspira na sociologia compreensiva de Weber (1977) que toma como ponto de partida a ação social:

A ação social (incluindo omissão ou tolerância) orienta-se pelo comportamento de outros, seja este passado, presente ou esperado como futuro. Os outros podem ser indivíduos conhecidos ou uma multiplicidade indeterminada de pessoas completamente desconhecidas. Nem todo tipo de contato entre pessoas tem caráter social, se não apenas um comportamento que, quanto ao sentido, se orienta pelo comportamento de outra pessoa (WEBER, 1977, p.139).

Nessa perspectiva, os indivíduos agem atribuindo significados às suas ações e cada ação social desses indivíduos, sempre orientados em relação as outras pessoas formam a sociedade que nada mais é do que a soma desses diversos significados e que, quando se entrelaçam, formam as instituições sociais. E para Geertz (2006), o processo de interpretação de uma cultura se dá pela compreensão dessa teia de significados gerados pelos indivíduos.

Como já citei anteriormente, a escrita etnográfica configura-se, portanto, como o relato das práticas vividas e vivenciadas pelo etnógrafo, no meio em que busca suas respostas. E, neste sentido, a comunidade se mostra ao pesquisador e este capta e transcreve essas percepções, ao que Rocha; Eckert (2008, p. 17) complementam:

[...] estas questões sobre as modalidades de escrita do pensamento antropológico tecer suas interpretações sobre a cultura “nativa” são aspectos fundamentais do avanço nos usos dos procedimentos e técnicas dos recursos audiovisuais para a prática da pesquisa de campo em Antropologia nos últimos 30 anos. Se antes a expressão figurativa do outro poderia ser vista negativamente porque congelava a cultura do nativo e o próprio nativo numa imagem determinada, alusiva apenas a um momento de sua vida compartilhada com o etnógrafo que o fotografou e o filmou, durante seu trabalho de campo, hoje, este mesmo traço figurativo já se coloca de outra forma: através do olhar de uma tradição interpretativa em antropologia que, longe da ingenuidade positivista, não atribui a imagem técnica seu estatuto de duplo ou cópia do real (ROCHA; ECKERT, 2008, p. 17).

A etnografia é o relato da experiência do etnógrafo (associado ao campo teórico aos quais se filia) enquanto este tenta descobrir detalhes sobre aquilo que ele não conhece, numa reflexão constante sobre como a prática dialoga constantemente com a teoria. Este pesquisador é influenciado por incertezas e no momento que resolve ir a campo, sabe que o que o motiva são as dúvidas e perguntas, algo presente na pesquisa de campo que é desconhecido ou não sabido e tal técnica busca contribuir para elucidar o fato desconhecido.

Todo o aparato envolvido em sua formação, no entanto, é convocado e utilizado para enfrentar uma incógnita, o que legitima e justifica o empreendimento. Ora, a penetração nesse universo desconhecido que se busca aclarar e compreender tem fortes correspondências com o estágio de liminaridade dos processos rituais e suas sequelas psicológicas de ansiedade e incerteza. Um tipo de ansiedade que se corresponde com as tensões e desgastes dos pesquisadores das ciências exatas, daqueles que pesquisam em laboratórios, mas que vêm acrescidos da circunstância – e aqui nada mais esclarecedora que a expressão “escala” usada por Roberto DaMatta⁵ (1981) –, de que todo o trabalho se deu pelo estreitamento de laços, pelo

⁵ Roberto DaMatta (1981), em “Relativizando: uma introdução à antropologia social”, trata a circunstância da intersubjetividade (particular na relação etnográfica) como sendo uma relação na mesma escala entre sujeito e objeto.

envolvimento, pelas vias da interação e interlocução entre sujeito e objeto que se encontram na “mesma escala” (SILVA, 2009, p. 176, grifo do autor).

Percebe-se isso quando Malinowski (1978) imerge por longo período de tempo para apreender e vivenciar os costumes dos habitantes das ilhas Trobriand, aprendendo sua língua e compartilhando do seu cotidiano, por meio da observação participante. Ele descreve como esses nativos dão sentido ao mundo e mostra a sofisticação desta cultura, em especial no elaborado sistema de trocas de objetos valiosos ao longo de um ano (*kula*) que ocorre em um conjunto de ilhas na Melanésia. Sua narrativa mostra os movimentos do local para o local, indo ao encontro daquilo que a etnografia antropológica discutiu durante grande parte do século XX de que o campo deveria ser um único local para onde o etnógrafo foi e de onde retornou (MARCUS, 1999).

A etnografia não necessariamente ocorre em um mesmo campo durante todo o tempo: Evans-Pritchard (1974) nos deixa claro a natureza múltipla (e até irregular) dos encontros etnográficos com os Nuer em diferentes locais, mostrando que o trabalho etnográfico não precisa, necessariamente, deter-se a um só local. Neste sentido, surge o termo cunhado por George Marcus em 1995 da etnografia multissituada. Para o autor, na prática, o trabalho de campo multissituado é conduzido de forma que o etnógrafo esteja inserido no campo pesquisado e, à medida que o campo muda, se estabelecem novas negociações entre etnógrafo e nativo (MARCUS, 1995) e esse conceito fundamenta a estrutura metodológica desta tese. Desta forma, a pesquisa dentro do campo da etnografia tem por objetivo o estudo do Outro, como uma alteridade; esta descoberta sobre o Outro é uma relação dialética que implica em uma sistemática reciprocidade cognitiva entre o pesquisador e os sujeitos pesquisados (ROCHA; ECKERT, 2008).

Apresento as organizações envolvidas na execução dos projetos aos quais tive a oportunidade de atuar como educador social por meio de uma pesquisa das informações disponíveis e públicas apresentadas nos sites de cada organização. Para contemplar essas questões me utilizarei da netnografia, que colhe comunicações medidas por computador como fonte de dados para chegar à compreensão e a representação etnográfica de um fenômeno cultural na internet e essa abordagem é adaptada para estudar sites, fóruns, grupos de notícias, blogs e redes sociais.

Para conhecer os campos distintos onde esta pesquisa ocorre, traço um panorama dos locais por meio de cartografias, das memórias de campo, das fontes históricas e das informações orais obtidas durante a minha inserção e permanência nestes lugares apresentando a narrativa dos lugares, dividida pelas cidades (Novo Hamburgo e Rosário do Sul). Posteriormente, as interlocutoras inseridas nos territórios onde aconteceram as oficinas de aprimoramento de técnicas e trocas de saberes (bairros Roselândia e Diehl, em Novo Hamburgo e a Serra do Caverá, onde está localizada a comunidade quilombola Rincão da Chirca, em Rosário do Sul).

Imagens da cidade povoam nossas memórias. Caminhamos por ela e ela desperta em nós sentimentos diversos sobre pessoas de nossa rede de pertença, (enquanto estranhamos outras), sobre ruas que nos são familiares (evitamos outras); sobre espaços frequentados (e outros que ignoramos); sobre transeuntes que nos atraem a atenção (enquanto evitamos alguns); enfim, estes tantos arranjos sociais configuram um sentido de ser e estar na cidade. É nestas formas de perceber a cidade que tecemos nossas rotinas, traçamos percursos, planejamos afazeres, enfrentamos temores e constrangimentos. A cada dia, cidadãos se deslocam para o trabalho, para compromissos ou para momentos de ócio e lazer. A descrição da cidade, que somos nós e que está em nós, é uma narrativa que se transforma no jogo da memória de seus habitantes, tanto quanto na do etnógrafo, que reinterpreta as interpretações dos habitantes cujas trajetórias ele pesquisa.

Ana Luiza Carvalho da Rocha e Cornelia Eckert em “*Etnografia da Duração – antropologia das memórias coletivas em coleções etnográficas*”

2. “TESSITURAS DOS ESPAÇOS” – AS PARCEIRAS DE PESQUISA E OS CAMPOS ONDE ELA ACONTECE

Contextualizar os campos onde esta pesquisa ocorre é fundamental para situar socialmente as interlocutoras nos espaços onde ocorreram as oficinas. A partir de suas memórias é possível compreender as relações socioespaciais nestes territórios, as formas de sociabilidade e os laços que se estabelecem entre essas mulheres enquanto grupo e comunidade. Minhas interlocutoras assumem este protagonismo e se apresentam como os diferentes tecidos que são utilizados para a confecção deste *patchwork*⁶ de memórias e histórias, dialogando na construção do texto e suas falas aparecem na forma de citações diretas.

A primeira interlocutora é aquela que me inspira na realização deste trabalho, pois se apresenta como um exemplo que vem de casa, por mostrar uma mulher forte, que trabalhou desde muito cedo e que também promoveu a inclusão de outras tantas mulheres no mercado de trabalho, na área da costura do calçado: Dona Noeli Dhein Metz. Ela remonta a memória sobre quando veio morar na cidade de Novo Hamburgo/RS e, posteriormente, os ofícios que desempenhou durante a sua vida, de mais tenra idade ao momento em que se aposenta e transfere, também, sua residência para outra cidade próxima a Novo Hamburgo, trazendo à tona memórias e experiências vividas por ela.

Figura 1 - Dona Noeli Dhein Metz



Fonte: Captura de tela da entrevista (2020)

Dona Noeli nasceu em “Picada Café... naquele tempo era município de Nova Petrópolis” e tem 71 anos. Sua família de origem era composta por “doze irmãos, cinco homens e sete mulheres” e Dona Noeli “era uma das do meio... tenho seis que são mais velhos que eu... é, eu sou do meio sim... tenho cinco irmãs que são mais novas do que eu”. Essa grande quantidade de

⁶ Traduzindo literalmente, “patchwork” seria, em português, o trabalho com retalhos onde se utiliza tecidos diferentes, unindo-os de forma harmônica (Nota do autor).

filhos tinha um motivo: “a gente trabalhava, naquele tempo... o pai e a mãe eles eram colonos e trabalhavam na roça e os meus irmãos todos iam junto pra roça... assim como iam crescendo iam junto pra roça”.

O seu envolvimento com as atividades domésticas iniciou muito precocemente:

A minha história é assim: eu não morei muito com a minha família... quando eu tinha seis anos a minha prima veio pedir pro meu pai se eu não podia cuidar da filha dela... eles moravam uns 10 ou 15 quilômetros da casa de onde nós morava... aí o pai deixou eu ir lá e fiquei lá morando com eles, cuidando da filha dela... agora eu não me lembro, assim, por quanto tempo que eu fiquei lá... naquele tempo eu não ia na escola. Aí depois eu voltei para casa de novo e ficava muito na minha tia, que morava do lado da nossa casa. Eu não gostava muito quando meus irmãos começavam a brigar entre eles... aí eu pegava minhas roupas e ia lá pra casa da minha tia... ficava lá às vezes meses... depois eu voltava pra casa de novo. Aí, quando eu tinha 10 anos, a minha avó ficou meio adoentada e ela pediu se o pai não podia dar uma das filhas pra ficar com ela, fazer o serviço da casa e ajudar ela... aí eu fui pra casa da minha vó e dali eu ia pra escola... aí fiquei dos 10 até os 13 anos na minha vó ajudando ela na lida da casa... (Trecho da entrevista de Dona Noeli, em 29/10/2020, informação verbal).

Esse trabalho realizado na casa da prima e, posteriormente, na casa da avó não eram remunerado: “a vó dava roupas para mim... eu não sei se o pai ganhava alguma coisa, mas eu acho que não... acho que era um a menos em casa...a gente nunca passou fome né? Mas a gente nunca tinha muito de sobra também”.

Dona Noeli relembra que quando contava com quatorze anos,

uma conhecida nossa que trabalhava em Novo Hamburgo, de doméstica, perguntou pra mãe se eu não queria ir trabalhar numa família porque eles estavam precisando de uma guria pra fazer os serviços deles... aí a mãe deixou eu ir... aí eu fui, com 14 anos, não tinha 15 ainda... 15 anos eu fiz na casa deles... daí dos 15 até os 26, 27 anos eu fiquei trabalhando lá. A casa ficava na rua Bento Gonçalves, perto de onde antigamente era a farmácia Hamburguesa, na rua Júlio de Castilhos... Era bem pertinho ali, onde passava o trem... O trem passava do lado da casa da família. O sobrenome deles era Kirsch... eles tinham a fábrica de móveis Kirsch (Trecho da entrevista de Dona Noeli, em 29/10/2020, informação verbal).

Dona Noeli saiu da cidade de Picada Café, uma cidade muito pequena e chega em Novo Hamburgo quando a cidade já está em processo de crescimento e urbanização e relata como foi a primeira impressão da cidade:

Figura 2 - Primeiro prédio de Novo Hamburgo - Novoseguro



Fonte: Acervo Histórico de Novo Hamburgo (2019)

“Bom, Novo Hamburgo era uma cidade grande, era em 1964 ... era uma cidade grande, mas tinha um prédio grande naquele tempo que era o Novo Seguro”. O prédio ficava “na frente da Praça do Imigrante”. Na figura 19, datada de 1970, em primeiro plano o prédio da Novo Seguro e, ao fundo, o segundo grande prédio de Novo Hamburgo, o Edifício Reichert. A “Praça do Imigrante” informada por dona Noeli recebeu este nome posteriormente; quando foi inaugurada tinha o nome de Praça 14 de Julho. “E aí eu conheci Novo Hamburgo

assim... eu acompanhei Novo Hamburgo crescendo né e onde eu morava era no interior, era tudo colono né, tudo na colônia... era bem diferente uma coisa da outra” complementa dona Noeli.

Figura 3 - Localização da cidade de Novo Hamburgo no mapa do Rio Grande do Sul



Fonte: Brasil Turismo (2019)

A cidade de Novo Hamburgo, localizada na região metropolitana de Porto Alegre ocupa, atualmente, a posição de número 8 entre as cidades gaúchas com maior população. A estimativa do IBGE⁷ para o ano de 2018 é de 246.452 habitantes o que representa, em termos de Brasil, a posição de número 109. A cidade possui 223,864 km² de área territorial e sua densidade demográfica é de 1067,55 habitantes por km². Compõem a cidade 27 bairros, dos quais 26 estão

em perímetro urbano e 1 em área rural (Lomba Grande).

⁷ Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – o último censo realizado foi no ano de 2010, porém há projeções numéricas aproximadas de população, cidades, etc. para o ano de 2018

Antes da chegada de primeiros europeus à região, a cidade era habitada por índios Kaingang e as primeiras povoações permanentes datam do século XVIII, quando portugueses, sendo majoritariamente imigrantes açorianos, se instalaram na parte noroeste da cidade, no bairro hoje conhecido como Rincão dos Ilhéus. A partir da chegada dos imigrantes alemães em 1824, começaram a aparecer pequenos núcleos urbanos na colônia de São Leopoldo e um deles ficava na área de Hamburger Berg (que hoje é o bairro Hamburgo Velho), a partir de onde se originou a Novo Hamburgo atual. Após a emancipação, em 05 de abril de 1927, o processo de industrialização no município se acelerou, principalmente no setor coureiro-calçadista, tornando a cidade um dos polos econômicos da região do Vale do Sinos, o que rendeu à cidade, no final do século XX, o título de Capital Nacional do Calçado (SCHÜTZ, 1992).

Figura 4 - Lidiane Gorete Barbian



Fonte: Captura de tela da entrevista (2021)

No dia 19 de março de 2021 retomei o contato com a Lidiane Gorete Barbian, que participou do projeto Inventando Moda no ano de 2012. Lidiane conta que nasceu na cidade de Alecrim (próximo a Santa Rosa, no noroeste do estado do Rio grande do Sul, a 600 km de Novo Hamburgo), uma cidade “bem

pequena” e que vive da agricultura: “meus pais trabalhavam na agricultura, na roça... tiravam leite, plantavam milho, soja.” Sua família de origem é composta pelo pai, pela mãe e cinco irmãos e “cada um teve que sair de casa... cada um teve que se virar, né?”. Sua vinda para Novo Hamburgo ocorreu quando ela tinha 16 anos:

porque lá tem pouco emprego, sabe? Na época meu pai não tinha muitas condições, né? O máximo que tinha era manter nós em casa e estudar até a oitava série, por que a escola era pertinho... aí a gente estudava lá e depois tinha que se virar né? Tipo, ele não tinha como pagar uma escola particular ou um lugar pra gente ficar, ele não tinha... então eu optei pra vir porque as minhas irmãs já estavam morando aqui sabe? Daí eu vim morar com elas na época... (Trecho da entrevista com Lidiane Gorete Barbian, em 19/03//2021, informação verbal).

Faz 21 anos que Lidiane mora em Novo Hamburgo e ela relembra que a cidade era muito diferente da sua cidade de origem:

Pra mim era uma cidade grande né? Porque lá não tinha nem shopping, nada... é basicamente um mercadinho e coisa né? E aqui tinha shopping, tinha bastante loja, né? Então pra mim, meu Deus, eu estava numa cidade que era deslumbrante... (Trecho da entrevista com Lidiane Gorete Barbian, em 19/03//2021, informação verbal).

O primeiro bairro que Lidiane morou em Novo Hamburgo foi o bairro Rincão, onde morava com as suas irmãs e depois, mudou-se para o Kephass: “na época, quando eu vim, já era aquilo ali que é hoje sabe? Claro, cresceu bem mais né? Mas quando eu vim já tinha as casas, já tinha asfalto, tudo praticamente construído quando eu vim ali, ficar ali”. Do Kephass Lidiane se mudou para o bairro Guarani

daí a gente ficou um tempo pagando aluguel. Ali eu já estava ‘juntada’ com o Cris. Daí eu morava ali, pagava aluguel e o Cris trabalhava bem pertinho ali... aí depois nós moramos na São Jorge e só depois que a gente comprou aqui... faz uns 14 ou 15 anos que a gente já mora aqui neste lugar (Trecho da entrevista com Lidiane Gorete Barbian, em 19/03//2021, informação verbal).

Lidiane mora há 14 anos no bairro Diehl em Novo Hamburgo: o bairro Diehl, conforme o Censo de 2010 do IBGE, é o sexto maior bairro de Novo Hamburgo, distribuído em uma área geográfica de 2,21km². O bairro faz limite com os bairros São Jorge (a leste), São José (ao Sul) e Roselândia (a oeste), além do município de Dois Irmãos (ao norte). O bairro está rodeado de morros e, assim como o bairro Roselândia, recebeu também muitas pessoas oriundas do interior do RS (bem como dos estados de Santa Catarina e Paraná) para trabalharem na indústria do calçado.

O bairro, segundo Lidiane, foi se modificando com o passar do tempo:

As casas evoluíram bastante... Não tinha tanta casa, cada vez mais, crescendo mais, né? O posto, naquela época não tinha, foi construído esse posto de saúde... a escola, foi feita uma escola nova também sabe? A gente vê que tá aumentando as coisas, sabe? Que nem o CRAS⁸, também não existia, daí agora também já tem no bairro sabe? Um monte de coisas que não tinha nesse bairro agora já tem. Houve uma evolução (Trecho da entrevista com Lidiane Gorete Barbian, em 19/03//2021, informação verbal).

Desde quando veio morar no bairro, Lidiane sempre morou no mesmo lugar. Ela fala que a rua não mudou muito e que seus vizinhos são os mesmos de antigamente e que mantêm boas relações de vizinhança:

Não mudou muito a rua aqui, porque o que era é o que é, sabe? As casas já eram as mesmas, os moradores são os mesmos... desde que nós viemos, o

⁸ Centro de Referência em Assistência Social

único lugar que muda é ali em cima⁹, são casas de alugueis... mas a entrada deles é por lá, então não é nem por frente de casa por causa do barranco... e esse barranco, desde que nós viemos morar aqui a gente sempre achou que ia cair, mas até hoje nunca desbarrancou sabe? Os moradores são todos os antigos, que nem a Lúcia, que é a moradora que já existia quando a gente veio morar, o vizinho do lado que é o Roque, também já existia... daí para baixo também são todos morador velho sabe? (Trecho da entrevista com Lidiane Gorete Barbian, em 19/03//2021, informação verbal).

Figura 5 - Nílvia Santos de Aquino



Fonte: Acervo do autor (2020)

Nílvia participou da oficina Alinhando Vidas no ano de 2015 e conta que nasceu em Tuparendi, “perto de Santa Rosa, Giruá, Santo Ângelo, Ijuí, Três de Maio, todas essas cidades são perto”. Ela e o marido se mudaram para Novo Hamburgo quando ela tinha 22 anos e o motivo da transferência de cidade se deu por motivos familiares:

meu marido não se acertou com o pai, com o pai dele! Eu trabalhava numa escola lá... daí eles plantavam e não se acertaram na divisão. Mas eu me arrependo de não ter vindo antes pra Novo Hamburgo porque quando nós viemos pra cá foi muito maravilhoso sabe? Logo que nós tivesse casado ter vindo direto pra cá! (Trecho da entrevista com Nílvia Santos de Aquino, em 01/07/2021, informação verbal).

Ela morou com sua família até casar e sua família era composta de pai, mãe e cinco irmãos “cinco homens e eu de filha mulher, só!” Os irmãos de Nílvia vieram todos para Novo Hamburgo também, “primeiro o irmão mais velho, daí vim eu”. Sua mãe dizia que não se via mais longe dos filhos “daí o pai um dia veio passear e olharam... a mãe disse que não tinha nem vontade mais de ir embora”. Antes de fechar um mês desta visita, os pais conseguiram vender a propriedade em Tuparendi, compraram a casa no bairro Rincão dos Ilhéus, em Novo Hamburgo, “carregaram a mudança e vieram embora”.

Nílvia casou-se jovem, com “16 para 17 anos... casei em dezembro e em maio eu fiz 17 anos” e relata que nesta época já trabalhava há seis anos em uma escola de sua cidade “como merendeira”. Ela e o marido vieram para Novo Hamburgo para

⁹ Lidiane aponta para a frente da sua casa onde, do outro lado da rua tem um barranco e as casas presentes ali ficam com a parte dos fundos voltadas a ele, tendo o acesso por outra rua. (Nota do autor)

visitar um irmão e, em virtude dos acontecimentos familiares ocorridos anteriormente, viram na cidade uma opção de lugar para viver: “ele foi para a cidade, comprou passagem para nós dois (eu só tinha a minha guria mais velha) e pegamos o ônibus de noite e viemos!” Ela conta que tinha seis vacas de leite e, para não ter o compromisso da ordenha, largou os terneiros para mamar: “eu levantava quatro e meia da manhã para botar o leite na rua. O que eu colhia hoje de manhã e de tardezinha eu entregava no outro dia de madrugada... sempre assim, sempre no dia pro outro né?”

aí nós viemos passear, já compramos uma casa pertinho do meu irmão... e voltamos, eu pedi as contas no meu trabalho, vendi minhas vacas (que quando carregaram minhas vacas eu me escondi pra chorar), a minha sogra aos prantos também né? Ela não queria que nós viesse! E nós viemos! Nós chegamos em Novo Hamburgo na sexta-feira e na segunda-feira eu saí largar currículo e já fiquei trabalhando! (Trecho da entrevista com Nílvia Santos de Aquino, em 01/07/2021, informação verbal).

Ela relembra da primeira impressão que teve quando chegou em Novo Hamburgo: “eu achei muito barulho, muito barulho! Eu tinha um medo assim, parecia que um carro ia me atropelar! A gente da colônia, do meio do mato! Mas logo me acostumei... hoje, se eu vou pra lá, não vejo a hora de voltar embora!”. A família mantém vínculos na cidade natal pois ainda há familiares que moram lá e a última vez que foram visitá-los foi antes do início da pandemia, em fevereiro de 2020.

Quando veio morar em Novo Hamburgo, Nílvia e sua família moraram durante três anos a beira da ERS 239, rodovia que divide o município “a 50 metros pra baixo de onde é a Clariant”¹⁰. A desocupação desta área nas margens da ERS ocorreu porque as empresas que vinham se instalar naqueles terrenos estavam aterrando todas as casas; os terrenos não eram regularizados junto a prefeitura e as pessoas que moravam naquela região da cidade, posteriormente, foram transferidas para conjuntos habitacionais e a rodovia foi duplicada.

Ao saírem das margens da ERS 239, Nílvia, seu marido e sua filha mais velha foram morar na Roselândia; faz 32 anos que ela e sua família moram no bairro e as transformações que ocorreram no contexto urbano fazem parte do relato da interlocutora: “aqui é tudo legalizado, né? Eu tenho o IPTU no meu nome, passa o

¹⁰ A Clariant é um indústria que atua no atacado e produção de produtos químicos e está localizada nas margens da rodovia ERS-239, em Novo Hamburgo. (Nota do Autor)

esgoto na frente de casa, passa água também (por mais que eu não tenha água da Corsan... a casa em cima tem mas eu só tenho poço)". O bairro era de chão batido, "não tinha asfalto, tinha poucas casas... ali onde é a Raio (de sol)¹¹, ali era o postinho de saúde... era um lugar bem tranquilo, eu não posso me queixar". A estrutura do bairro é algo que agrada Nílvia:

nós temos tudo aqui no bairro, tudo! Mercado, posto de saúde, deixa eu ver que mais que nós temos aqui no bairro: tem a associação de moradores, tem creche, tem escola (temos três escolas aqui... tem a Maria Quitéria, tem o Francisca (Saille), tem o colégio estadual) é tudo pertinho... então não precisa de carro, de ônibus de sair de casa né? Pode tudo caminhando. Quando nós viemos tinha 2 mercados aqui... um fechou e agora tem 2 abertos... o Roselândia e o São Jorge, lá embaixo! E tinha uma padariazinha bem ali na esquina, que daí fechou aquela e depois foi aberto outras, tem várias aí agora né? O bairro cresceu, nossa como cresceu... academia, temos tudo! Farmácia tem três, quatro farmácias aqui no bairro (isso não tinha, essas coisas a gente tinha que ir no Centro comprar). Tudo que tu precisa aqui no bairro tem! (Trecho da entrevista com Nílvia Santos de Aquino, em 01/07/2021, informação verbal).

Na memória de Nílvia, quando veio morar no bairro, as propriedades da vizinhança eram mais afastados; "os terrenos tinham donos, mas não era construído". A casa de Nílvia sempre foi no mesmo lugar e os vizinhos foram mudando com o passar do tempo:

o vizinho da frente, o seu Alfredo é morto e o filho que ficou, vendeu... e a minha vizinha que morava do lado de baixo, vendeu... perdeu o primeiro filho dela, o único filho, mataram e ela se desgostou, foi embora..., mas essa eu vejo vez em quando... essa foi muito minha amiga. Cada dois, três meses entra um morador novo, que daí o que comprou ali só aluga."

O bairro Roselândia está situado na fronteira da cidade, fazendo limite com os municípios de Dois Irmãos, Ivoti e Estância Velha (ao norte) e com os bairros Operário, Diehl e São José (ao leste). O bairro possui uma área geográfica de 5,92 km² "e teve, entre os anos de 1980 e 1995, uma explosão habitacional de 228,3%" (Schütz, 2001, p.167). O desenvolvimento e o acesso ao bairro foram facilitados com a construção da BR 116 em 1942 e essa rodovia margeia o bairro em toda a sua lateral. Ainda, segundo a autora,

O início do povoamento no bairro ocorreu em 1822, antes da ocupação dos imigrantes alemães em Novo Hamburgo, por açorianos. Vincula-se o nome a

¹¹ Raio de Sol, a que Nílvia se refere, é o Centro Comunitário Raio de Sol, onde aconteceu a oficina "Alinhavando Vidas" e ele será apresentado posteriormente. (Nota do Autor)

um grande plantador de rosas na área, Kurt Schönwald¹², que as cultivava para atender não só o mercado do município como da capital. (SCHÜTZ, 2001, p.168).

Figura 6 - BR 116 margeando o bairro Roselândia e imagem de satélite do bairro



Fonte: Elaborado pelo autor a partir do Google Maps (2019)

A constituição destes bairros na cidade de Novo Hamburgo ocorre no auge da produção coureiro-calçadista: o crescimento trazido pela indústria do calçado atraiu inúmeros imigrantes, num processo de êxodo rural, inchando a cidade a partir da década de 1960 e originando a maior parte dos problemas sociais, dada a incapacidade dos governantes de acomodar a todos adequadamente. Neste momento, as áreas verdes são ocupadas, as laterais da RS 239 (rodovia que corta o município de Novo Hamburgo e onde Nílvia morou com sua família) são tomadas por construções irregulares e a região periférica da cidade acaba sendo ocupada por essas pessoas que buscam em Novo Hamburgo novas oportunidades de trabalho.

Eunice Durhan (1978) auxilia-nos a pensar os intensos processos migratórios internos na sociedade brasileira, que se intensificam na segunda metade do século XX, ocasionando o fenômeno do êxodo rural, cuja amplitude pode ser verificada, por exemplo, pelo grande contingente populacional que migra do Nordeste para São Paulo. Porém, este fenômeno de grandes deslocamentos populacionais, vai permitir o surgimento dos conglomerados urbanos e intensos processos de metropolização das principais cidades, estendendo-se por diversas regiões.

A cidade de Novo Hamburgo recebeu inúmeros moradores e moradoras de outras regiões do estado do Rio Grande do Sul e estados vizinhos (Santa Catarina e

¹² Kurt Schönwald era sogro de Harry Kirsch, um dos filhos de Arno e Frida Kirsch, onde dona Noeli trabalhou como doméstica quando veio para Novo Hamburgo. Harry era casado com Rosvita Schönwald e o nome Roselândia, vem do alemão *Rose Land*, que significa Terra das Rosas.

Paraná), tornando-se um “polo de atração de intensos fluxos migratórios internos devido à proliferação de suas indústrias” (NUNES, 2009, p. 130). E esse deslocamento para esta região acontece, principalmente, pela oferta de inserção no mercado de trabalho.

A década de 70 sintetiza a exacerbação dos valores em torno dos ideais do “trabalho”, da “prosperidade”, do “desenvolvimento” e do “progresso”. Valores estes permanentemente revitalizados nas celebrações coletivas que caracterizam a região e que ainda hoje persistem como elementos constituintes de uma identidade local, apesar da crise da indústria coureiro-calçadista, - iniciada na metade da década de 90 e que se mantém nos anos 2000 - devido especialmente à concorrência de outros polos exportadores fortalecidos pela globalização econômica (NUNES, 2009, p.127).

Nílvia relata na sua narrativa o momento em que chega à cidade e estabelece moradia nas margens da ERS-239 e essa condição não era exclusiva pois “poucos puderam adquirir suas casas e realmente prosperar; à maioria restaram os casebres e a favelização” (NUNES, 2009, p. 130). Essas ocupações geraram, posteriormente, problemas para o planejamento urbano no município e as pessoas que ocupavam estes espaços são transferidos para a periferia da cidade.

Faço uma relação desta inserção dos migrantes no campo do trabalho no momento em que grande parte da mão de obra da indústria do calçado era composta pelos moradores dos espaços que venho estudando, os bairros Roselândia e Diehl. Grosso modo, discutir periferias, seus sujeitos e sua constituição é falar, ainda e também, de preconceitos e discriminação que uma parcela dos moradores e moradoras de grandes centros urbanos tem com relação ao lugar e seus habitantes. Hélio Silva me provoca a reflexão quando cita que:

Outro traço que eu acho no Rio (de Janeiro) é essa distinção clássica, sociológica, dos bairros proletários, sem qualquer inclusão na sociedade; eu acho que é comum em todas as cidades, em maior ou menor grau. Os bairros burgueses, os bairros aristocráticos e os bairros populares. E é claro que você tem as distinções de bairro, mas minha impressão é que no Rio os bairros significam demais[...] A localização te dá uma identidade e há um discurso neste sentido. Eu, inclusive estou agora, pensando muito numa coisa que eu estou chamando de “estigma de localização” ... tem muita gente que vai procurar emprego no Rio e põe o endereço de um amigo, de um parente pra não dizer que mora na Baixada (Fluminense). Esconde isso em conversas[...] A Baixada tem 4 milhões de habitantes e é integrada por 11 municípios... o preconceito com relação a quem vem da Baixada[...] 1/3 da mão de obra de Copacabana vem da Baixada[...] (Trecho do documentário Narradores Urbanos, produzido pelo Banco de Imagens e Efeitos Visuais – BIEV/UFRGS, 2013)

Este trecho do documentário me afeta pois há na cidade, ainda, o estigma de que quem mora nesses bairros são sujeitos marginalizados e pobres, estigma fortalecido pela ideia de história única do lugar, como bem alerta Chimamanda Adichie¹³ e chancelado por Norbert Elias (2000) quando nos fala dos “estabelecidos e *outsiders*”, como numa relação de poder de quem mora “na cidade” com quem mora nestas regiões periféricas e fronteiriças.

Quando ousar tratar de apresentar os dois bairros do contexto urbano da cidade de Novo Hamburgo, onde ocorreram as oficinas com maior tempo de duração, não consigo desvincular essa apresentação do conceito de sociedades complexas. Este tema é amplamente estudado por Gilberto Velho (1945-2012), autor que teve uma das trajetórias mais férteis das ciências sociais brasileiras e projetou internacionalmente a antropologia urbana do Brasil e seus estudos trouxeram a perspectiva antropológica para o estudo da cidade e todas as suas complexidades.

Pensar em Gilberto Velho neste momento de formação acadêmica, quando trabalho com grupos de mulheres de camadas populares¹⁴ inseridas em contextos urbanos (e algumas, em uma comunidade tradicional no interior do Estado) me faz refletir sobre a cultura destes bairros, as formas de sociabilidade que se configuram nestes espaços e de que forma elas se sentem pertencentes a este lugar.

¹³ Chimamanda Ngozi Adichie é uma escritora nigeriana e fala do perigo da história única em uma palestra proferida do TEDGlobal 2009 (link nas referências) da qual eu transcrevo dois parágrafos:

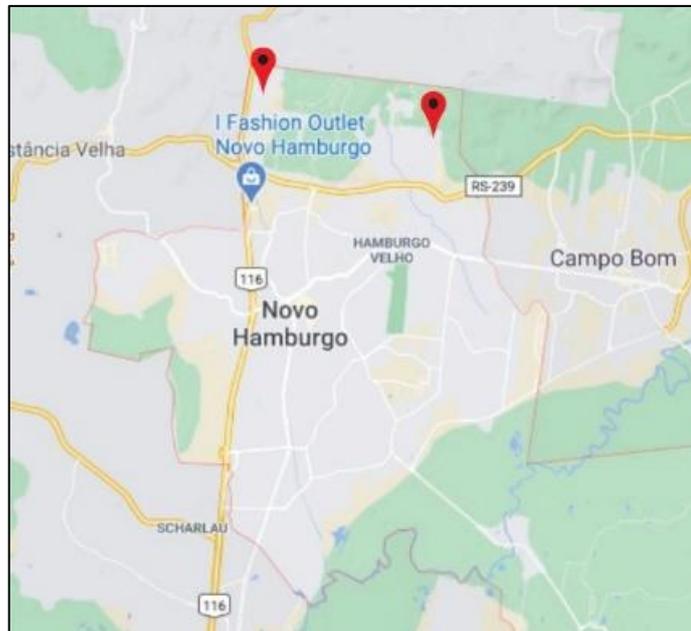
“Eu provenho de uma família nigeriana, convencional, da classe-média. O meu pai era professor. A minha mãe era gestora. Por isso, como era normal, lá em casa tínhamos ajuda doméstica que normalmente vinha de vilas rurais próximas. No ano em que fiz oito anos arranjamos um novo empregado. Chamava-se Fide. A única coisa que a minha mãe nos disse sobre ele foi que a família dele era muito pobre. A minha mãe mandava inhames e arroz e as nossas roupas velhas para a família dele. Quando eu não acabava o meu jantar, a minha mãe dizia: “Acaba a tua comida! Não sabes que pessoas como a família do Fide não têm nada?” Por isso eu sentia enorme pena da família do Fide.

Um sábado fomos à vila dele fazer uma visita. A mãe dele mostrou-nos um cesto com um padrão lindo, feito de ráfia seca, que o irmão dele tinha feito. Eu fiquei atônita. Não me tinha ocorrido que alguém da família dele pudesse de fato criar qualquer coisa. Tudo o que sabia deles era que eram muito pobres, de forma que me era impossível vê-los de outro modo que não fosse pobres. A sua pobreza era a minha história única sobre eles”.

¹⁴ Gilberto Velho trabalha com o conceito de camadas para as sociedades de classe; este conceito é composto por sistemas de valores que constroem, historicamente, uma sociedade. Alba Zaluar (1994) opta por não trabalhar com o conceito de classes; ela trabalha com a questão da pobreza que aproxima, mas não configura uma comunidade. Trabalha com os conceitos de classe trabalhadora e classe proletária, que compõe uma sociedade estratificada e individualista.

Rememoro, também, Magnani (1998) quando este trata do conceito de “pedaço”: as mulheres dos grupos urbanos com as quais trabalhei, apesar de estarem inseridas no contexto da cidade, muitas vezes não se sentem pertencentes à ela; as regiões onde estes grupos estão inseridos são bairros-fronteira¹⁵ da cidade de Novo Hamburgo, formados por homens e mulheres trabalhadores, na sua grande maioria proletários e essa questão de não pertencimento ao todo (cidade), acaba por consolidar redes de colaboração e sociabilidades muito particulares entre as interlocutoras em seus “pedaços” (diferentemente daqueles grupos que seguem práticas de sociabilidade comunal como veremos logo a seguir, quando trago a formação da comunidade quilombola Rincão da Chirca).

Figura 7 - Bairros Roselândia e Diehl localizados na fronteira da cidade de Novo Hamburgo



Fonte: Elaborado pelo autor a partir do Google Maps (2020)

Saíndo do contexto urbano da cidade de Novo Hamburgo/RS me desloco à fronteira oeste do estado do Rio Grande do Sul onde está localizada a cidade de Rosário do Sul que, cujo território se estende por 4.369,7 km² e conta com uma população estimada em 39.314 para o ano de 2020 (IBGE, 2020). Segundo

¹⁵ O conceito de fronteira está intimamente ligado ao conceito de território. Segundo Foucher (2009), em linhas gerais, as fronteiras acabam por determinar um limite geográfico (físico ou imaginário) que determina que aqueles que nasceram no interior de um espaço geograficamente delimitado compartilham de um determinado esquema interpretativo, e apesar de não haver um único esquema interpretativo dentro desse espaço, é mais fácil que os agentes que ali nasceram consigam manter algum grau de interação do que seria para alguém que não nasceu nesse espaço. Pensar fronteiras é pensar no pertencimento. À medida que se estabelece quem está dentro de uma delimitação geográfica, se estabelece quem está fora. Pensar fronteiras é um exercício, em última instância, de pensar a alteridade, o estrangeiro, o diferente e, em certa medida, o indesejável.

informações coletadas no site da Prefeitura Municipal da cidade (2020, texto digital) o município foi desmembrado dos municípios de Alegrete e São Gabriel e no ano de 1800 teve início o povoamento da sede.

Figura 8 - Localização da cidade de Rosário do Sul no mapa do Rio Grande do Sul



Fonte: Brasil Turismo (2019)

As denominações anteriores, "Nossa Senhora do Rosário" e "Rosário", bem como a denominação atual, ligam-se à Santa Padroeira do lugar, Nossa Senhora do Rosário. Rosário do Sul já havia entrado na história do Rio Grande do Sul e do país como quartel general das forças imperiais que, em 1816, se preparavam para combater José Artigas¹⁶ e já havia recebido a visita do imperador Dom Pedro II, na ocasião em

que atravessava a província para receber, em Uruguaiana, a rendição das tropas paraguaias que haviam ocupado aquela cidade (ROSÁRIO DO SUL, 2021, texto digital).

No dia 03 de dezembro de 2021 conversei com a interlocutora Mariglei Dias de Lima e nossa conversa ocorreu por meio da plataforma Google Meet.

¹⁶ A Guerra contra Artigas, também denominada de Invasão Portuguesa de 1816, ocorrida entre 1816 e 1820, nas fronteiras entre Argentina, Uruguai e Brasil, pode ser entendida a partir de um contexto de grandes transformações na América Latina e, especialmente, no Brasil (com a chegada da Família Real Portuguesa, em 1808) e no Uruguai (com o crescente sentimento de emancipação política). Os conflitos desencadeados naquela ocasião se conectam a vários fatores de ordem política, econômica, geográfica e militar (FERNANDES, 2020, texto digital).

Figura 9 - Mariglei Dias de Lima



Fonte: Arquivo pessoal da interlocutora (2020)

Mariglei informa que tem “45 anos, quilombola, mãe da Juliana, filha da dona Ilka, professora (hoje diretora de uma escola), moro aqui na comunidade quilombola Rincão da Chirca, no município de Rosário do Sul”. Mariglei é uma das lideranças da comunidade quilombola pois “participo de alguns conselhos, de alguns

comitês (faço parte do comitê dos povos e comunidades tradicionais da Pampa, esse comitê que tem o apoio da Fundação Luterana de Diaconia)”.

Mariglei mora com dona Ilka e a filha Juliana, “na casa das 3 mulheres” e informa que dona Ilka é viúva faz 15 anos “quando estava gestante da Ju” e é mãe solo. Nasceu na cidade de Santana do Livramento (município vizinho a Rosário do Sul) pois na época, “as parteiras de campanha já não faziam mais partos”; das 4 irmãs que compõe sua família de origem, “ela e sua irmã anterior nasceram na cidade”. O seu pai e dona Ilka tiveram um período fora do quilombo, “também saíram para trabalhar, saíram do quilombo para trabalhar”. Quando suas irmãs mais velhas nasceram, os seus pais estavam fora do quilombo “trabalhando nas fazendas aqui na volta” mas, a partir do seu nascimento “eles retornam pra cá”.

Os familiares por parte do meu avô moravam lá e, em questão do êxodo rural, a maioria debandou para a cidade e a maioria dos nossos familiares foram para Santana do Livramento... então eu nasci em Santana do Livramento mas me criei aqui, né? Nasci, já vim para cá, cresci aqui, caminhei aqui como eu digo. Os meus primeiros passos foram no quilombo. Eu me criei aqui. (Trecho da entrevista com Mariglei Dias de Lima, em 03/12/2021, via Google Meet, informação verbal).

A Comunidade Quilombola do Rincão da Chirca está inserida na Área de Proteção Ambiental (APA) do Ibirapuitã, na Serra do Caverá, distante 80km da sede de Rosário do Sul.

Figura 10 - Localização do Rincão da Chirca na cidade de Rosário do Sul (RS)



Fonte: elaborado pelo autor a partir do Google Maps (2018)

Segundo Oliveira (2015, p. 52) a APA do Ibirapuitã localiza-se na fronteira oeste do Rio Grande do Sul e está distribuída nos municípios de Alegrete (15%), Quaraí (12%), Rosário do Sul (16%) e Santana do Livramento (57%), totalizando uma área de 316.882,75 hectares. Ainda, segundo o autor,

O Rincão da Chirca apresenta uma dinâmica produtiva característica: os homens trabalham como mão-de-obra permanente ou temporária para os proprietários de grandes extensões de terra (estâncias) oferecendo seu trabalho em serviços especializados como changueiros¹⁷, alambradores¹⁸ ou peões de campo, enquanto as mulheres trabalham como donas-de-casa, com o manejo dos animais criados nas proximidades da casa e complementam a renda com atividades agroindustriais (OLIVEIRA, 2015, p. 56).

A história de formação do território quilombola Rincão da Chirca é de lutas por direitos adquiridos enquanto membros da família, escravizados, trabalhavam no local:

como tu conheceu aqui né Cris, tu pode ver que o quilombo, falando na parte física enquanto território, enquanto terra, o quilombo é essa faixa de terra que está entre as fazendas né? Se tu olhar a norte, a sul, a leste e a oeste, nós temos fazendas por todos os lados. Os meus bisavós já nasceram livres e eram dos escravizados das sesmarias de San Agostinho... San Agostinho ou Santo Agostinho, nas primeiras documentações aparece como San Agostinho e eram dos escravizados desta fazenda. Essas fazendas elas se retaliavam depois, elas se dividiram e o meu bisavô nasce na fazenda dos Nogueira Prates, que é bem na frente do quilombo e a minha bisavó ainda está nos descendentes dos escravizados de San Agostinho. Aí eles se casam e meu bisavô compra esse pedaço de terra, essa faixa de terra. As pessoas

¹⁷ Segundo Mariglei Dias, "Changueiro significa quase que a mesma coisa que diarista... na linguagem popular aqui as pessoas costumavam de chamar "a changa" entendeu? Ir ali fazer aquele serviço diário e então o pessoal costumava dizer "eu vou ali vou fazer uma changa", "eu vou ganhar uns trocos, vou ganhar uns trocados". Então por isso eles usaram esse termo né, o changueiro, aquele que faz o trabalho de diarista".

¹⁸ Quem fabrica fios de arame para cercas, arameiro, aquela pessoa que cerca terrenos com cerca.

dizem que é doação mas a gente fica se perguntando “doação como? Se eles trabalhavam de sol a sol, de noite a dia como diz né?” Essa propriedade então foi muito bem pago pelo meu bisavô Crescêncio e ele cria seus filhos aqui, ele teve 9 filhos: o Cândido, o Jorge, o Hermínio, a Iracema, a Nerina, a Aracy, a Maria Ceci... faltam dois que eu não estou lembrando agora, mas era uma turma grande e todos eles se criam aqui, nesse espaço... os que residem hoje aqui ainda são dos, os filhos e os netos a da Maria Ceci, dessa minha tia avó. (Trecho da entrevista com Mariglei Dias de Lima, em 03/12/2021, via Google Meet, informação verbal).

Dos outros descendentes, todos foram embora para a cidade... “o Jorge e o Hermínio não casaram, não tiveram filhos”. Só ficaram morando no quilombo os familiares por parte da avó Iracema “que é a minha mãe, a minha tia, outra minha tia que morou aqui até falecer e os primos mais recentes por parte da Maria Ceci, essa minha tia avó, os filhos dela, os netos e os bisnetos”. Mariglei informa que o núcleo familiar se pereniza no lugar a oito gerações “e hoje são oito casas, oito moradias mas são dez famílias”.

A história da formação do território quilombola Rincão da Chirca apresenta algumas lacunas, algumas páginas em branco, devido à falta de registro dessas informações:

A gente pouco sabe quem eram os irmãos do Crescêncio, meu bisavô... eu pouco sei sobre meus tataravós e meus bisavós foram meus bisavós maternos, o quilombo surge a partir dos meus bisavós maternos. Do meu bisavô paterno eu só tenho o nome da minha bisavó, que aparece nas certidões do meu avô, dos outros meus tios avós mas que não aparece o pai, a gente não sabe quem é o pai... de documentação é isso que a gente tem né? A gente não consegue buscar, se aparentar pelo sobrenome, isso é inviável, porque os meus bisavós trazem o sobrenome Prates... então como que tu vai procurar os familiares Prates? Uns são Prates, outros são Machado, outros Oliveira... então isso se perde muitas vezes no meio do caminho...” (Trecho da entrevista com Mariglei Dias de Lima, em 03/12/2021, via Google Meet, informação verbal).

O espaço territorial ocupado pela comunidade quilombola Rincão da Chirca contempla 23 hectares de terra, “um espaço muito pequeno para oito famílias, em se tratando desta região da Serra do Caverá, que tem um solo onde predomina o basalto, um solo raso” o que torna a terra de difícil cultivo; outra questão que Mariglei cita

é a questão dos arbustos: são muitas espécies de arbustos de pequeno porte que impossibilita o cultivo da terra. Por outro lado, a gente sabe que está numa área de proteção ambiental e com todos os cuidados a gente cria novos espaços, novos cercados, novas formas para continuar plantando (Trecho da entrevista com Mariglei Dias de Lima, em 03/12/2021, via Google Meet, informação verbal)..

O Rincão da Chirca é um quilombo dentre aproximadamente 137 quilombos constituídos na região do Pampa, fora aqueles que ainda aguardam reconhecimento. A partir da aprovação do Artigo 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, presente na Constituição da República Federativa do Brasil (1988), surgem novas concepções e definições voltadas ao que até então era entendido por “quilombola” de modo que, a partir daí, passam a vigorar os conceitos “remanescente quilombola” e “quilombo contemporâneo”. Atualmente, entende-se que todas as comunidades constituídas por escravizados ou seus descendentes são “comunidades remanescentes quilombolas”, podendo esta estruturação ser classificada como “quilombo histórico” (quando a comunidade é formada no momento em que ocorrem as fugas dos escravizados) ou “quilombos contemporâneos” (comunidades formadas pelo recebimento de terras por doação, inventários, compras ou outra forma). Os “remanescentes de quilombos” podem estar inseridos no mesmo espaço ocupado por seus antepassados, durante o regime escravagista ou em outras terras, por motivo da expulsão de suas terras originais.

Figura 11 - Parte das casas que compõem a comunidade quilombola Rincão da Chirca



Fonte: Cristiano Sant'Anna (2013)

Em 2016, na busca por subsídios para a publicação da obra “Povos e Comunidades tradicionais do Pampa”, foi possível identificar estes grupos no estado do Rio Grande do Sul e, segundo Mariglei, “Rosário do Sul tem dois quilombos: o Rincão da Chirca e o Rincão dos Negros” e o processo de reconhecimento deste território como um quilombo histórico chama a atenção da interlocutora:

isso engraçado né Cris? Porque a gente é quilombola, é negro, vem de famílias tanto materna quanto paterna que sofreram todo esse processo e a

gente ainda tem que provar isso para ter direito a algumas políticas públicas... isso é lamentável! Quando a gente começa essas discussões de acessar os direitos porque, por exemplo, a gente não tinha atendimento médico aqui... a gente tinha um sério problema (e tem atualmente) de água... a gente começa a buscar políticas para se desenvolver e a gente começa todo um processo. Quando a gente começa a buscar essas políticas, de pensar também, se dar de conta que a gente vai começar a perder todo o conhecimento tradicional, todos os saberes que nos foi passado de geração para geração... porque quando esses projetos estão disponíveis eles não respeitam isso: geralmente tem alguém que vem, que vai olhar esse projeto, que vai gerenciar esse projeto, esse órgão público e ele não respeita isso! Geralmente eles já trazem tudo pronto, de cima para baixo, para ser aplicado... e a gente começa toda essa discussão partindo daí: a gente achava que tinha que ter uma resistência, não só nossa, mas das outras comunidades tradicionais. (Trecho da entrevista com Mariglei Dias de Lima, em 03/12/2021, via Google Meet, informação verbal).

Oliveira (2015) informa que os quilombos, mocambos ou também denominados "terras de negro" são algumas das definições para os grupos sociais de descendentes de escravos. Historicamente esse território foi forjado como um ambiente onde a liberdade do jugo da escravidão e a solidariedade formavam o fundamento do grupo. E complementa que

O passo crucial para a comunidade buscar o reconhecimento foi a iniciativa da líder da comunidade que demonstrou interesse e a partir daí desenrolou-se uma série de passos que por fim culminaram no processo de reconhecimento, este por sua vez trouxe consigo uma série de transformações nos indivíduos que participaram do processo, como o resgate de traços deteriorados de uma identidade perdida por um período de estigmatização e o reforço nos laços de reciprocidade e solidariedade entre eles (OLIVEIRA, 2015, p. 84).

Entretanto, a resistência pelo reconhecimento do Rincão da Chirca como quilombo histórico se mantém até hoje. Segundo Mariglei, durante o processo de reconhecimento, os fazendeiros do entorno colocaram as próprias pessoas da comunidade "uns contra os outros dizendo da impossibilidade de reconhecimento, de busca por políticas públicas". Esse assédio acontece pela proximidade entre fazendeiros e quilombolas no momento em que os homens da comunidade trabalham nestas fazendas como prestadores de serviços.

Essas comunidades remanescentes de quilombolas sobrevivem, ao longo da história, mantendo hábitos intrínsecos às suas origens, preservando viva a memória e os costumes dos antepassados. Sendo guardiãs destas memórias, possuem um sistema próprio e tradicional de transmissão de conhecimentos e saberes, mantendo práticas culturais e espirituais próprias, manejando de forma sustentável os

ecossistemas visando a promoção da agro diversidade além de possuírem habilidades para utilizar elementos da biodiversidade para a confecção de objetos e utensílios artesanais, indo ao encontro do conceito de ecologia do saber proposto por Santos (2010) e que será tratado, entre outros conceitos, no próximo capítulo deste trabalho.

ALINHAVAR

Verbo

1. transitivo direto

ajustar ou coser provisoriamente com pontos largos o que depois deverá ser cosido com ponto miúdo e definitivo; apontoar.

1. transitivo direto

POR EXTENSÃO

traçar os lineamentos gerais de; esboçar, delinear.

"alinhavou os principais itens do discurso que faria"

A regulação social na Modernidade Capitalista, ao mesmo tempo que gera desigualdade e exclusão, estabelece mecanismos que visem uma gestão controlada do sistema de desigualdade e exclusão e com isso, a redução das possibilidades de emancipação social, sendo que no campo social tiveram sempre que se defrontar com os movimentos anti-sistêmicos e sua proposta de radical igualdade e inclusão.

Boaventura de Sousa Santos em “*A Gramática do Tempo*”

3. “ALINHAVANDO CONCEITOS” – PRÁTICAS AFIRMATIVAS PARA O ENFRENTAMENTO DAS DESIGUALDADES

No momento em que me proponho a pensar sobre políticas públicas para o enfrentamento às desigualdades e que promovam condições à plena cidadania, busco aporte bibliográfico para compreender ao que isso se relaciona: durante minha trajetória acadêmica, no curso de graduação em Moda, essas leituras não estavam presentes e durante o mestrado, mesmo inserido em um curso onde o viés é a cultura e suas manifestações, minha pesquisa acabou indo por outro caminho.

Discutir políticas de enfrentamento às desigualdades sociais frente a atual conjuntura sócio-política-econômica pelas quais o mundo, e principalmente, o Brasil estão passando não é tarefa fácil; digo isso porque percebemos um desmonte nos temas relacionados à inclusão social que assusta. Eu já percebia o descaso do Estado frente a estas questões, mas foi pela teoria, pelas leituras propostas durante a minha formação e nas discussões que essas leituras geravam em sala de aula, que enxerguei, com mais nitidez, em que pé estava essa situação. A teoria, neste caso, me serviu como uma espécie de “lente” (que vesti para ver a realidade que se apresentava na minha frente) e o acesso a teoria me motiva a analisar possibilidades que poderiam ser viáveis para tornar esta realidade menos cruel para as pessoas que são, diretamente, afetadas.

Num sentido amplo, o termo diversidade está relacionado à variedade de ideais em torno de assuntos concretos e está ligado aos conceitos de pluralidade e multiplicidade, podendo ter diferentes ângulos de visão ou de abordagem. No trabalho realizado junto às mulheres nas oficinas de aprimoramento de técnicas percebo o conceito de diversidade cultural (que abriga as variações que ocorrem no campo da cultura) e, sob o guarda-chuva deste conceito amplo, me detenho na diversidade de gênero e nas questões étnico-raciais. O primeiro, quando trago as mulheres envolvidas nas oficinas realizadas e o segundo, para localizar as implicações de raça e etnia na configuração dos modos de vida, das representações sociais e expressões culturais das mulheres da Comunidade Quilombola Rincão da Chirca, levando em conta os saberes e o saber-fazer próprios de cada mulher envolvida neste trabalho, indo ao encontro do conceito de Ecologia dos Saberes propostos por Santos (2010).

O autor propõe uma reflexão acerca dos saberes que são/foram suprimidos ao longo dos anos propondo a discussão e um diálogo entre esses conhecimentos; epistemologia (do grego, o estudo do conhecimento) é aquela concepção refletida sobre as condições de um conhecimento “válido”, que é certificado a partir de condutas que comprovem a sua prática (SANTOS, 2010). Entretanto, não há conhecimento sem práticas e atores sociais, bem como esses conhecimentos não se originam de um único saber epistemológico. As relações sociais, que sobretudo são também culturais e políticas, fazem parte desta episteme de construção do conhecimento, principalmente entre grupos onde as relações de sociabilidade são fortemente estabelecidas e que mantêm vivas práticas geracionais e tradicionais.

“Epistemologias do Sul” propõe a prática do questionamento e faz o/a leitor/a refletir sobre questões muito pertinentes relacionadas à produção do conhecimento. Este compilado de textos surge diante da visão de que a sociedade é variada em relação à cultura e a saberes que foram sobrepostos no decorrer da história por modelos epistemológicos oriundos da ciência moderna e que desconsidera todos os outros tipos de saberes. Para Santos (2010) essa ação de “sufocar” as demais epistemologias e suas culturas, devastando saberes locais e desvalorizando tantos outros, contribui para o “epistemicídio” (termo criado pelo autor para explicar o processo de invisibilização e ocultação das contribuições culturais e sociais não assimiladas pelo 'saber' ocidental). Gomes (2012, p. 40) faz um levantamento destas questões trazidas por Santos (2010).

Por que razão, nos dois últimos séculos, dominou uma epistemologia que eliminou da reflexão epistemológica o contexto cultural e político da produção e reprodução do conhecimento? Quais foram as consequências de tal descontextualização? São hoje possíveis outras epistemologias? A resposta a tais questionamentos significa o resgate de modelos epistemológicos outrora desconsiderados pela soberania epistêmica da ciência. Isso pode levar a que sejam re-valoradas identidades e culturas que foram, durante séculos, intencionalmente ignoradas pelo colonialismo. Este foi responsável por imprimir uma histórica tradição de dominação política e cultural, que submeteu à sua visão etnocêntrica o conhecimento do mundo, o sentido da vida e das práticas sociais.

Esta obra, além de promover um diálogo entre esses saberes, procura ressaltar os conhecimentos que foram “calados” no decorrer do tempo e provoca a superação deste modelo epistêmico moderno ocidental, classificado por Santos (2010) como um pensamento abissal, um pensamento que divide o mundo por linhas imaginárias em dois polos e que relega os saberes que não se encaixam neste parâmetro da “linha”

à inexistência. Para o autor, o pensamento moderno ocidental é excludente, pois suprime e opõe-se a outras epistemologias, fazendo distinções visíveis (que dividem a realidade social “neste lado da linha” e “do outro lado da linha”) e que acabam por tornar o “lado de lá” inexistente e excluído, de modo que “a negação de uma parte da humanidade é sacrificial, na medida em que constitui a condição para a outra humanidade se afirmar enquanto universal” (SANTOS, 2010, p. 31).

Quando trazemos ao debate a regulação e a emancipação social nos propomos a pensar sobre o domínio instalado sobre as civilizações, sobre o aprisionamento dos seus saberes e sobre a regulação dos conhecimentos em benefício de um “saber dominante”, e sob a linha abissal epistemológica, essa apropriação toma diferentes formas: se manifestam em incorporações, no domínio do conhecimento e por meio da proibição do uso de línguas próprias em espaços públicos, da adoção forçada de nomes cristãos e destruição de símbolos e lugares de culto, entre outros. Já em relação a linha abissal jurídica, a apropriação e a violência balizam a sua relação com o estrato de valor: o tráfico de escravos, o trabalho forçado e o uso manipulador do direito em prol das autoridades tradicionais ao que Santos (2010, p.30) completa:

Existe, portanto, uma cartografia moderna dual: a cartografia jurídica e a cartografia epistemológica. O outro lado da linha abissal é um universo que se estende para além da legalidade e ilegalidade, para além da verdade e da falsidade. Juntas, estas formas de negação radical produzem uma ausência radical, a ausência de humanidade, a sub-humanidade moderna. Assim, a exclusão torna-se simultaneamente radical e inexistente, uma vez que seres sub-humanos não são considerados, sequer, candidatos à inclusão social.

A ignorância em relação a outros saberes, de modo a reprimi-los, é chamado pelo autor de fascismo epistemológico e é comparado à ascensão do fascismo social, que consiste num regime social com relações de poder extremamente desiguais onde a parte mais forte tem poderes sobre a vida (e os modos de vida) dos mais fracos. Santos (2010) faz referência aos conhecimentos populares, leigos, plebeus, camponeses e indígenas, que do outro lado da linha desaparecem; eles desaparecem como conhecimentos relevantes por se encontrarem para além do universo do “verdadeiro e falso” e onde não é possível aplicar a distinção científica destes conceitos. No fascismo epistemológico, do outro lado da linha, não há conhecimento real; existem crenças, opiniões, magia, idolatria, entendimentos intuitivos ou subjetivos, que podem se tornar objetos para uma inquietação científica. Deste modo,

a linha visível que separa a ciência de seus "outros" modernos está assente na linha abissal invisível que separa, de um lado, ciência, filosofia e teologia e, de outro, conhecimentos tornados incomensuráveis e incompreensíveis por não obedecerem nem aos critérios científicos de verdade nem aos critérios dos conhecimentos reconhecidos como alternativos, da filosofia e da teologia (SANTOS, 2010, p. 21, grifo do autor).

Quando se parte da concepção de pluralidade de conhecimentos, de uma diversidade epistemológica, chegamos ao pensamento pós-abissal que é compreendido por Boaventura de Souza Santos (2010) como a ecologia dos saberes. Esse conceito compreende uma gama plural e diversa de conhecimentos, tendo como base a ideia de que os conhecimentos se constroem a partir de outros conhecimentos sem esquecer os seus próprios. Deste modo, cada saber existe a partir de uma diversidade de saberes e não se pode compreender um saber isolado, sem se referir aos outros saberes. Essa concepção é uma espécie de “contra-epistemologia”, que vai de encontro a uma epistemologia geral e se baseia no reconhecimento da pluralidade dos saberes, evidenciando outras formas de conhecimento além do conhecimento científico. O principal desafio da ecologia dos saberes é transcender, romper ou superar a “crença na ciência como única forma de conhecimento válido e rigoroso” (SANTOS, 2010, p. 46) e essa crença é uma das principais características do pensamento abissal.

A ecologia de saberes se faz presente, como um meio de intervenção no real e, dialogando com a sociedade, se consolidando enquanto aspecto pragmático e epistemológico, consiste na busca da inter-subjetividade que leva em conta que cada prática de conhecimento tem lugares, diferentes durações e ritmos diferentes. A intersubjetividade promove a disposição para conhecer e agir em diferentes escalas, articulando diferentes durações e é a partir desta caracterização como pragmática que o objetivo de dar vozes a diversos conhecimentos que possibilitem a inserção e a maior participação dos grupos sociais se consolida e, neste trabalho, esta prática se dá por meio das trocas de saberes originados pelas vivências nas oficinas de aprimoramentos de técnicas oferecidas às mulheres.

Além disso, o tema dos direitos humanos está fortemente presente neste trabalho no momento em que ele preza pelas práticas sociais direcionadas a inclusão social e ao enfrentamento das desigualdades. O conceito de direitos humanos pode ser entendido como aquele que assegura, reconhece e protege a dignidade de todos os seres humanos. De acordo com o Fundo das Nações Unidas pela Infância

(UNICEF, 2021, texto digital), “os direitos humanos regem o modo como os seres humanos individualmente vivem em sociedade e entre si, bem como sua relação com o Estado e as obrigações que o Estado tem em relação a eles”. Apesar de serem comumente utilizados como sinônimos, os termos “direito humanos” e “direitos fundamentais” se apresentam com outras perspectivas. De acordo com Carvalho (2017, texto digital),

Direitos Humanos são aqueles direitos inerentes à pessoa humana, que visam resguardar a sua integridade física e psicológica perante seus semelhantes e perante o Estado em geral, de forma a limitar os poderes das autoridades, garantindo, assim, o bem-estar social através da igualdade, fraternidade e da proibição de qualquer espécie de discriminação. Já os Direitos Fundamentais correspondem a situações jurídicas sem as quais a pessoa humana não se realiza, não convive e, às vezes, nem mesmo sobrevive; fundamentais “do homem” no sentido de que, a todos, por igual, devem ser não apenas formalmente reconhecidos, mas concreta e materialmente efetivados.

Os direitos fundamentais, segundo Cera (2018, texto digital) surgem em períodos distintos de acordo com a necessidade de cada época, dando origem a classificação das dimensões dos direitos fundamentais. A base para sua constituição é clara e se baseia nos princípios de liberdade, igualdade e fraternidade; entretanto o debate sobre o termo “dimensões” ou “gerações” dos direitos fundamentais segue em aberto no momento em que não há um consenso daqueles e daquelas que pesquisam o tema.

O jurista tcheco Karel Vasak (1929-2015) formulou a teoria das gerações dos direitos fundamentais de primeira, segunda e terceira gerações: a primeira, fundamentada na liberdade (*liberté*) teve origem a partir das revoluções burguesas e advoga sobre os direitos civis e políticos; a segunda, fundamentada na igualdade (*égalité*) trata das questões econômicas, sociais e culturais, sendo impulsionada pela Revolução Industrial e pelas consequências trazidas por ela e, por fim, os direitos de terceira geração, fundamentados na fraternidade (*fraternité*) que trata do direito ao desenvolvimento, a paz e ao meio ambiente que ganhou força, principalmente após a promulgação da Declaração Universal dos Direitos Humanos.

Silva Júnior (2010, p. 06, texto digital) informa que

A terminologia “gerações” de direitos implica na ideia de exclusão ou substituição. A geração futura, nova ou posterior excluiria a anterior. Mas, o que ocorre é que o homem, em momentos históricos distintos verifica que os direitos que já estão consagrados em documentos legais não são mais

suficientes para impor a dignidade da pessoa humana e necessitam de uma evolução, isto sem desprezar ou aniquilar direitos já reconhecidos.

Ainda que se fale em gerações, não constatei nenhuma hierarquia ou sucessão entre os direitos fundamentais que pudessem ser tratados de maneira indivisível visto que, segundo Bianco (2006, texto digital) “a evolução desses direitos não seguiu uma ordem cronológica em todos os lugares ou situações históricas”. Desta forma (e enquanto não se chega a uma consonância), prefiro trabalhar com a ideia de dimensão, indo ao encontro do conceito de duração defendido por Rocha e Eckert (2013) que, assim como nas camadas de tempo das memórias das interlocutoras, trazem essa definição dos direitos que se acumulam e se constituem de forma ampla.

Para compreender sobre o tema de políticas públicas direcionadas à igualdade social busquei fundamentação em Luís Roberto Cardoso de Oliveira e sua obra “Concepções de igualdade e (des)igualdades no Brasil”. Ter acesso à teoria fez com que as lentes do meu “óculos para ver a realidade” tivessem nitidez e foco. Nesta obra introdutória o autor discute a relação entre concepções de igualdade e cidadania no momento em que aponta para a falta de clareza na definição da ideia de igualitário, já discutindo sobre a tensão entre as concepções de igualdade como tratamento uniforme e como tratamento diferenciado, informando que a falta de padrão nas decisões parece soar arbitrária para os cidadãos. Exemplifica essa questão ao retratar o tratamento desigual recomendado pelas leis no Brasil, onde “as relações pessoais e a disputa por privilégios ganham um lugar de destaque” (OLIVEIRA, 2009, p.8). Deste modo, as questões relacionadas a ideia de uniformidade e continuidade (quando há um padrão entre todos os sujeitos envolvidos) soam díspares a premissa de respeito aos mesmos direitos e deveres. Informa também que “os dilemas da desigualdade no Brasil constituem tema corriqueiro de todos os debates envolvendo projetos de reforma (de todo tipo) ou perspectivas para o desenvolvimento econômico, social e político do país” (OLIVEIRA, 2009, p.8).

Além de Oliveira (2009) decupo o texto de Boaventura de Sousa Santos¹⁹ (2010) que, como numa “premonição” do que estava por acontecer, já trazia à tona todas essas transformações que a sociedade pós-moderna e capitalista nos impõe

¹⁹ Boaventura de Souza Santos é um dos primeiros autores trabalhados nas disciplinas do PPG em Diversidade Cultural e Inclusão Social quando falamos dos fundamentos à inclusão social e ele me serve de suporte para o debate envolvendo este tema.

com, pelo menos, doze anos de antecedência. Percebemos que tudo aquilo que o autor traz na obra “A Gramática do Tempo – para uma nova cultura política” vem ocorrendo no contexto nacional²⁰, frente aos desmontes nas áreas da educação, cidadania e trabalho (entre outras e por interesses próprios) e que tem levado (e elevado) o número de pessoas que sofrem com a falta de políticas públicas de combate à desigualdade e promoção da inclusão a números crescentes a cada dia.

Para Santos (2010) desigualdade e exclusão já não possuem mais o mesmo significado que apresentavam perante a sociedade em outros períodos pois, “pela primeira vez na história, a igualdade, a liberdade e a cidadania são reconhecidas como princípios emancipatórios da vida social” (SANTOS, 2010, p. 279). Entretanto, para acabar (ou pelo menos minimizar) a desigualdade e a exclusão que se mantém em nossa sociedade, são necessárias ações políticas e sociais eficazes para o combate destes problemas. O autor informa que, na sociedade capitalista, a discussão sobre a questão da desigualdade e da exclusão enquadra os termos em dois sistemas hierarquizados: “no sistema de desigualdade, a pertença dá-se pela integração subordinada enquanto no sistema de exclusão a pertença dá-se pela exclusão” (SANTOS, 2010, p. 280); pela desigualdade, quem está abaixo na hierarquia está dentro e pela exclusão, quem está abaixo está fora. Deste modo, a desigualdade é um fenômeno socioeconômico e a exclusão está relacionada a um fenômeno cultural e social que se “perpetua” historicamente e estabelece verdades. Santos (2010) dialoga com Foucault ao tratar de exclusão e informa que, tudo o que se arrisca ser diferente deste “senso comum” relacionado aos fenômenos culturais e sociais arraigados historicamente, acaba por sofrer rejeição e passa a fazer parte de uma heterotopia, que estabelece um limite onde só há transgressões compostas por grupos sociais que são atingidos pelo interdito social.

A exclusão pode ser entendida como dificuldades ou problemas sociais que levam ao isolamento e até mesmo à discriminação de um determinado grupo, sendo este, um processo em que o indivíduo vai, progressivamente, se afastando da sociedade por meio de rupturas consecutivas com a mesma. Fatores/estados como a pobreza, o desemprego ou emprego precário, as minorias étnicas e/ou culturais, as pessoas com deficiências físicas e mentais, os sem-abrigo, trabalhadores informais e

²⁰ Esses desmontes são os praticados pelos governos neoliberais e conservadores e vêm sendo realizados na América Latina e cujo exemplo identificamos no governo de Jair Bolsonaro no Brasil.

os idosos, podem originar grupos excluídos socialmente, mas não é obrigatório que o sejam. Já a inclusão é o ato de permitir, favorecer ou facilitar o acesso ao meio comum, indistintamente, seja qual for a inclusão, é um conjunto de meios e ações que combatem a exclusão, provocada pelas diferenças de classes sociais, idade, sexo, escolhas sexuais, educação, deficiências, preconceitos raciais entre outros.

Santos (2010) presume que o sistema da desigualdade se fundamenta no essencialismo da igualdade e o sistema da exclusão se estrutura no essencialismo da diferença e identifica graus diferentes de desigualdade e de exclusão: para exemplificar o grau extremo da desigualdade, cita o processo escravagista e para demonstrar o grau extremo da exclusão, cita o extermínio. As práticas sociais, as ideologias e as atitudes combinam a desigualdade e a exclusão, a pertença subordinada e a rejeição, em que um sistema de desigualdade pode estar acoplado a um sistema de exclusão. A modernidade capitalista consegue manter mecanismos de regulação social que permitem controlar os limites de desigualdade e exclusão, e os aciona, sempre que ocorre alguma situação adversa (fora do limite aceitável de desigualdade e de exclusão) na perspectiva de “redução das possibilidades de emancipação social às que são possíveis na vigência do capitalismo” (SANTOS, 2010, p. 282.

O mundo capitalista está constantemente em transformação e essas mudanças agravam-se a partir da globalização no momento em que grupos que representam interesses de outros poucos, exercem a hegemonia e utilizam de seu poder econômico e cultural para inserirem-se em espaço-tempo internacionais: “a nível muito geral, o impacto consiste na metamorfose do sistema de desigualdade em sistema de exclusão” (SANTOS, 2010, p. 297) e está associada, diretamente, ao trabalho/emprego. A revolução tecnológica que a globalização permite, cria rígidas segmentações no mercado de trabalho entre poucas pessoas com acesso à empregos bem qualificados, com remuneração condizente e certa estabilidade contra esmagadora maioria de pessoas pouco qualificadas, com salário precário e sem qualquer segurança ou direitos. E o autor complementa que

as metamorfoses por que estão a passar os sistemas de desigualdade e de exclusão sob o impacto dos processos de globalização, tanto econômica, como cultural são talvez ainda mais evidentes à luz de novos fenômenos de pertença subordinada em que se misturam cada vez mais intrinsecamente a pertença subordinada pela integração e a pertença pela exclusão com repercussões significativas na composição social dos grupos sociais neles

envolvidos e nas lutas sociais que eles protagonizam (SANTOS, 2010, p. 301-302).

A atualidade tem se configurado com contornos ainda imprecisos: globalização, espaços transnacionais, tecnologias, mundo digital, questões ambientais, biodiversidade e os sistemas de desigualdade e de exclusão estão em transição e parecem, atualmente, menos essencialistas (SANTOS, 2010). A constituição, a consolidação e as transformações desses sistemas acontecem em um campo de relações sociais conflituosas, onde atuam diferentes grupos raciais, sociais, culturais, sexuais, religiosos e nacionais, o que dificulta articular políticas de igualdade e políticas de identidade. Alegar que todos são iguais pressupõe que todos e todas temos uma identidade única, que não leva em conta as diferenças e que determinados grupos devem ser subordinados a outros; essa ideia de “igualdade” acaba descaracterizando e desqualificando as diferenças ao negar o que é intrínseco ao indivíduo. Quando me proponho a defender políticas de igualdade, penso que devo levar sempre em consideração as diferenças pois “nem toda diferença é inferiorizadora. E, por isso, a política de igualdade não tem de se reduzir a uma norma identitária única” (SANTOS, 2010, p. 313). Em uma política de igualdade genuína é necessária a articulação horizontal entre identidades discrepantes e entre as diferenças em que elas se assentam.

A máxima do autor “temos o direito de ser iguais sempre que a diferença dos inferioriza; temos o direito de ser diferentes sempre que a igualdade nos caracteriza” é o mote que deve permear a articulação pós-moderna e multicultural das políticas de igualdade e identidade. Porém, a efetivação desta conduta não é algo simples; é um processo de compreensão de que identidade e diferença não se configuram como características fixas dos indivíduos e sim, como características provisórias de acordo com o papel que estamos desempenhando socialmente. “A dificuldade da articulação entre políticas de igualdade e políticas de identidade ou de reconhecimentos da diferença não é a única com que nos defrontamos” (SANTOS, 2010, p.315). Ainda, segundo o autor, existem mais duas dificuldades para o exercício desta articulação:

a reinvenção necessária do Estado para que ele se adeque à nova articulação entre políticas de igualdade e políticas de identidade e a definição do espaço-tempo privilegiado para organizar as lutas sociais dentro e fora do marco do Estado (SANTOS, 2010, p. 315).

Para analisar estas questões que dificultam o exercício das políticas de igualdade e das políticas de identidade, o autor levanta, como chave do debate, a categoria do contrato social, avaliando os contornos teóricos que esta categoria recebe na modernidade, assim como a sua crise, ao que denomina de “fascismo societal” articulando, ainda, esta categoria com a análise das sociabilidades alternativas e da reinvenção do trabalho, para, enfim, propor a ideia do Estado como agente dos novos movimentos sociais.

“O contrato social é a grande narrativa em que se funda a obrigação política moderna ocidental, uma obrigação complexa e contraditória porque foi estabelecida entre homens livres, para maximizar e não para minimizar essa liberdade” (SANTOS, 2010, p. 317). E o contrato social na modernidade, reconstrói os momentos da fundação da obrigação política moderna, trazendo constante conflito entre o que é regulação ou emancipação social, entre interesses individuais e o bem comum, entre a vontade individual e a vontade geral reforçando a lógica da inclusão / exclusão. E essa tensão dialética acaba por gerar conflitos e crises nestes contratos sociais, atravessando um período de grande turbulência “que incide não apenas nos seus dispositivos operativos, mas também nos seus pressupostos, uma turbulência tão profunda que aponta para uma convulsão epocal e uma transição paradigmática” (SANTOS, 2010, p. 324). A crise da contratualização moderna está alicerçada na predominância de processos de exclusão sobre os processos de inclusão, criando formas de contratualização: o pós-contratualismo e o pré-contratualismo. No primeiro há a exclusão de grupos até então incluídos sem uma perspectiva de retorno enquanto o segundo restringe o acesso à cidadania dos grupos que já tinham uma expectativa de ascender a ela.

As exclusões produzidas, tanto pelo pós-contratualismo, como pelo pré-contratualismo são radicais e inelutáveis, a tal ponto que os que as sofrem, apesar de formalmente cidadãos, são de fato excluídos da sociedade civil e lançados num estado de natureza. Na sociedade do início do século XXI, o estado de natureza é a ansiedade permanente em relação ao presente e ao futuro, o desgoverno iminente das expectativas, o caos permanente nos atos mais simples de sobrevivência ou de convivência (SANTOS, 2010, p. 328).

Essas exclusões produzidas por estes dois movimentos (pré e pós-contratualismo) acarretam riscos e estes são analisados pelo autor quando trata da “Emergência do Fascismo Societal”; essa expressão designa, para o autor, um regime “social e civilizacional” (SANTOS, 2010, p. 333) composto de sub-formas, que se

configuram como o fascismo do *apartheid* social (que está fundamentado na segregação social dos excluídos em zonas específicas do espaço urbano das cidades e se embasa na criação de uma dupla forma de ação estatal, segundo a área nas quais vivem os excluídos: ou zonas civilizadas ou nas zonas selvagens).

O fascismo paraestatal, gerado pela usurpação das prerrogativas estatais por grupos muito poderosos que tanto podem neutralizar o poder do Estado quanto suplementá-lo; o fascismo da insegurança, intimamente articulado pela manipulação da insegurança daqueles grupos e pessoas vulneráveis à precarização do trabalho ou a acidentes variados, de modo a induzi-los a aceitar grandes sacrifícios em nome de pequenos avanços e o fascismo financeiro (o mais virulento e o mais refratário ao controle democrático, capaz de lançar para a exclusão países inteiros).

Para minimizar os impactos causados pela falta de ações que promovam o enfrentamento às desigualdades, a Organização das Nações Unidas (ONU) elaborou um documento denominado “Agenda 2030” que apresenta 17 objetivos para o desenvolvimento sustentável do planeta até o ano previsto. Cada objetivo (ODS) é composto por metas, que

se constroem sobre o legado dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio e concluirão o que estes não conseguiram alcançar. Eles buscam concretizar os direitos humanos de todos e alcançar a igualdade de gênero e o empoderamento das mulheres e meninas. Eles são integrados e indivisíveis, e equilibram as três dimensões do desenvolvimento sustentável: a econômica, a social e a ambiental (ONU, 2020, fonte digital).

Esta agenda é um plano de ação para as pessoas, para o planeta e para a prosperidade; ela também busca fortalecer a paz universal com mais liberdade, reconhecendo que a erradicação da pobreza em todas as suas formas e dimensões, incluindo a pobreza extrema, é o maior desafio global e um requisito indispensável para o desenvolvimento sustentável. E este trabalho de tese vai ao encontro de, pelo menos dois dos objetivos de desenvolvimento sustentável quando busca o debate sobre a igualdade de gênero e a redução das desigualdades.

Figura 12 - Objetivos de Desenvolvimento sustentável alinhados ao trabalho de tese



Fonte: Elaborado pelo autor a partir do site da ONU (2020)

E, neste contexto de reforma e de nova organização política do Estado, Santos (2010) aborda o papel social desempenhado pelo terceiro setor quando trata dos novos modelos para a organização política do Estado acreditando numa reinvenção da Democracia por meio do papel social desempenhado por este segmento que se apresenta como

uma designação residual e vaga com que se pretende dar conta de um vastíssimo conjunto de organizações sociais que não são nem estatais nem mercantis, ou seja, organizações sociais que, por um lado, sendo privadas, não visam fins lucrativos, e, por outro lado, sendo animadas por objetivos sociais, públicos ou coletivos, não são estatais (SOUZA, 2010, p. 349-350).

Quando falamos de grupos que acabam por assumir compromissos que deveriam ser do Estado (e aqui cito, principalmente, as ONGs²¹), entendo que já estamos falando de grupos que sofreram/passaram por algum processo de exclusão e que viram, nessas organizações, uma forma de incluir-se novamente na sociedade e, sobre este tema, falarei posteriormente.

²¹ Organizações não-governamentais

Dito de maneira simples, feminismo é um movimento para acabar com sexismo, exploração sexista e opressão [...]. Na verdade, essa definição deixa implícito que todos os pensamentos e todas as ações sexistas são problemas, independentemente de quem os perpetua ser mulher ou homem, criança ou adulto.

Também é ampla o suficiente para incluir a compreensão de sexismo institucionalizado sistêmico. Como definição, não é conclusiva. Sugere que, para compreender o feminismo, uma pessoa precisa necessariamente compreender o sexismo.

Bell Hooks em “*O feminismo é para todo mundo*”

4. “ALINHAVANDO IDEIAS” – BREVES CONSIDERAÇÕES SOBRE AS QUESTÕES DE GÊNERO E RAÇA/ETNIA

O título acima chama a atenção no que diz respeito à questão de gênero. Sim, todas as parceiras desta pesquisa são mulheres e elas próprias são as narradoras das suas trajetórias sociais e de vida como veremos no capítulo a seguir. Deste modo, abordar a noção de gênero se torna essencial nas análises das relações sociais e do desenvolvimento humano no mundo: ela surge a partir da ascensão dos movimentos feministas e confere, pelo menos no discurso, o acesso a plena cidadania. As desigualdades de gênero são prejudiciais porque retardam o crescimento, reduzem o desenvolvimento econômico e são, provavelmente, esses os argumentos que contam na balança de um mundo dominado pelas forças de mercado (HAINARD; VERSCHUUR, 2004).

Definir gênero exige que façamos distinções sociais e culturais em oposição ao sexo (que se refere às diferenças puramente biológicas entre homens e mulheres) de modo que essas diferenças sexuais são universais e a diferença social entre homens e mulheres é variável. Percebo isso, principalmente no campo do trabalho, onde a divisão sexual é a base das diferenças de gênero e o lugar que a sociedade atribui a cada indivíduo, com diferentes papéis, responsabilidades e condicionantes. Essa divisão varia histórica e culturalmente, dependendo da organização socioeconômica e das relações sociais. Considerando que as relações sociais entre homens e mulheres são atravessadas por outras variáveis (como diferenças de idade, classe social e raça) vemos que as mulheres não constituem uma categoria homogênea pois o gênero é uma construção social.

Falar de gênero é se interessar pelas relações sociais e relacionais entre homens e mulheres e, segundo Scott (2000) é uma forma primária de significar relações de poder, deslocando a subordinação das mulheres da esfera doméstica (única categoria de pertença atribuídas a elas até então). Essa análise parcial e errônea da realidade, que prevalece até a década de 1970, penaliza as mulheres com relação à promoção de políticas públicas, sobrecarregando sem questionar as estruturas de reprodução social das desigualdades. Segundo Hainard; Verschuur (2004, p. 22 e 23)

a abordagem de gênero e desenvolvimento apareceu em resposta às críticas destes estudos para ir na direção de um desenvolvimento equilibrado entre homens e mulheres. Implica uma abordagem diferente, passando de uma descrição dos papéis de mulheres e homens para uma análise das relações sociais entre mulheres e homens.

É preciso levar em conta que as intenções declaradas nos estudos envolvendo a questão de gênero incidem, principalmente, sobre as mulheres pois há uma espécie de “excesso de visibilidade” da identidade feminina como uma construção social ao passo que a identidade masculina aparece como um dado, uma norma raramente questionada. Isso pode ser uma compensação pelo fato de que por muito tempo as mulheres foram esquecidas no processo de desenvolvimento (WHITE, 1997).

A análise de gênero, historicamente focada inicialmente nas mulheres, facilitou a abertura desse debate para os homens. Nesse sentido, o empoderamento da mulher continua sendo uma prioridade, entre outras coisas, porque pode possibilitar iniciar a desconstrução de acordo com o gênero e repensar suas relações. É bem possível que esta seja novamente uma responsabilidade adicional para as mulheres; seria, portanto, necessário estudar como e com quem (quais aliados) elas poderiam melhor compartilhar esta responsabilidade.

Kabeer (1995) insiste que o contexto cultural é essencial na análise das consequências das mudanças econômicas na vida das mulheres: uma sociedade com fundamentos exclusivamente patriarcais pode ver um fortalecimento das relações de submissão das mulheres ao ingressar no mundo do trabalho assalariado, em condições de exploração na fábrica e auto exploração na família. Em um estudo sobre mulheres trabalhadoras em uma indústria têxtil de Bangladesh a autora conclui que as novas oportunidades de emprego remunerado para mulheres transformaram suas vidas. Ela observa mudanças no nível estrutural, por exemplo, nas práticas de casamento, organização intrafamiliar, padrões de migração e no nível individual. Essas oportunidades permitiram que as mulheres encontrassem um lugar mais central, para garantir uma vida melhor para seus filhos, realizar sonhos, recusar relações impostas, revelando a importância do acesso das mulheres à renda monetária para modificar as relações de gênero e poder.

A partir desta inserção no campo profissional e diante das situações a que foram socialmente submetidas, as mulheres se revoltam e essa revolta, segundo Beauvoir (2009, p. 393),

É o único caminho aberto aos que não têm possibilidade de construir o que quer que seja; cumpre-lhes recusar o limite de sua situação e procurar abrir para si os caminhos do futuro; a resignação não passa de uma demissão e de uma fuga; não há, para a mulher, outra saída senão a de trabalhar pela sua libertação.

Nesse sentido, percebo empoderamento como um processo de desenvolvimento de habilidades de negociação, em nível familiar e coletivo para a transformação da sociedade e que possibilite romper com o desenvolvimento desigual, não apenas em termos de gênero, mas envolvendo as questões étnico/raciais da mesma forma, numa abordagem que parte do indivíduo para a sociedade, reivindicando certa legitimidade como fonte de inspiração para a definição de políticas públicas (HAINARD; VERSCHUUR, 2004).

Essas questões étnico/raciais são trazidas por Frederik Barth (1928 – 2016), um antropólogo norueguês que reformulou o conceito de grupo étnico a partir da publicação da sua obra “Grupos étnicos e suas fronteiras” (1969) que compõe a obra de Poutignat e Streiff-Fenart (1998) sob o título de “Teorias da Etnicidade”. Nesta pesquisa, os autores conceituam grupo étnico como sendo uma forma de organização social cuja base é a auto atribuição ou a imputação por outros a uma categoria étnica:

Os grupos étnicos são vistos como uma forma de organização social. Então, um traço fundamental torna-se [...] a característica da auto-atribuição ou da atribuição por outros a uma categoria étnica. Uma atribuição categórica é uma atribuição étnica quando classifica uma pessoa em termos de sua identidade básica mais geral, presumivelmente determinada por sua origem e seu meio ambiente. Na medida em que os atores usam identidades étnicas para categorizar a si mesmos e outros, com objetivos de interação, eles formam grupos étnicos nesse sentido organizacional (POUTIGNAT; STREIFF-FENART, 1998, p. 193-194).

Para Barth (apud POUTIGNAT; STREIFF-FENART, 1998, p. 189-190), o termo grupo étnico geralmente é utilizado para designar populações que

- a) Se perpetuam biologicamente de modo amplo;
- b) Compartilham valores culturais fundamentais, realizados em patente unidade nas formas culturais;
- c) Constituem um campo de comunicação e interação;
- d) Possuem um grupo de membros que se identifica e é identificado por outros como se constituísse uma categoria diferenciável de outras categorias do mesmo tipo.

Sob este olhar, o conceito de etnia está associado às práticas e construções culturais que diferenciam um grupo dos demais, distinguindo estes grupos por meio

de características de cunho cultural. Deste modo, o conceito de grupo étnico pode ser compreendido e analisado quando há a interação com outros grupos. A identidade étnica é, portanto, uma forma de estabelecer os limites entre os grupos e um modo de fortalecimento e manutenção dos laços entre os indivíduos que integram um determinado grupo. Complementa Palmeira (2015, p. 36, grifo do autor) que

a definição de grupo étnico “como uma forma de organização social”, desloca a ênfase do grupo étnico ou a matéria cultural que o compõem para as fronteiras/ limites étnicos. De acordo com esta visão, é nas fronteiras sociais onde estão os limites da relação nós/eles que se encontram os critérios de pertença, ou seja, tanto aquilo que define quem é ou não membro, como o conjunto de regras que organiza as interações sociais nos contatos interétnicos.

A etnicidade configura-se como um fenômeno essencialmente cultural a medida em que o processo de transmissão cultural entre as diferentes gerações está presente no cotidiano da comunidade, destacando os processos de interação entre os grupos e este conceito, “ainda hoje busca dar conta do modo como os sujeitos e os grupos interagem a partir das fronteiras étnicas, como representam a si mesmos e os outros dentro de um contexto social determinado, isto é, no interior dos Estados nacionais” (NUNES, 2013, p.163) de modo que

é importante reconhecer que, embora as categorias étnicas tomem em consideração as diferenças culturais, as características que são levadas em consideração não são a soma das diferenças “objetivas”, mas somente aquelas que os próprios atores consideram significantes (POUTIGNAT; STREIFF-FENART, 1998, p. 194, grifo dos autores).

Nunes (2013, p. 161) chama a atenção ao informar que “no Brasil, muitas das críticas as políticas de ações afirmativas de base étnico-racial advertem sobre os perigos do interesse pela raça conduzir a um fortalecimento da intolerância, do preconceito e ódio raciais” e que, para compreender as diferentes concepções dos conceitos, é necessária atenção especial, principalmente sobre as questões socioculturais às quais estão relacionadas. E complementa que

Tanto o conceito de raça quanto os de etnia/eticidade são portadores de conotações políticas que, necessariamente, devem ser contextualizadas. O entrelaçamento dos conceitos e suas múltiplas significações ajudam a elucidar o porquê das tantas controvérsias relacionadas à manipulação e aplicação dos mesmos, quer no interior da academia e dos movimentos sociais, quer nas instituições governamentais e não governamentais por ocasião da formulação e execução de políticas públicas (NUNES, 2013, p. 161).

A manutenção de tradições e a transmissão dos saberes são a base para a estabilidade da identidade étnica de um grupo que, ao mesmo tempo que diferencia os indivíduos dos demais grupos os une de acordo com a familiaridade dos traços culturais que compartilham de modo que, nas palavras de Barth (apud POUTIGNAT; STREIFF-FENART, 1998, p. 200) “o vínculo positivo que liga vários grupos étnicos em um sistema social englobante depende da complementaridade dos grupos no que concerne a certos traços de suas características culturais”.

À concepção de etnia trazida pelos autores pode-se relacionar a questão feminina na concepção cultural brasileira sob o olhar de Lélia Gonzales (1935-1994): a autora é uma intelectual de grande representatividade no contexto das discussões raciais no Brasil. Para além das questões do feminismo negro, sua trajetória está sendo mais conhecida, o que se observa pelo aumento significativo de publicações de sua coletânea de textos.

As informações que apresento agora remetem a minha leitura da coleção de Lélia Gonzales intitulada “Retratos do Brasil Negro” com informações compiladas por Ratts e Rios (2010) e aos conhecimentos apreendidos durante o curso “Feminismo Negro” promovido pelo Coletivo Di Jeje²² e realizado entre os dias 22 e 29 de julho de 2021, com a professora Jaqueline Conceição.

O que temos de Lélia Gonzales, em questões bibliográficas, são coletâneas de textos, entrevistas e palestras que compõem os materiais que são divulgados e o material de Ratts e Rios (2010) faz um compilado desta produção da intelectual brasileira. Por todos os espaços onde ela transitou, o lugar de excelência da produção acadêmica da Lélia Gonzales é, justamente, a antropologia e poder enquadrar a autora nesta perspectiva de análise facilita o estabelecimento de um diálogo com aqueles conceitos que ela trata.

Insiro neste diálogo também, a escritora portuguesa Grada Kilomba que traz em seu livro “Memórias da Plantação” o desmonte de episódios cotidianos de racismo presentes na sociedade; em um dos capítulos, a autora apresenta uma narrativa traumática ocorrida em seus doze anos de idade e, a partir dela, traz a reflexão os conceitos de raça e gênero. Em resumo: ao final de uma consulta médica, a menina

²² O Coletivo Di Jeje, é uma plataforma virtual com aulas sobre Feminismo Negro e Pensamento Racial no Brasil e pode ser acessado pelo link <https://coletivodijeje.com.br/>

foi convidada pelo profissional para cozinhar, limpar e lavar na casa de sua família, durante as férias de verão no litoral de Portugal. A autora interpreta o convite, dirigido a uma menina negra, como uma prática racista que mostra como raça e gênero estão entrelaçados.

Pode-se colocar o problema da subestimação em um contexto de gênero desde que eu - uma menina - fora interpelada sobre a possibilidade de me tornar uma trabalhadora doméstica de um homem adulto após uma consulta médica. Essa cena, no entanto, acontece nos âmbitos tanto da diferença racial quanto da de gênero já que o médico não é apenas homem; ele é um homem *branco* e eu não sou apenas uma menina, mas uma menina *negra* (KILOMBA, 2019, p. 94, grifos da autora).

Já Lélia Gonzales nos faz refletir sobre a experiência racial no Brasil pelo viés das mulheres negras: ao pensar as mulheres negras como protagonistas dos processos sociais e políticos que envolvem as lutas da comunidade negra no Brasil podemos pensar a experiência das mulheres negras pelo viés do feminismo negro. Mas quando se propõe a olhar a experiência de um lugar teórico mais amplo (DI JEJÊ, 2021), consegue-se utilizar esses conhecimentos e produzir reflexões sobre as condições raciais no Brasil a partir das mulheres negras (mas não somente com as mulheres negras) ao que Kilomba (2019, p. 103, grifos da autora) complementa que:

ao conceituar o gênero como o único ponto de partida da opressão, teorias feministas ignoram o fato de que mulheres *negras* não são somente oprimidas por homens - *brancos e negros* - e por formas institucionalizadas de sexismo, mas também pelo racismo – tanto de mulheres *brancas* quanto de homens *brancos* - além de por formas institucionalizadas de racismo.

A questão do racismo permanece arraigada na nossa sociedade, através de situações cotidianas e que nos fazem refletir sobre o tema. Quando Mariglei Dias (interlocutora da comunidade quilombola Rincão da Chirca) buscava informações para prosseguir com o reconhecimento da comunidade como território quilombola, ela se depara com um episódio que chama sua atenção:

a gente realmente não encontra nada, a gente não encontra nem fotos nem registros porque essas pessoas ficavam lá nos fundos das fazendas, não participavam das atividades e quando participavam pouco apareciam... nomes não são citados, fotografias são poucas... e quando a gente vai buscar isso fora da comunidade, as pessoas têm um certo estranhamento, um constrangimento em te contar toda a história. Então te contam que “o fulano, era da família, era tratado como da família”... mas dormiam lá no quartinho dos fundos, comiam na cozinha (quando não comia lá no galpão), comiam depois que a família da Casa Grande comia, o que sobrava... e são por essas coisas que tu começa a perceber que era diferente (Trecho da entrevista com Mariglei Dias de Lima, em 03/12/2021, via Google Meet, informação verbal).

Lélia passa por um episódio traumático envolvendo seu marido e sua cunhada²³ e, para descobrir-se negra, ela vai buscar nas religiões de matriz africana a experiência ancestral de reconexão com a sua identidade negra. Numa sociedade esvaziada de estereótipos positivos, a mulheridade construída a partir do arquétipo das ancestrais é um local seguro onde as mulheres negras buscam esse referencial para uma noção de corpo, de sexualidade, de maternidade e de liderança política, numa ressignificação desse lugar (RATTS E RIOS, 2010). Esse episódio traumático de racismo estrutural aparece, também, nas palavras de Kilomba:

para reconhecer a realidade de mulheres *negras* temos de distinguir os entrelaçamentos de “raça” e gênero em estruturas de identificação. A incoerência do termo “sororidade” torna-se óbvio no episódio que recordei no início deste capítulo, pois ele não consegue explicar o porquê de uma menina *negra* ser convidada a tornar-se a serva de uma mulher *branca* e de sua filha *branca*. Nesta cena, não há “sororidade” e não há cumplicidade entre as mulheres, mas sim uma hierarquia racial pois eu fui interpelada a tornar-me a serva de uma mulher *branca* (KILOMBA, 2019, p. 101, grifos da autora).

Segundo Ratts e Rios (2010) Lélia estuda a inserção das mulheres negras na vida comunitária e econômica do Rio de Janeiro e essa inserção foi fundamental para moldar a produção cultural e a construção do que é o carioca no Rio de Janeiro: são as mulheres negras, que no trânsito cotidiano da cidade, vão introduzindo seu ritmo e a sua forma de produção corporal; um traço da experiência feminina negra e africana é a introdução das mulheres negras no mercado de trabalho doméstico, ocupando a vida quotidiana das famílias brancas e, sobretudo, educando as crianças brancas.

Desta forma, o processo cultural de formação, a partir do trabalho doméstico, introduz a presença das mulheres negras nas relações culturais e a inserção de mulheres negras nos lugares sociais fundamentais é uma presença que não pode ser apagada. O que Lélia propõe é que não dá para pensar as questões raciais no Brasil sem olhar a relação da experiência africana a partir da produção cultural e o papel central das mulheres negras para manutenção das relações.

²³ Lélia Gonzales relata, em uma entrevista, como é que ela se descobre negra: embora ela tenha nascido negra, de uma família de pessoas negras, ela só se percebeu negra e entendeu o que significava ser negra quando, num dado momento (ela era casada com o professor espanhol Luiz Carlos Gonzales) estavam em casa, no apartamento em Copacabana e toca a campainha. Ao atender a porta, uma senhora espanhola pede que ela chame seu patrão. Então seu marido informa que Lélia não era sua empregada e sim, sua esposa. A família de Luiz Carlos rompe com ele por conta do racismo e, um tempo depois, ele se suicida. Lélia informa que essa experiência traumática (tanto a de ser confundida com a empregada dentro de casa quanto o fato de o companheiro ter rompido com a família para assumir a negritude dela) foi o que fez com que ela entendesse que precisava se apropriar da sua própria identidade racial.

A partir do momento em que visualizamos as experiências apresentadas por Lélia Gonzales e Grada Kilomba, é possível perceber que a inserção de produção cultural negra é fundamental para compreender a questão cultural do Brasil, sem poder dissociar cultura brasileira do lugar da mulher negra; pensar o Brasil (e pensar as relações culturais no Brasil) é pensar nas mulheres negras (RATTS; RIOS, 2010).

Uma questão que é fundamental para Lélia é a ideia de interseccionalidade, não como a junção de opressões que vão desencadear uma compreensão política e sim, para entender como é que as chaves sociais de organização desse modelo estrutural da sociedade brasileira atravessam os corpos e vão apontando as possibilidades de intervenção e de produção de experiência desses corpos. Então, para Lélia (RATTS; RIOS, 2010), quando se intersecciona a ideia de classe com a ideia de raça (e quando se intersecciona também com a ideia de gênero) se tem uma compreensão do lugar subalterno da mulher negra e Kilomba (2019, p. 96, grifos da autora) complementa, a luz da sua experiência, que

embora exista uma intersecção complexa entre “raça” e gênero, trocar a “raça” das personagens, mais do que mudar o gênero, alteraria profundamente o conjunto de relações de poder. Todas as personagens brancas teriam permanecido protegidas, ao contrário de todas as personagens negras. Portanto, pode-se concluir que muitas, se não a maioria das experiências pessoais com o racismo, são formas de racismo de gênero.

Não identificar a intersecção entre “raça”, gênero e estruturas raciais de poder faz com que as mulheres negras sejam ainda mais invisibilizadas e que não estejam presentes nas teorizações feministas (DI JEJÊ, 2021); as feministas negras reivindicam seu protagonismo nas teorias feministas e lutam que a existência do racismo seja reconhecida como um fator estruturante; no entanto, tem havido grande resistência no contexto dos discursos feministas ocidentais em aceitar e teorizar o racismo como uma dimensão central e crucial da experiência das mulheres. E esse encontro entre raça e gênero são inseparáveis, na concepção de Kilomba (2019, p. 94, grifos da autora):

“raça” não pode ser separada do gênero nem o gênero pode ser separado da “raça”. A experiência envolve ambos porque construções racistas baseiam-se em papéis de gênero e vice-versa, e o gênero tem um impacto na construção de “raça” e na experiência do racismo. O mito da mulher *negra* disponível, o homem *negro* infantilizado, a mulher muçulmana oprimida, o homem muçulmano agressivo bem como o mito da mulher branca emancipada ou do homem branco liberal são exemplos de como as construções de gênero e de “raça” interagem.

Lélia comenta da estrutura social que impede a mobilidade econômica das mulheres negras, de modo que as mulheres negras (pela relação de raça e de gênero) e o racismo é o que mantém as mulheres fixas no interior da base da sociedade, se configurando como o mecanismo social que não permite que as mulheres negras alcancem outros lugares nas relações sociais. Para Lélia (RATTS; RIOS, 2010), culturalmente as mulheres negras estão inseridas na base da sociedade brasileira e não dá para pensar o Brasil sem pensar o papel das mulheres negras. Mas a dinâmica do racismo impede que essas mulheres negras acessem um lugar econômico; então é preciso instrumentalizar as mulheres negras para acessar este lugar econômico, porque esse lugar de disputa (o mundo econômico, mundo externo, o mundo dos homens, o mundo fora do ambiente doméstico) é onde a vida acontece.

Losacco (2018, p. 67, em livre tradução do original²⁴) traz a reflexão das estruturas onde o racismo se apresenta quando informa que

O racismo abrange múltiplas dimensões: a epistêmica, a espiritual, a de gênero, a de sexo, entre outros. É por isso que o capitalismo como sistema histórico é muito mais do que um sistema econômico ou uma forma de organizar a produção; é uma forma de organização da vida e existência, portanto, ao invés de falar sobre o capitalismo, devemos nos referir a matriz colonial de poder.

Ao que Kilomba (2019, p. 97) complementa:

mulheres negras têm sido incluídas em diversos discursos que mal interpretam nossa própria realidade: um debate sobre racismo no qual o sujeito é o homem negro; um discurso genderizado no qual o sujeito é a mulher branca; e um discurso de classe no qual raça não tem nem lugar. Nós ocupamos um lugar muito crítico dentro da teoria.

Entretanto, Kilomba (2019, p. 103) traça críticas com relação a luta antirracista por parte de feministas ocidentais, tendo em vista que “suas precursoras *brancas* não foram e não são confrontadas com a violência racista mas “somente” com a opressão de gênero” e este conceito (o de gênero) é o que pauta as teóricas destas feministas;

Na tentativa de comparar o sexismo e o racismo, as feministas *brancas* esquecem de conceituar dois pontos cruciais: primeiro, que elas são *brancas* e, portanto, têm privilégios *brancos*. Esse fator torna impossível a comparação de suas experiências às experiências de pessoas negras. E, segundo, que as mulheres *negras* também são mulheres e, portanto, também experienciam o sexismo. Uma falha irônica, porém trágica, que teve como

²⁴ El racismo abarca múltiples dimensiones: la epistémica, la espiritual, la de género, la de sexo, entre otras. Es por esto, que el capitalismo como sistema histórico es mucho más que un sistema económico o una forma de organizar la producción; se trata de un forma de organización de la vida y la existencia, por lo tanto, más que hablar de capitalismo debemos referimos a la matriz colonial de poder.

resultado a invisibilização e o silenciamento de mulheres negras dentro do projeto feminista global (KILOMBA, 2019, p.100, grifos da autora).

E do ponto de vista do feminismo negro, surge uma nova perspectiva de abordagem do tema, a partir do racismo que se apresenta:

se feministas *negras* titubeiam ao enfatizar o gênero como categoria, o fazem em defesa da maneira com que mulheres *negras* narram suas experiências, pois é evidente que mulheres negras têm historicamente formulado identidade e pertença política em termos de “raça” em vez de gênero ou classe, uma vez que experienciam primeiro a opressão relacionada a raça em vez da opressão do gênero (KILOMBA, 2019, p.106, grifos da autora).

Lélia analisa os lugares ocupados pelas mulheres negras como lugares culturais da mulher negra nas relações culturais brasileiras, analisando as comunidades cariocas nos anos de 1960 e o aspecto de anulação da mulheridade negra, inserindo esta mulher em três lugares comuns atribuídos às mulheres negras naquela época: o trabalho doméstico, a mãe que cuida e ampara a comunidade e a mulata que oferece prazer (DI JEJÊ, 2021).

Ao problematizar a questão da negritude, Lélia informa que ser negro é uma condição biológica e tornar-se negro, uma construção política: quando o sujeito constrói a sua negritude ele está construindo essa negritude como um lugar político (RATTS; RIOS, 2010). Existe um enquadre biológico do corpo negro, que está acentuado com os traços do fenótipo negro, mas entender-se como negro numa sociedade racista, ausente de uma discussão racial é um processo político, um processo de formação racial. No momento em que Lélia passa pelo episódio do racismo na família, citado anteriormente, ela entende que ocupa um lugar histórico, político, econômico e ancestral e que esse lugar é um lugar da negritude. A partir disso ela passa a refletir sobre o próprio processo de consumo da identidade negra no Brasil e qual é o lugar das mulheres negras nesse processo. Kilomba (2019, p. 100, grifos da autora) corrobora e complementa esse pensamento ao informar que

Pode-se argumentar que, como processos, o racismo e o sexismo são semelhantes, depois ambos constroem ideologicamente o senso comum através da referência às diferenças “naturais” e “biológicas”. No entanto, não podemos entender de modo mecânico o gênero e a opressão racial como paralelos porque ambos afetam e posicionam grupos de pessoas de formas diferentes e, no caso das mulheres *negras*, eles se entrelaçam.

O papel das feministas negras na sociedade não é o de

classificar as estruturas de opressão de tal forma que mulheres *negras* tenham que escolher entre a solidariedade com homens *negros* ou com mulheres *brancas*, entre “raça” ou gênero, mas ao contrário: é tornar nossa realidade e experiência visíveis tanto na teoria quanto na história (KILOMBA, 2019, p. 108, grifos da autora).

O movimento das feministas negras assume papel central no desenvolvimento de uma crítica pós-moderna sobre o debate das questões de gênero e raça. Desta forma, os estudos de e com mulheres negras ganham espaço no saber da sociedade, gerando conteúdos capazes de modificar os pensamentos vigentes sobre estes conceitos, trazendo à reflexão a forma como os conceitos têm sido teorizados até então.

A partir do exposto neste capítulo, de que a inserção das mulheres na sociedade (e, especificamente das mulheres negras) se dá a partir da utilização da sua mão de obra e para contextualizar o papel das mulheres no campo do trabalho trago, no próximo capítulo, a memória das minhas interlocutoras direcionadas a este tema e apresento os seus deslocamentos entre cidades, num processo de migração para contextos urbanos e a sua inserção no campo profissional.

A nova questão social hoje parece ser o questionamento desta função integradora do trabalho na sociedade. Uma desmontagem desse sistema de proteção e garantias que foram vinculadas ao emprego e uma desestabilização, primeiramente da ordem do trabalho, que repercute como uma espécie de choque em diferentes setores da vida social, para além do mundo do trabalho propriamente dito.

Robert Castel em "*Desigualdade e a questão social*"

5. “ENTRELAÇANDO HISTÓRIAS” – SOBRE A QUESTÃO DO TRABALHO

Neste momento do texto me dedico a retomar alguns apontamentos realizados a luz dos textos de Zygmunt Bauman, Robert Castel e José de Souza Martins, principalmente quando estes autores tratam da questão do trabalho (tema este que permeia minha pesquisa de tese com os grupos estudados) e das novas questões sociais que se configuram a partir deste tema. As falas dos autores, apesar de terem sido produzidas há, no mínimo, 10 anos, trazem com clareza o momento delicado pelo qual transita a questão do trabalho (e, principalmente, todas as alterações e supressões de conquistas adquiridas ao longo de mais de 70 anos) no cenário político atual do Brasil. Pertinente fazer esta interlocução dos autores com o objeto, na perspectiva de compreender de que forma todas essas questões afetam, direta e indiretamente, a sociedade na qual estamos inseridos.

Bauman (2004) sintetiza o projeto da modernidade como a forma do homem moderno encarar o mundo, por meio do pensamento racional e da necessidade de administrar o mundo. O mundo administrado é o mundo preconcebido pelo pensamento racional, ou seja, é precedido por ideias, planos, ideais e intenções premeditadas. A modernidade, segundo o autor, traz consigo diferentes desafios frente ao destino do homem moderno e um desses desafios, na conjuntura de uma sociedade capitalista atual, está relacionado ao trabalho e a sua precarização. O processo de precarização, onde a trabalhadora e o trabalhador se veem desprovidos de suas garantias e perspectivas sólidas, com poucas chances e garantias legais e formais, traz inseguranças e acaba por excluir essas pessoas (BAUMAN, 2004). Complementa, informando que

novas formas de exploração e de obtenção de lucro são formuladas, encontrando seu apogeu não mais em objetos materiais, mas sim em ideias e, que se tornam lucrativas quando o público-alvo deixa de ser os produtores e passa a ser os consumidores. Concomitantemente a este fato, o poder de pressão da força de trabalho local sobre o capital começa a sofrer drástica diminuição, ao passo que quem dita as regras da mobilidade do capital é a presença ou não de consumidores em um determinado local (BAUMAN, 2004, p. 105).

O autor cita ainda as pessoas que não conseguem se adequar à chamada “sociedade de consumidores”: se antes, na época da “sociedade de produtores”, as gerações possuíam estabilidade quanto ao estilo de vida que levavam (emprego

garantido, Estado provedor de bem-estar, estabilidade nas relações sociais), hoje a vida moderna as pressiona a se adaptarem à fluidez e à instabilidade das mudanças constantes e cada vez mais rápidas nas esferas socioeconômicas, onde nada mais é garantido, nem mesmo as relações pessoais.

Sob o viés das transformações da questão social, Castel (2000) propõe uma análise a partir do início do capitalismo industrial em que as sociedades encontram um novo desafio com a mundialização da economia, o qual chama de globalização. Para definir o que é a questão social, o autor informa, resumidamente, que a questão social “é um desafio que questiona a capacidade de uma sociedade de existir como um todo, como um conjunto ligado por relações de interdependência” (CASTEL, 2000, p. 238). Explica ele que nos primórdios da industrialização, a questão social era a ameaça de fratura representada pelos proletários, que ocupavam um lugar na força de trabalho das indústrias sem estarem encaixados socialmente, criando uma massa de miseráveis, não socializados, cortados de seus vínculos rurais, à mercê do acaso e da violência.

O trabalho como forma de troca (assalariado) sempre pertenceu às pessoas de menos posses (os escravos, os servos, os camponeses) que trabalhavam para sobreviver. Este indivíduo, segundo Castel (2000, p 242) “é alguém que não tem propriedade e que tem apenas as forças de seus braços para vender e que o faz geralmente de forma frágil e miserável” e é na sociedade salarial, “uma sociedade na qual a maioria dos sujeitos sociais tem sua inserção social relacionada ao lugar que ocupam no salariado, ou seja, não somente sua renda, mas também seu status, sua proteção, sua identidade” (CASTEL, 2000, p. 243) que se inventou a seguridade por meio da estabilidade do emprego, sendo o salário uma fonte de renda confortável, de posições, de prestígio e de poder. Corroborando Martins (2008, p. 155-156, grifo do autor) ao informar:

Numa sociedade assim, a evolução “natural” das relações de trabalho, isto é, trabalho assalariado, como fundamento do processo de acumulação, implica numa progressiva mudança na composição orgânica do capital. Isto é, implica no crescimento do capital constante em detrimento do capital variável: mais máquinas, tecnologia e conhecimento técnico e científico - mais capital morto – em relação a dispêndios com a força de trabalho – menos capital vivo.

Para Castel (2000), essa sociedade não deixa de ser uma sociedade de desigualdade, pois permanecem a injustiça e a exploração ao que Martins (2008)

complementa que a desvalorização do trabalho tornou o Brasil competitivo e engendrou “a metamorfose de parte da classe trabalhadora em excluídos” e a diluição “da identidade de trabalhador na figura do trabalhador familiar ciclicamente excluído” (MARTINS, 2008, p.34). Esta mudança social abriu espaço para a outra interpretação: a orientação conservadora.

A mudança social sobrepõe o excluído ao trabalhador: agora os protagonistas não estão mais nas fábricas e sim, nas ruas, nas favelas e cortiços, nas invasões. Agora, não é o operário que está em primeiro plano; são as famílias, a desagregação, o mendigo, a criança de rua, o desempregado, o morador precário, o expulso da terra e recusado pela cidade e estes não participam do processo de produção (e reprodução).

Para Martins (2008), a sociedade precisa discutir as formas de inclusão (o preço moral e social da inclusão), pois vivemos em uma sociedade degradante. O que a sociedade capitalista propõe hoje aos chamados excluídos está nas formas crescentemente perversas de inclusão, na degradação da pessoa e na desvalorização do trabalho como meio de inserção digna na sociedade ao que Eckert e Rocha (2015, p.20) complementam:

O tema do tempo e do trabalho na modernidade não pode, pois, estar desvinculado das espacialidades em que se processam as relações entre estruturas institucionais e atores sociais, em especial os centros urbanos, contextos privilegiados dos processos de industrialização. O trabalho no tempo das dinâmicas urbanas é abordado pelo prisma da individualização (sem desvincular a interdependência às regiões de produção agrícola e pecuária), privilégio imbuído pelas forças econômicas que vitalizam a lógica do mercado nas metrópoles como centros administrativos e financeiros.

Fato recorrente nas narrativas das interlocutoras, a questão do trabalho tangencia a memória das transformações ocorridas no contexto urbano pelos quais se deslocaram, percebendo nas cidades uma oportunidade de colocação profissional e essas múltiplas memórias narram, principalmente nas falas das interlocutoras que buscaram em Novo Hamburgo essa opção, as transformações ocorridas no contexto urbano da cidade.

5.1 AS MEMÓRIAS DO TRABALHO DAS PARCEIRAS DE PESQUISA

A questão do trabalho está presente na narrativa das que reconstroem esta memória do tempo vivido, em camadas de experiências temporais únicas e peculiares de cada uma. A narrativa de Dona Noeli²⁵ conta sua trajetória profissional desde mais tenra idade (ela começou a trabalhar com 6 anos de idade, como já apresentado anteriormente) e se alicerça, profundamente, nos ofícios que desempenhou no campo do trabalho. Já Lidiane e Nílvia relatam seu deslocamento para a cidade de Novo Hamburgo em busca de colocação profissional e Mariglei nos traz seu percurso acadêmico como ponto fundamental para a sua inserção profissional.

Dona Noeli saiu da cidade de Picada Café, uma cidade muito pequena e chega em Novo Hamburgo quando contava com quatorze anos,

uma conhecida nossa que trabalhava em Novo Hamburgo de doméstica perguntou pra mãe se eu não queria ir trabalhar numa família porque eles estavam precisando de uma guria para fazer os serviços deles... aí a mãe deixou eu ir... aí eu fui, com 14 anos, não tinha 15 ainda... 15 anos eu fiz na casa deles... daí dos 15 até os 26, 27 anos eu fiquei trabalhando lá. A casa ficava na rua Bento Gonçalves, perto de onde antigamente era a farmácia Hamburguesa, na rua Júlio de Castilhos... Era bem pertinho ali, onde passava o trem... O trem passava do lado da casa da família. O sobrenome deles era Kirsch... eles tinham a fábrica de móveis Kirsch (Trecho da entrevista de Dona Noeli, em 29/10/2020, informação verbal).

O seu ofício na casa da família Kirsch eram as lidas domésticas: “de manhã a primeira coisa que eu fazia era varrer o pátio e a calçada... Depois fazia o café, limpava a casa, lavava roupa, fazia tudo.” A preparação da comida contava com o auxílio da Dona Frida e finaliza informando que “tudo que eu sei hoje eu aprendi ali com ela”.

Dona Noeli morava nesta casa de família e uma das preocupações dos seus patrões era com a sua educação:

Inclusive, quando eu cheguei lá, eles me perguntaram se eu sabia ler, escrever, e nem isso eu sabia direito. Nem escrever porque eu não tinha muita escola. Com essa função de nunca estar em casa direito, um dia aqui outro dia ali... então eles me matricularam na escola. Naquele tempo tinha o sindicato dos calçados, ficava perto da Cavasotto, lá no bairro Rio Branco, onde ficava a Rodoviária velha. Ali tinha uma escola para quem iniciava... E eu comecei no segundo, terceiro ano... Daí, eu fui estudando... Estudei 9 anos de noite. Foi ali, depois eu fui estudar no colégio Wolfram Metzler, e depois

²⁵ A narrativa de Dona Noeli está assentada, quase que na sua totalidade, à sua memória do trabalho. As outras interlocutoras trazem suas memórias relacionadas ao campo do trabalho, numa reconstrução da sua trajetória social e seu posterior engajamento nas oficinas ministradas e essas percepções aparecerão em capítulo próprio.

eu fiz um ano lá no 25 de Julho (Trecho da entrevista de Dona Noeli, em 29/10/2020, informação verbal).

Figura 13 - Bodas de ouro dos pais de Arno Kirsch



Fonte: acervo de Dona Noeli Metz (2020)

Dona Noeli relata que o seu Arno (segundo à esquerda sentado) “tinha os pais dele vivos ainda... e no meio deste tempo, ele teve que pegar os pais dele para a casa deles, porque eles ficaram doentes, ela se quebrou, quebrou a perna... daí eles tiveram que vir morar lá com eles. Então eu tinha mais 2 pessoas, né? E eles foram envelhecendo e eu fui cuidando deles... os patrões às vezes iam pra

praia, ficavam um mês ou dois na praia e eu ficava em casa cuidando dos velhinhos... O seu Adolfo (segundo à direita, sentado), que era o pai do Seu Arno, ele faleceu e daí ela ficou ainda viva dois anos... eu cuidava dela, ela ficava só de cama, eu tratava ela que nem um nenê... eu sempre dizia pra ela que ela era meu nenê porque eu tinha que dar de comer pra ela, né? No dia em que eu me casei, ela ficou muito triste, ela chorou, ela disse: “agora não tem mais ninguém que cuida de mim”. Daí eu disse: não, eu vou continuar cuidando da senhora. Eu fiquei lá até que ela faleceu, um tempo ainda depois até que eles arrumassem uma outra moça para fazer o serviço e daí eu parei de trabalhar lá com eles. E tudo isso foi uns 12 anos que eu fiquei lá”.

No tempo em que trabalhou como doméstica na casa da família Kirsch Dona Noeli não tinha um contrato de trabalho; na década de 1960 as empregadas domésticas não eram registradas como tal na Carteira de Trabalho (direito este que começou a ser ventilado com a lei do trabalho doméstico em 1972 mas se efetiva a partir da aprovação da PEC²⁶ 66/2012); “naquele tempo as empregadas não tinham esse direito... a gente ganhava o salário no final do mês e deu, não tinha contrato”, relembra.

Enquanto trabalhava na casa da família Kirsch, dona Noeli se casou:

o meu marido também veio lá de Picada Café mas a gente não se conhecia quando a gente era moço... quando eu morava lá eu cheguei a conhecer ele

²⁶ Proposta de Emenda à Constituição

porque eu tinha um irmão que morava lá e que era vizinho dele... então a gente se conheceu, daí, de vez em quando ele vinha me ver... e assim foi os 2 anos de namoro, quase 3 anos até que a gente casou. Ele tinha uma tia morando em Novo Hamburgo... aí ele foi morar na casa desta tia e conseguiu emprego com os mesmos patrões que eu tinha, na fábrica de móveis deles... ele fez um curso de marceneiro de noite e daí ele trabalhou lá... aí a gente casou e fomos morar no bairro Guarani, onde a gente morou por mais de 30 anos (Trecho da entrevista de Dona Noeli, em 29/10/2020, informação verbal).

O bairro Guarani é, ainda hoje, um dos bairros mais próximos ao Centro da cidade, “ficava uns 15 minutos a pé”. O trajeto era feito diariamente pelo casal: “a gente ia de manhã, a gente saía os dois juntos... Às vezes a gente ia de ônibus, tinha ônibus naquele tempo já... mas geralmente era a pé”.

Sobre as transformações na paisagem urbana, entre o bairro Guarani e o bairro Centro, Dona Noeli relembra que

o Centro tinha casas mais chiques... Naquele tempo tinha muita casa ainda, não tinha muitos prédios. O bairro Guarani era um bairro de gente simples, todo mundo tinha sua casa, ninguém morava de aluguel, todos eram proprietários. Quase todos eram chalés. Mas era um bairro muito bom de morar. Tinha uns vizinhos bons, era tudo gente que morou anos ali e a gente criou uma amizade com todo mundo (Trecho da entrevista de Dona Noeli, em 29/10/2020, informação verbal).

Essas relações de vizinhança que se estabeleceram e se fortaleceram no bairro Guarani marcam a memória de Dona Noeli: “sim, até hoje ainda tem muitos que moram ali... daí ficaram os filhos morando depois que os pais faleceram... Acho que, a maioria, ainda são as mesmas pessoas que moram naquele bairro”.

Depois de casada, dona Noeli e seu esposo se esforçaram bastante para conseguirem construir a sua casa:

quando a gente casou, a gente conseguiu dinheiro só pra comprar o terreno, né? Depois a gente conseguiu o dinheiro emprestado para fazer o nosso chalezinho, aí agente foi trabalhando... fim de semana meu marido ia trabalhar de jardineiro e eu trabalhava sábados até o meio-dia no meu emprego e depois do meio-dia eu ia na casa do filho deles passar roupa... e eu fazia faxina também, tudo pra gente conseguir pagar nossas contas... aí depois de 3 anos eu tive a minha filha e nem 2 anos depois eu tive meu filho (Trecho da entrevista de Dona Noeli, em 29/10/2020, informação verbal).

As transformações na paisagem do bairro Guarani também estão muito presentes na memória da interlocutora:

Quando nós chegamos lá tinha pouca casa, porque isto era tipo um loteamento, né? Que eles venderam os terrenos. Tinha pouca casa, era chão

batido a rua... depois que daí eles fizeram, primeiro, de paralelepípedo e depois eles botaram asfalto em cima. Mas assim, que mudou muito não mudou só que não tinha mais nenhum terreno baldio, todos os terrenos tinham uma casa... então, foi mais habitado... Era um bairro mais de residências... Tinha algumas indústrias na redondeza ali, mais indústrias de calçados. Tinha a metalúrgica ali perto também, tinha a escola que ficava pertinho também... tinha o posto de saúde pertinho também no Centro Social Urbano, tinha uma creche, aí as pessoas podiam levar os filhos na creche, tinha um campo de futebol ali perto, tinha de tudo. Tinha mercados, mercados pequenos, mas tinha né? A gente tinha de tudo... era um bairro muito bom de morar... as pessoas tudo simples, todo mundo trabalhava (Trecho da entrevista de Dona Noeli, em 29/10/2020, informação verbal).

A motivação para a sua mudança para Novo Hamburgo, como já citado anteriormente, foi pelo trabalho. Novo Hamburgo despontava como um celeiro da produção coureiro-calçadista no país e essas lembranças marcam a memória de Dona Noeli:

Novo Hamburgo estava crescendo, tinha muitas fábricas naquele tempo, fábricas de tudo que era tipo né? Pra tu ver, o que era Novo Hamburgo em 1964, tinha um prédio... Eu acompanhei eles erguendo um monte de prédios... tinha as lojas... tinham muitas lojas né? lojas de roupa, muita loja de roupa e de calçados também (Trecho da entrevista de Dona Noeli, em 29/10/2020, informação verbal).

Entretanto, não era só a indústria coureiro-calçadista que estava fortemente instalada na cidade, “tinha indústria de tecido também que era a Sperb, e tinha de construção, metalúrgica, um monte de indústrias: os Aços Plang, tinha um monte de indústrias... isso ficava tudo lá no Centro, hoje é tudo fora, né?” Questionada se lembrava da existência de indústrias próximas ao seu local de trabalho no Centro, Dona Noeli relembra que “ali pertinho, não tinha... um pouco *pra* cima daí tinha os Aços Plang, que eu me lembro... tinha a esquadria Alles, que ficava na frente da aços Plang e tinha calçados já aquele tempo, mas não como depois mais tarde”. Questionei o quão “mais tarde” era esse tempo ao que ela informa que eram “uns anos depois, quando eu comecei com calçados... aí tinha muitas indústrias de calçados, era uma do lado da outra”.

Enquanto trabalhava na casa da família Kirsch e já morando no bairro Guarani, Dona Noeli se empenha para aprender um novo ofício: o de trabalhadora da indústria do calçado:

eu tinha uma vizinha e ela tinha um atelier de costura de calçados, era a Neca e a Dona Geni... de noite eu ia lá aprender com elas um pouco porque eu nunca tinha pego um calçado na mão *pra* fazer alguma coisa né? Então fui aprendendo ali um pouco com elas de noite e daí eu fui indo, fui indo. Daí um

dia, a minha irmã que morava no Rincão dos Ilhéus, que ficava lá do outro lado da BR 116, ela sempre trabalhou em calçados... então, um dia, ela tinha vontade de parar de trabalhar na fábrica... Daí a gente conversou e resolvemos abrir um atelier juntas... então quando eu parei de trabalhar no meu emprego que eu tinha como doméstica eu comecei a trabalhar no atelier... a gente construiu um prédio e começamos a trabalhar juntas. Eu ia todos os dias do bairro Guarani até o bairro Rincão a pé, todos os dias saía de manhã cedo e voltava de noite umas nove, dez horas (Trecho da entrevista de Dona Noeli, em 29/10/2020, informação verbal).

O trajeto do bairro Guarani até o bairro Rincão

tinha iluminação, tinha morro que a gente ia lá pelo bairro Vila Becker... mas a estrada era boa, não era uma estrada de chão batido... era uma estrada boa para caminhar... dava o que? uns 2 quilômetros ou mais, um pouco mais... e daí comecei a trabalhar lá e a gente começou ali naquele tempo, tinha muita fábrica a gente tinha serviço direto... eram sacadas de serviço pra a semana toda... era muito serviço naquele tempo! (Trecho da entrevista de Dona Noeli, em 29/10/2020, informação verbal).

Dona Noeli começou a trabalhar no atelier com sua irmã no ano de 1974 e,

de começo, eu revisava porque a gente tinha pessoas de fora que trabalhavam também, donas de casa que tinham filhos e que não podiam trabalhar fora... elas pegavam o serviço²⁷ pra casa e montavam em casa aí... preparava, virava, costurava... daí quando o sapato vinha eu revisava ele pra ver se estava certo, se não tinha falha, nada...e eu preparava também... costurar eu fui aprendendo aos poucos, né?

O sapato vinha todo em pedaços, a gente tinha que preparar ele, montar, costurar e deixar o sapato pronto pra ir pra forma, para ser colocada a sola e ir pra forma mesmo, dar o formato no sapato (Trecho da entrevista de Dona Noeli, em 29/10/2020, informação verbal).

Ela trabalhou com sua irmã no bairro Rincão até pouco antes de dar à luz sua filha, Graziela: “eu engravidei no final de 1975... aí eu trabalhei até setembro de 1976”. Graziela nasceu dia 11 de setembro daquele ano. Neste momento, as dificuldades de se deslocar caminhando, com uma criança recém-nascida ficam evidentes:

pra mim ficava ruim levar ela todos os dias pra lá, pra trabalhar. Só se eu fosse deixar ela na creche ali perto de casa... mas de manhã cedo, quando eu saía, a creche nem estava aberta ainda e de noite eu voltava tarde... aí, se eu fosse botar ela na creche tinha, que voltar já antes das seis, né? (Trecho da entrevista de Dona Noeli, em 29/10/2020, informação verbal).

A partir disso, veio a decisão de abrir seu próprio atelier de calçados em casa:

Então, nós decidimos, eu e meu marido, que eu ia abrir meu próprio atelier em casa... daí eu parei de trabalhar lá no Rincão e abri meu próprio atelier... aí uma outra irmã minha, que trabalhava com nós veio trabalhar junto comigo,

²⁷ Serviço terceirizado, não por empresas, mas por famílias, nas vilas e envolvia tanto mulheres como as crianças.

ela era uma boa costureira... daí ela morava com nós durante a semana e no fim de semana ela ia pra casa, porque a minha mãe morava lá no Rincão também (Trecho da entrevista de Dona Noeli, em 29/10/2020, informação verbal).

No período em que trabalhou com a sua irmã no bairro Rincão as duas eram sócias e naquele tempo pagavam o sindicato para poderem, posteriormente, se aposentar. Quando abriu o atelier em casa, a demanda de trabalho era sempre crescente, “no começo a gente trabalhou com menos pessoas porque o atelier era pequeno... depois a gente aumentou aí teve uma época que eu tive umas 10 funcionárias dentro do atelier” relembra. Além das funcionárias que trabalhavam no atelier, com carteira assinada e sendo pagas por hora de trabalho, Dona Noeli também contava com a ajuda de vizinhas que não eram registradas com carteira assinada e recebiam por produção e, ambas trabalhadoras, recebiam um “vale” normalmente na metade do mês e o pagamento no final do mês.

Nesta época, e já estamos em 1977, a indústria do calçado estava muito fortalecida na cidade,

geralmente tinha muito trabalho... o trabalho enfraquecia quando mudava a modelagem... daí não tinha jeito: se uma fábrica não tinha serviço a outra também não tinha... era tempo de mudança de modelagem. Aí depois entrou a exportação daí a gente tinha mais serviços para exportação (Trecho da entrevista de Dona Noeli, em 29/10/2020, informação verbal).

Questionada sobre como percebia a sua importância, enquanto mulher que tinha um próprio negócio, na vida dessas outras mulheres que trabalhavam com ela, Dona Noeli se mostra satisfeita: “eu ficava contente porque podia dar emprego pra elas, né? Todas elas moravam perto de onde eu tinha o meu atelier... ainda mais um emprego registrado, com INPS²⁸ pago para o futuro delas”, pois naquela época,

tinha muitos patrões que não pagavam. Eu sempre paguei tudo direito... eu sempre me preocupava: primeiro lugar, vou pagar minhas contas, se sobrar uma coisa pra mim tá bom! Meu marido trabalhava fora, ele tinha o pagamento dele garantido, então a gente vivia do dinheiro dele. Mas eu sempre assumi com os meus compromissos em primeiro lugar (Trecho da entrevista de Dona Noeli, em 29/10/2020, informação verbal).

Dona Noeli desempenhou todos os ofícios pertinentes a quem trabalha na produção do calçado: foi preparadeira (que é a pessoa que monta as partes que

²⁸ Instituto Nacional de Previdência Social (INPS) que posteriormente virou INSS (Instituto Nacional de Seguridade Social).

compõem o calçado), costureira e revisora; as demais operações (enformar, colocar sola/salto) eram realizadas nas fábricas, com equipamentos próprios para a montagem final do calçado. A rotina do atelier “começava de manhã às sete até às onze e meia e da uma às cinco e meia, eu acho... nem sei, acho que era nove horas de trabalho por dia naquele tempo... já faz tanto tempo que nem me lembro mais” e o fato de ter seu próprio atelier “era bom porque eu podia fazer o que eu queria, né? e ninguém mandava em mim mas eu não me sentia diferente, não me sentia superior às empregadas, sabe? Eu sempre tinha muita igualdade”, se referindo ao seu convívio com as empregadas que trabalhavam com ela.

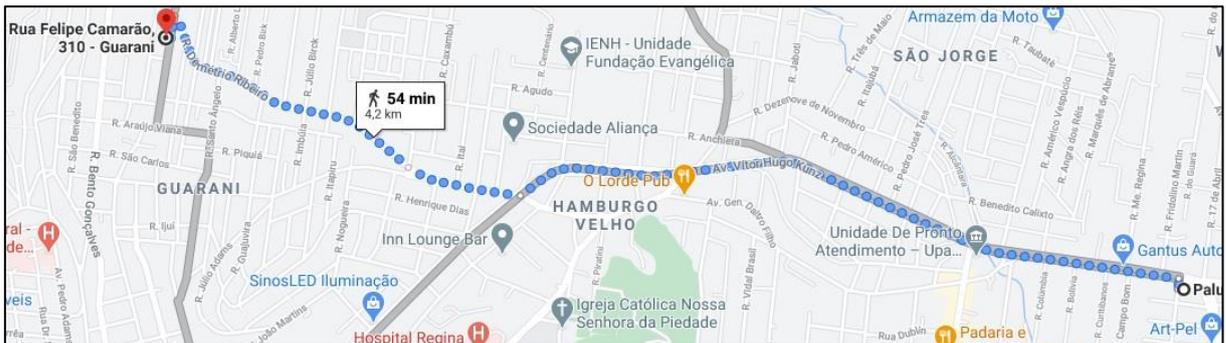
Entretanto, a sua rotina de trabalho não era a mesma das funcionárias:

Começava às seis da manhã e ia até a uma, duas da madrugada do outro dia, trabalhando... e, também, porque eu tinha que fazer meu serviço da casa junto né? Então, de noite, eu tinha mais tempo pra me dedicar ao serviço, né? aos calçados... Meu marido vinha pra casa de noite do emprego dele, que ele trabalhava sempre de marceneiro, nessa área de indústria de móveis e esquadrias... então ele chegava em casa de noite e ele me ajudava sempre. E muitas vezes as firmas vinham, quando era tempo de exportação, aí eles sempre tinham pressa: “os calçados têm que embarcar tal dia no navio” – naquele tempo tudo ia de navio, né? Então eles sempre tinham pressa... (Trecho da entrevista de Dona Noeli, em 29/10/2020, informação verbal).

Além do trabalho no atelier, Dona Noeli cuidava dos seus filhos e das atividades domésticas. Além disso, “tinha que ir para as firmas, tinha que ir no contador... no tempo que eu ficava fora a minha irmã ficava no meu lugar... daí se tinha qualquer coisa, as funcionárias tinham que perguntar *pra* ela”.

Todas essas saídas, ora para ir às fábricas para levar o serviço pronto, ora para ir ao contador eram percursos feitos a pé por Dona Noeli. Ela relembra de uma ocasião, quando a demanda de trabalho estava baixa que “sai de Novo Hamburgo e fui até Campo Bom a pé... era uma firma do lado da outra, procurando serviço, para ter serviços para as empregadas, para não deixar elas paradas”. E esse trajeto não era um trajeto curto...

Figura 14 - Trajeto realizado por Dona Noeli, de casa até Campo bom, em busca de serviço para o seu atelier



Fonte: Elaborado pelo autor a partir do Google Maps (2018)

Com o passar do tempo, Dona Noeli percebeu a necessidade de colocar a filha e o filho na creche; antes disso, porém, “quando meu filho tinha uns 3 meses, o meu sogro veio morar com nós... então ele ajudava a cuidar um pouco dos filhos”.

E naquele tempo então a creche que tinha pertinho de casa, ela era municipal, eu não podia botar meus filhos nela porque a gente ganhava um pouco mais do que o salário-mínimo... aquela creche era só para as pessoas que ganhavam o mínimo, né? Então eles não podiam ir naquela creche... mas depois, quando eles tinham já 3 para 4 anos, eu acho, eu coloquei eles na creche lá no Centro, pertinho de onde eu trabalhava de doméstica na Bento Gonçalves. E daí o meu sogro, muitas vezes, levava eles e buscava eles de noite... às vezes eu ia, às vezes até mandava uma funcionária se eu não podia sair... mas a gente se virava assim, até que eles começaram a ir no colégio; o colégio era pertinho de casa e daí eles começaram estudar e ficavam em casa (Trecho da entrevista de Dona Noeli, em 29/10/2020, informação verbal).

Mais tarde, quando a filha e o filho já eram um pouco maiores, ambos foram matriculados para fazerem aula de música; a filha estudou piano e o filho, violino e canto coral... “a gente não queria que eles ficassem assim, só na rua, e como eu não tinha muito tempo pra ficar com eles então eles iam pra aula de música. Naquele tempo existia os Canarinhos... Eles estudaram música ali, canto coral. E a gente foi levando assim”.

Dona Noeli trabalhou com calçado por, aproximadamente, 25 anos, “eu tive o meu próprio atelier de 1976 até 2001”. Se aposentou em 1998 e o marido já estava aposentado desde 1996 e como a demanda do calçado já não era mais tanta, foram, aos poucos, demitindo as funcionárias e “aí nós ficamos sozinhos, trabalhando, uns dois ou três anos”. Dona Noeli recorda: “quando eu fechei o atelier eu praticamente trabalhava para uma firma só... eu trabalhei para uma firma acho que mais de 20 anos,

para uma firma que era a Cristófoli²⁹ e que hoje existe ainda... mas muitas firmas que eu trabalhei não existem mais”. Ela acredita que o motivo do fechamento das firmas ocorreu no momento em que houve grande transferência dos parques fabris para o nordeste do Brasil, quando “teve aquele programa do governo que não precisava pagar impostos... então muitas firmas se mudaram para lá e fecharam aqui... aí deu essa decadência do calçado em Novo Hamburgo”. E conclui o seu pensamento sobre a cidade dizendo que, a indústria calçadista

foi uma forma da cidade progredir. A maioria das pessoas que trabalham nessas fábricas elas quase todas vinham das colônias... naquele tempo os patrões que tinham essas firmas grande iam para as colônias pegar os rapazes e as moças para trabalharem nas fábricas deles... Então esses bairros que têm em Novo Hamburgo, a maioria das pessoas que moram ali, são gente de fora, que veio das colônias. Aí que deu esse progresso das fábricas progredirem (Trecho da entrevista de Dona Noeli, em 29/10/2020, informação verbal).

Dona Noeli relembra que os momentos de lazer em família eram muito raros,

Não tinha... nós íamos no culto domingos de manhã, visitava os parentes... outra coisa a gente não fazia. Se os filhos às vezes tinham algum programa a gente ia, no tempo que eles estavam nos Canarinhos... às vezes tinha os concertos e tinha festival de corais, daí a gente ia. Naquele tempo, quando eles estudavam lá, no verão sempre tinha os cursos de férias aí, pra eles poderem fazer o curso, a gente tinha que hospedar uma ou duas crianças de um outro lugar, né? Até de um outro estado... vinham até de Santa Catarina, de Minas, de um monte de lugar a gente hospedava, até de Natal... no verão era sempre aquela função. Era bom naquele tempo! (Trecho da entrevista de Dona Noeli, em 29/10/2020, informação verbal).

“Depois que eu me aposentei a gente trabalhou uns anos ainda com calçados e neste meio tempo a gente comprou uma chácara no interior de São José do Hortêncio”. Um dia, ela e seu marido resolveram, “pra ter uma vida melhor pra nós, mais sossegada, de vir morar aqui em São José do Hortêncio, na chácara”.

Já Lidiane saiu de sua cidade natal e sua vinda para Novo Hamburgo ocorreu quando ela tinha 16 anos:

porque lá tem pouco emprego, sabe? Na época meu pai não tinha muitas condições, né? O máximo que tinha era manter nós em casa e estudar até a oitava série, por que a escola era pertinho... aí a gente estudava lá e depois tinha que se virar né? Tipo ele não tinha como pagar uma escola particular ou um lugar pra gente ficar, ele não tinha... então eu optei pra vir porque as minhas irmãs já estavam morando aqui sabe? Daí eu vim morar com elas na

²⁹ Marca de sapatos de luxo na época. A empresa segue em funcionamento do bairro Petrópolis em Novo Hamburgo, atendendo o mercado interno bem como exportações. (Nota do autor)

época... (Trecho da entrevista com Lidiane Gorete Barbian, em 19/03//2021, informação verbal).

Os pais de Lidiane continuam morando em Alecrim “no mesmo lugar onde nós morávamos” e Lidiane, juntamente com sua família, os visitam com regularidade, “geralmente quatro vezes no ano a gente vai pra lá”.

A gente vai daí tipo perto do feriado assim né? Daí, dá uns 5 dias, porque é longe né? Dá sete horas de viagem, praticamente um dia né? Um dia tu vai, um dia tu vem e se tu vai só no final de semana não aproveitou nada né? Daí 5 dias é o mínimo que nós ficamos lá né? Daí quando nós vamos para tirar férias nós ficamos 10, 12, 15 dias... (Trecho da entrevista com Lidiane Gorete Barbian, em 19/03//2021, informação verbal)

Com a mesma idade que saiu de Alecrim, Lidiane começou a trabalhar: “desde muito cedo cada um teve que achar um lugar, né? ‘Eu quero ir pra tal lugar, morar lá’... e todo mundo foi indo, se locomovendo”.

Nem emprego, a gente ia vendo qual que ia se adequar, porque eu não tinha estudo, né? Estava fazendo o primeiro grau... aí o que me encaixaria, né? Vim e comecei a cuidar de umas crianças, né? Que daí eu ia na casa, ela era professora, e eu cuidava de 2 crianças pra ela. Com 16 anos... daí eu comecei a trabalhar com 16 anos e daí que a gente foi vendo, daí que eu fui conhecendo Novo Hamburgo, que até então nunca tinha vindo, nem passear eu nunca tinha vindo... eu vim para ficar com as minhas irmãs, para morar e trabalhar... aí já logo arrumei emprego que, na real, a minha irmã trabalhava nessa casa né, daí ela que me colocou, por quê? Porque ela estava grávida e ganhou o filho dela e a professora não tinha com quem deixar... daí a minha irmã me chamou e eu vim daí né, deu bem certinho aquela época né? Daí eu vim embora, já comecei a trabalhar na casa da professora e fui me virando, né? (Trecho da entrevista com Lidiane Gorete Barbian, em 19/03//2021, informação verbal).

Quando a criança menor completou dois anos (Lidiane já cuidava dela desde os seus quatro meses) elas foram para a escolinha e a professora não precisou mais dos seus serviços. E finaliza sua memória do trabalho quando informa que “daí eu fiz umas faxinas, né?”.

Já Nílvia relata que o seu primeiro emprego na nova cidade foi na indústria calçadista no ano de 1987, na extinta empresa Fleck & Fleck, que ficava “logo após o viaduto da Estância, a direita”.

Daí na terça-feira o meu marido começou a trabalhar! Aí eu tive que correr atrás de uma tia para cuidar da minha mais velha... daí uma tia minha cuidou dela pra mim trabalhar! Daí, quando eu estava fazia 3 anos e meio que eu estava na empresa, eu engravidei das gêmeas... e eu não sabia! (Trecho da entrevista com Nílvia Santos de Aquino, em 14/05//2021, informação verbal).

Depois que as gêmeas de Nílvia nasceram e que voltou a trabalhar, ela continuou trabalhando na empresa por dois meses: “daí eu fiz um acordo e saí, porque não deu mais... peguei uma guria para cuidar delas mas não consegui deixar... aí fiz um acordo e sai. Daí comecei a trabalhar em casa de família!”

Neste período o marido de Nílvia trabalhava de noite e ela trabalhava em casas de família durante o dia:

eu chegava do trabalho e ele saía pro trabalho, de noite... ele pegava às 9 da noite até às 6 da manhã... ele chegava, ia dormir (tentava não fazer barulho) eu acordava, fazia comidinha, lavava roupa até o meio-dia. Meio-dia e meia eu pegava o ônibus na frente da minha casa (Trecho da entrevista com Nílvia Santos de Aquino, em 14/05//2021, informação verbal).

Nílvia conta que ajeitava as filhas para fazerem o soninho da tarde e, neste tempo, o marido ficava com as filhas. “Eu nunca parei de trabalhar, foi sofrido... mas nunca parei. Porque eu sempre gostei de ter meu dinheiro, nunca depender de homem! Mas eu sempre quis ter o meu dinheiro ‘ah, quero comprar tal coisa’ aí eu vou lá e compro”.

O local onde hoje é o Centro Comunitário Raio de Sol, na época em que Nílvia veio morar na Roselândia, abrigava o posto de saúde e a creche do bairro: “eu queria uma vaga na creche para botar as minhas filhas, né? Ali do lado, onde é a cozinha, ali era a creche e o postinho era na outra parte, ali onde nós fizemos o curso”. Só que as vagas disponíveis na creche eram reservadas para as funcionárias de uma determinada empresa, que pagava pelas vagas para garantir que, se alguma funcionária necessitasse, teria creche para seu filho ou filha. Nílvia questionou de qual empresa se tratava e foi atrás para conseguir um emprego naquela empresa:

eu comecei: passava 15 dias, largava um currículo... passava 15 dias eu largava outro currículo lá... daí quando me chamaram para fazer a entrevista (a maioria na fábrica eles botavam para fazer teste). Aí a guria disse pra mim: pode ir no departamento, aqui está tudo certo! Aí eu saí, fui no departamento, ela me alcançou os papéis para eu levar na empresa, na creche e *pra mim* voltar a trabalhar no outro dia! Pensa numa pessoa que saiu realizada de lá... aí eu cheguei ali na creche né e a Márcia (diretora) veio e eu disse: agora tu vai ter que pegar minhas filhas mesmo que tu não queira! Aí no outro dia as gurias começaram a ir na creche, a mais velha também conseguiu vaga ali... (Trecho da entrevista com Nílvia Santos de Aquino, em 14/05//2021, informação verbal).

Nílvia continuou trabalhando na empresa por mais seis anos até que teve um problema de saúde e precisou se afastar para realizar uma cirurgia nos rins; ao final

da sua licença, foi dispensada do serviço pois a empresa exigia que ela trabalhasse em pé e ela não tinha condições de realizar as atividades em pé, dado o seu problema de saúde. Neste período, as filhas já estavam crescidas e se deslocavam, independentemente, até a escola Maria Quitéria, que fica próxima à casa da família. Uma tarde, ao retornarem para casa, as filhas comentaram com a mãe que a tia Márcia (diretora da creche Raio de Sol) queria falar com ela: como já sabia da situação e como Nílvia havia se colocado à disposição para trabalhar na creche, a diretora a convidou para assumir a cozinha da creche: “não peguei nenhuma parcela do seguro-desemprego... fui trabalhar lá e fiquei nove anos lá anos na cozinha”. Depois que saiu da creche Nílvia trabalhou por mais 11 anos em uma fábrica de calçados.

Na indústria calçadista, a interlocutora trabalhava em todas as áreas de montagem e preparação do calçado: “eu fazia toda a preparação do sapato, da bota a mesma coisa... fazia toda! Eu já nem vencida mais... minha chefe me disse ‘meu Deus do céu, eu não sei o que que eu faço contigo mulher! Tudo que te botar, tu faz!’” Depois desse trabalho Nílvia ficou afastada por 16 anos em virtude do problema de coluna que teve, o que prejudicava os seus movimentos e fazia com que perdesse a força no braço direito³⁰ e agora ela conseguiu se aposentar por tempo de contribuição “foi bem merecido” segundo suas palavras. Atualmente ela é a responsável pela cozinha da Escola Municipal de Educação Infantil Ipê Amarelo, que fica na esquina da sua casa no bairro Roselândia e ela comenta que gosta muito do trabalho que executa, “me sinto realizada”.

A trajetória profissional da Mariglei Dias se dá a partir dos seus deslocamentos entre a comunidade quilombola e outras cidades: ela conta que saiu da Comunidade Quilombola Rincão da Chirca para estudar “pois não tinha condições de ficar aqui e concluir uma formação... então eu tive essa necessidade de sair”. Informa que morou por cinco anos na região metropolitana, mas o tempo que permaneceu fora do quilombo somam 10 anos, “entre Santana do Livramento e Porto Alegre”. Concluiu o ensino médio e fez o curso de magistério, porém quando foi fazer a conclusão do curso, no momento do estágio,

Santana do Livramento não comportava isso de eu estudar e trabalhar... eu precisava fazer os estágios obrigatórios e eu não conseguia fazer esses

³⁰ As lesões por esforço repetitivo (LER) estão muito presentes na saúde dos trabalhadores e trabalhadoras da indústria coureiro-calçadista. (Nota do autor).

estágios à noite porque só tinha umas turmas de EJA³¹ de ensino de anos iniciais e eu não consegui vaga para estagiar nessas turmas de ensino fundamental (Trecho da entrevista com Mariglei Dias de Lima, em 03/12/2021, via Google Meet, informação verbal).

Mariglei nos informa que saiu do quilombo, pela primeira vez, aos 18 anos de idade para trabalhar na cidade, mas retornou em seguida pois “achava que não iria me adaptar... depois que eu saí novamente, já com 20 anos e eu fico dos 20 aos 30 anos fora... eu ganhei a Juliana com 30 anos, então eu retornei. Neste período, precisou fazer um tratamento por questão de uma fratura e aproveitou o tempo na comunidade.

Quando saiu da comunidade para trabalhar,

eu trabalhei em lojas, em supermercados... inclusive quando eu fui para Porto Alegre eu trabalhei no Makro Atacadista, todo o período que eu fiquei em Porto Alegre fiquei trabalhando no Makro Atacadista... comecei como operadora de caixa, depois eu fui responsável pelo setor de importados, enfim (Trecho da entrevista com Mariglei Dias de Lima, em 03/12/2021, via Google Meet, informação verbal).

Durante o tempo em que trabalhava no comércio, fez seu estágio na cidade de Canoas/RS na escola Maria Jussara Polidoro, no bairro Guajuviras. Este estágio era parte integrante do currículo do curso de Magistério “mas daí como eu fui uma ótima estagiária, fui convidada para ficar na escola Maria Jussara Polidoro, porque o Estado estava precisando de contratos emergenciais, aí eu fiquei mais seis meses no Maria Jussara Polidoro”. Neste período Mariglei informa que engravidou “da Jú” e pediu a sua licença maternidade para “ficar o maior período possível com ela, porque eu sentia a necessidade de ficar com ela”. E aí seu contrato emergencial não foi renovado.

Nesse momento da sua vida, Mariglei conta que foi morar no litoral pois uma colega conhecida abriu um comércio na praia de Capão Novo/RS e, como Mariglei estava saindo do Makro, aceitou a proposta de trabalhar na praia:

eu fiquei mais seis meses no litoral, porque ainda tinha a possibilidade de estar à frente desse comércio, eu gerenciando esse comércio, tinha tempo para Juliana, estava no litoral e não era tão puxado quanto Porto Alegre, dava para dar uma conciliada (Trecho da entrevista com Mariglei Dias de Lima, em 03/12/2021, via Google Meet, informação verbal).

³¹ Educação de Jovens e Adultos

Quando acabou a temporada, Mariglei resolve voltar para a comunidade quilombola e ao retornar, já tem uma formação no curso de Magistério e a sua trajetória profissional, a partir deste momento, se fixa na cidade de Rosário do Sul e suas comunidades:

Rosário do Sul estava também abrindo contratos nesse período para uma escola lá no Passo do Mineiro, um pouco mais para frente daqui, na escola Santa Terezinha, uma escolinha multisseriada... e não tinha ninguém que queria vir para o interior. Aí, quando eu cheguei Rosário abriu uma contratação para essa escola, pois a professora que estava na escola não queria mais ficar. Eu fui na Secretaria de Educação, deixei meu currículo dizendo que eu tinha interesse, que eu morava aqui (não era tão pertinho né? São 14 quilômetros da escola) mas que eu estava disposta para trabalhar (Trecho da entrevista com Mariglei Dias de Lima, em 03/12/2021, via Google Meet, informação verbal).

Ela conta que ficou trabalhando com contrato de emergência por dois anos nesta escola até que passou no concurso público do município, o que já soma perto de 13 anos. O desejo pela continuidade dos seus estudos também foi um fator predominante neste momento pois “Santana do Livramento só tinha uma universidade privada, não tinha universidade pública”. O sonho de Mariglei sempre foi a área da educação “porque só através da educação eu conseguiria transformar” e este sonho se alia à luta pela reabertura da escola no quilombo “uma escolinha onde minha tia era professora e que a gente perdeu”.

Mariglei relata a dificuldade de ingresso no ensino superior após a conclusão do curso de magistério:

na época essa questão de cotas³² era bem complicado... nós não tínhamos ainda a certificação através da Fundação Palmares... então como que era avaliado que eu era quilombola? Hoje, com a questão das cotas, a gente já consegue garantir para os nossos, coisa que na minha época a gente não conseguia (Trecho da entrevista com Mariglei Dias de Lima, em 03/12/2021, via Google Meet, informação verbal).

Ela sentia a necessidade de ter essa formação a nível de graduação, iniciando sua trajetória acadêmica no ensino superior na cidade de Alegrete/RS, na modalidade a distância (EAD), cursando pedagogia pois

³² Segundo o Ministério da Educação do Brasil, a Lei nº 12.711 de 29 de agosto de 2012 reserva, no mínimo, 50% das vagas das instituições federais de ensino superior e técnico para estudantes de escolas públicas, que são preenchidas por candidatos autodeclarados pretos, pardos e indígenas. (Nota do autor)

só um curso normal não era o suficiente... é uma formação que te habilita, dá a parte didática, para criar mecanismos para trabalhar... mas eu sentia a necessidade de mais conhecimento na parte teórica, estudar um pouco mais sobre educação, ler mais autores que se aproximavam mais para nossa realidade (Trecho da entrevista com Mariglei Dias de Lima, em 03/12/2021, via Google Meet, informação verbal).

Ao começar sua atuação nas escolas do campo,

eu sinto essa necessidade de entender essa diferença da escola do campo para a escola urbana e entender essa necessidade de que um currículo para a escola do campo ele tem que ser diferencial... a gente não pode, de maneira nenhuma, começar toda uma aprendizagem não levando em conta todo aquele conhecimento que esse aluno produz. É necessário a gente partir daí! (Trecho da entrevista com Mariglei Dias de Lima, em 03/12/2021, via Google Meet, informação verbal).

A partir deste desejo seu “veio o convite da Unipampa para estar ingressando na educação do campo, em nível de pós-graduação para fazer a discussão da educação do campo, na/da/para a escola do campo” e este processo da sua formação já está sendo finalizada

e para mim foi uma foi uma experiência muito boa, que me trouxe muitas informações (além até do que eu esperava): consegui dialogar com outras escolas do campo nessa perspectiva dessa educação do/para e no campo e, também, deste reconhecimento dos povos e comunidades tradicionais do campo, não só do campo, mas do campo, das florestas e também das águas e entender desses direitos, desse currículo diferenciado, de ter esse olhar para a educação do campo (Trecho da entrevista com Mariglei Dias de Lima, em 03/12/2021, via Google Meet, informação verbal).

O que percebo, a partir destas narrativas, é que todas as interlocutoras buscam formas de se posicionar socialmente e isso se dá pela inserção no mundo do trabalho. A busca por alternativas que contribuam para a redução das desigualdades, pela afirmação e promoção do seu protagonismo são atravessadas, também, pelas tecnologias sociais direcionadas ao seu pleno desenvolvimento e sobre este assunto, tratarei posteriormente.

COSEER

Verbo

1. transitivo direto, bitransitivo e intransitivo

**juntar com pontos feitos com agulha e qualquer tipo de linha, fio etc.; costurar.
"coseu o tecido das roupas"**

Tudo de sensato e fundamentado que se fizer e propuser no sentido de acelerar a inclusão social e política das populações pobres no processo de desenvolvimento econômico, para com ele compatibilizar o ritmo do desenvolvimento social, será historicamente bem-vindo. Tanto no âmbito do Estado e das políticas públicas quanto no âmbito da sociedade civil. Seria igualmente perverso recusar a diversidade das inspirações e das ações de intervenção na realidade problemática.

José de Souza Martins em "*A sociedade vista do abismo*"

6. “COSENDO INICIATIVAS” - O TERCEIRO SETOR E AS INSTITUIÇÕES PROMOTORAS DAS OFICINAS

No contexto social, a busca por alternativas de promoção e inclusão das pessoas deveria ser inerente às funções do Estado, mas não é isso que vemos. Temos acompanhado o distanciamento do poder público no que tange o compromisso com ações direcionadas ao pleno desenvolvimento cidadão e ao acesso às políticas públicas mínimas para inclusão social e, nesse sentido, surgem as instituições do terceiro setor que buscam satisfazer o papel do Estado frente a estas questões. Enquanto o Estado não cumpre com suas funções adequadamente, a sociedade civil se organiza em movimentos sem fins lucrativos, ganhando força e importância no momento em que atuam junto à sociedade.

O termo terceiro setor identifica aquelas instituições que não são o poder público (primeiro setor) e, tampouco, a iniciativa privada (segundo setor). Dentre as organizações que compõem o terceiro setor estão as ONGs (Organizações Não Governamentais), as instituições religiosas, as entidades beneficentes e uma das características dessas organizações é a quantidade de voluntários que atuam prestando serviços para a sociedade.

Conforme ressalta Sabo Paes (1999, p. 47),

O terceiro setor tem um caráter estratégico da maior importância no âmbito de qualquer sociedade que se preocupe com o desenvolvimento social e a consolidação de valores democráticos, pluralistas, comprometidos com a solidariedade humana e o sentido de comunidade.

Neste sentido, apresento as instituições do terceiro setor envolvidas no desenvolvimento das oficinas. As informações são coletadas por meio de uma netnografia, técnica que permite utilizar informações disponíveis e públicas mediadas por computador como fonte de dados para compreender a forma como elas se apresentam ao público. Esta foi a opção técnica encontrada para a construção deste capítulo no momento em que o distanciamento social não permitia o acesso aos espaços físicos destas Instituições, que realizavam seus trabalhos remotamente.

Por meio de uma entrevista não diretiva e semi-estruturada por mim organizada (THIOLLENT, 1981), as representantes das organizações promotoras das oficinas apresentam as Instituições e trazem a importância dessas tecnologias sociais

direcionadas à inclusão social. Ao mesmo tempo, me reaproximo das minhas memórias (grafadas em *itálico* no decorrer do texto), dos momentos em que me engajo nestas Instituições. Opto por esta forma de apresentar minhas memórias pois, no momento em que as oficinas foram realizadas, eu não tinha o conhecimento de escrita de diário de campo, ferramenta importante e imprescindível para a escrita etnográfica.

Figura 15 - Logotipo da Fundação Semear



Fonte: www.fundacaosemear.org.br (2020)

A primeira instituição na qual me engajei foi a Fundação Semear, uma organização social, de origem empresarial e sem fins lucrativos, criada em 17/10/1996, quando o segmento empresarial da região do Vale do Rio dos Sinos começava a delinear uma nova forma de entendimento das questões sociais, percebendo que a participação das empresas constitui uma parte fundamental no processo de desenvolvimento social. A partir disso, um grupo de 33 empresas e empresários, em

parceria com a Associação Comercial, Industrial e de Serviços de Novo Hamburgo, Campo Bom e Estância Velha (ACI NH/CB/EV), idealizou uma organização que pudesse ser referência nas relações de responsabilidade social entre o empresariado e a comunidade, focando o investimento social privado.

A gestora social da Fundação Semear é a senhora Helena Thomé, formada em comunicação social com habilitação em relações públicas. Ela complementa que a Instituição

trabalha na promoção do desenvolvimento social por meio de ações transformadoras que venham a contribuir para oportunidades para redução da desigualdade social e atender um público em situação de vulnerabilidade social. Também atuamos no fortalecimento da rede de atendimento social, com outras organizações sociais (hoje são em torno de 50 organizações sociais cadastradas na fundação Semear e beneficiadas com os nossos programas). Desenvolvemos projetos que vem, prioritariamente, atender crianças e adolescentes (nosso atendimento direto) mas também projetos que atendam a suas famílias, principalmente as mães desses jovens e adolescentes. Também atuamos na iniciação profissional, onde fazemos um trabalho de desenvolvimento pessoal, desenvolvimento para inserção no mercado de trabalho. Esses são os principais eixos de atuação da Fundação Semear (Trecho da entrevista com Helena Thomé, em 20/08/2021, informação verbal).

Figura 16 - Helena Thomé



Fonte: Arquivo pessoal da interlocutora (2021)

Eu e Helena nos conhecemos do tempo em que fazíamos teatro juntos, na Companhia de Tcheatro Entre Linhas de Novo Hamburgo... quando eu estava entrando no grupo, Helena já estava saindo. Entre idas e vindas, participamos juntos de uma seleção para trabalhar no Senac em Novo Hamburgo e, quando eu já estava na faculdade de Moda, no reencontramos na Feevale em um Seminário Estadual de Educação Social e ela já estava atuando na Fundação Semear. A alegria do reencontro

foi inevitável e conversamos muito. Comentei que estava voltando a estudar, depois de algum tempo afastado da academia, cursando Moda, o que fez seus olhos brilharem. Ela comentou comigo de um projeto que estava em curso junto à comunidade do bairro Redentora em Novo Hamburgo. Me chamou a atenção que o nome do projeto (Inventando Moda) era o título do livro da Dóris Treptow que eu recentemente havia lido. Trocamos contatos e, em menos de duas semanas surgia o convite para auxiliar o grupo de mulheres na elaboração de um desfile de moda que seria apresentado no Salão Internacional do Couro e do Calçado em Gramado/RS.

Figura 17 – Confraternização após uma tarde de trabalho



Fonte: acervo do autor (2012)

Fui até o Centro de Vivência Redentora e passei uma tarde com as mulheres que integravam o projeto, pensando alternativas e contribuindo para a apresentação dos resultados no desfile: pensamos em como utilizar os materiais que já estavam produzidos, nos complementos para cada

look e na maneira de executar cada uma das ideias. Fui agraciado com uma tarde repleta de trocas de saberes e, para finalizar o momento, nos reunimos no refeitório

do Centro de Vivência Redentora para tomar um chá com diferentes sabores de bolos produzidos pelas mulheres do projeto.

Figura 18 - Logotipo do Centro de Vivência Redentora



Fonte: www.fundacaoosemear.org.br (2020)

O Centro de Vivência Redentora (CVR) é um dos espaços de atuação da Fundação Semear na cidade de Novo Hamburgo; o CVR é um programa de convivência e fortalecimento de vínculos de crianças, adolescentes e adultos com a comunidade.

Figura 19 - Definição do Centro de Vivência Redentora

O espaço, localizado na Vila Diehl, em Novo Hamburgo, oferece um ambiente de estímulo ao desenvolvimento de habilidades e saberes artístico-cultural e de conscientização socioambiental de seus educandos.

Inaugurado em 10 de outubro de 1998, o CVR atende mais de 100 crianças e adolescentes entre 06 e 16 anos, em situação de vulnerabilidade social.

As atividades oferecidas no contraturno escolar contemplam diversas oficinas artísticas, culturais e esportivas como artes, ballet, hip hop e violão. O CVR também disponibiliza atendimento médico, assistência social e psicológica; lanches; empréstimo de livros; entre outros.

Fonte: www.fundacaoosemear.org.br (2020)

Helena informa, também, que

O Centro de Vivência Redentora é um programa estratégico da Fundação e é onde está concentrado nosso atendimento direto. É neste espaço que acontecem trabalhos, oficinas com as mães, de inclusão produtiva e de inserção profissional com os jovens e adolescentes que participam do projeto Vencer anualmente (Trecho da entrevista com Helena Thomé, em 20/08/2021, informação verbal).

Desde 2010, a Fundação Semear possui o reconhecimento do Ministério do Trabalho e Emprego como Organização Formadora de Jovem Aprendiz, incluindo-a no Cadastro Nacional de Aprendizagem. Com isso, a Semear está apta a promover cursos para qualificar os jovens, fornecer certificação de qualificação profissional, primeiro emprego, acompanhar e avaliar os resultados.

Figura 20 - Descrição do Programa de Iniciação Profissional - Projeto Vencer

Programa de Iniciação Profissional - Projeto Vencer

Projeto Vencer

A parceria entre o Ministério do Trabalho e Emprego, empresas e a Fundação Semear possibilita aos jovens de baixa renda a contratação por meio da Lei da Aprendizagem.

O Projeto Vencer - Programa de Iniciação Profissional da Fundação Semear oportuniza ao jovem a inserção no mercado de trabalho e a possibilidade de complementar sua renda familiar. O Vencer tem sua ênfase em rotinas administrativas e prioriza o atendimento aos jovens moradores da Vila Diehl, em Novo Hamburgo. A procura dos jovens pelo programa é superior ao número de vagas ofertadas, que conta com 100% de investimento privado para a sua continuidade.

O curso tem duração de 10 meses, com 800 horas/aulas, sendo a etapa teórica realizada no CVR e as práticas nas empresas parceiras da Fundação Semear. O projeto prevê a participação voluntária de profissionais que abordam temas relacionados ao mercado de trabalho, como processos administrativos, meio ambiente e cidadania, assuntos pertinentes à juventude e trajetória profissional. A grade curricular também contempla saídas de campo com visitas às empresas e participação em eventos que contribuam para ampliar o conhecimento dos jovens.

Entre os objetivos do projeto estão a capacitação profissional; socialização; inserção no mercado de trabalho; acesso à informação e defesa de direitos com base no ECA; redução de índices de desemprego e da violência nesta faixa etária; aumento da permanência escolar e despertar o empoderamento para a conquista de espaços do jovem na sociedade.

Para celebrar a conclusão de mais uma etapa na vida destes jovens, ao final do curso foi realizada a solenidade de formatura, com a presença de familiares, representantes da Instituição e de investidores do projeto.

Fonte: Fonte: www.fundacaosemear.org.br (2020)

Figura 21 - Logotipo da Fundação Luterana de Diaconia



Fonte: www.fld.com.br (2020)

Já a Fundação Luterana de Diaconia é uma organização de base confessional, que respeita a diversidade religiosa e o Estado Laico brasileiro. Diaconia, teologia e confessionalidade luterana são aspectos importantes em

sua trajetória e dialogam nas complexas e desafiadoras relações entre religiões e esfera pública, corroborando a afirmação da laicidade do Estado e dos Direitos Humanos, Econômicos, Sociais, Culturais e Ambientais.

A diaconia transformadora é um conceito mobilizador da reflexão e da atuação da Fundação Luterana de Diaconia (FLD), que visa gerar uma circularidade de libertação, transformação e incidência. A FLD confessa e acredita em uma diaconia que promove ações coletivas em realidades e grupos que vivem opressões econômicas, sociais, políticas, culturais, sexistas, racistas, xenofóbicas, homo-lesbo-transfóbicas e ambientais.

Figura 22 - Sobre a Fundação Luterana de Diaconia

A Fundação Luterana de Diaconia (FLD) foi criada no dia 17 de julho de 2000 por decisão do Conselho da Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil (IECLB). Seu trabalho se dá com grupos socialmente vulneráveis e comunidades empobrecidas, sem discriminação de etnia, gênero, convicção política ou credo religioso.

A FLD é uma entidade com personalidade jurídica de direito privado, sem fins lucrativos. É herdeira do antigo Serviço de Projetos Desenvolvimento da IECLB e de sua experiência de mais de 34 anos na área de desenvolvimento comunitário. Com sede em Porto Alegre (RS), a FLD apoia grupos e projetos em todo o território brasileiro.

Fonte: Fonte: www.fld.com.br (2020)

O Conselho Deliberativo, a Diretoria Executiva e o Conselho Fiscal são os órgãos da administração da Instituição. O Conselho Deliberativo é o órgão máximo de governo, sendo constituído por 18 pessoas, cada uma delas representando um sínodo da Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil (a IECLB atua por meio de 18 sínodos, distribuídos geograficamente em todo o país). Com isto, o conselho materializa o vínculo entre FLD e IECLB³³ de forma orgânica e geograficamente representativa.

Figura 23 - A composição do Conselho da Fundação Luterana de Diaconia

Uma exigência estatutária é a sua composição com 50% de representação em termos de gênero (metade mulheres, metade homens). A Diretoria Executiva é eleita pelo Conselho Deliberativo e tem seis integrantes (presidenta ou presidente, vice-presidenta ou vice-presidente, secretária ou secretário, vice-secretária ou vice-secretário, tesoureira ou tesoureiro, vice-tesoureira ou vice-tesoureiro), também com exigência de equilíbrio na representação de gênero, que se reúne ordinariamente seis vezes ao ano. O Conselho Curador possui três integrantes e reúne-se duas vezes ao ano.

Fonte: Fonte: www.fld.com.br (2020)

³³ A Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil (IECLB), com sede em Porto Alegre-RS, tem sua origem no movimento reforma da igreja no século XVI, do qual Martim Lutero foi um grande protagonista. Segundo a Constituição da IECLB, a igreja organiza-se em comunidades, paróquias e sínodos. Em comum, são dirigidos pelo Concílio da Igreja, o Conselho da Igreja e a Presidência.

A FLD atua em 5 áreas temáticas, sendo elas a diaconia, os direitos humanos, a justiça sócioambiental, a justiça econômica e a ajuda humanitária. Na área da diaconia,

Figura 24 - Atuação Diaconal da FLD

A atuação diaconal acontece em distintos níveis e de diferentes formas. No caso específico da FLD, interessa apoiar instituições e comunidades luteranas e/ou da ecumene que já assumiram o seu papel como protagonistas sociais e que promovem ações de transformação nas sociedades onde estão inseridas – ou seja, deve haver uma nítida interrelação entre diaconia e desenvolvimento.

A FLD se propõe a atuar na articulação de experiências e atores diaconais, no fomento da reflexão e do diálogo teológico com ênfase na diaconia e no desenvolvimento, na formação e na capacitação de agentes diaconais e no apoio a projetos.

Fonte: Fonte: www.fld.com.br (2020)

Na área dos direitos humanos, a FDL se apoia em um “Brasil de jovens, mulheres e homens que se dedicam à construção de uma nação mais justa e mais igualitária. São pessoas que, ao se reunir em grupos e movimentos, contribuem para que direitos transformem-se em políticas públicas e em mudanças de atitudes e comportamentos individuais e coletivos”.

Figura 25 - Apoio de projetos da Fundação Luterana de Diaconia

É neste contexto que a FLD incide, em parceria com diversos grupos e redes, através do apoio e desenvolvimento de projetos apoiados pela cooperação local, nacional e internacional, comunidades e igrejas e poder público.

Fonte: Fonte: www.fld.com.br (2020)

À Fundação Luterana de Diaconia cabe apoiar, acompanhar e desenvolver iniciativas junto aos seus parceiros e à sociedade civil que questionem as injustiças socioambientais e ao mesmo tempo representem contribuições ao desenvolvimento sustentável. Sustentável significa usufruir protegendo, o que implica, ao mesmo tempo, um direito (o de usufruir) e um dever (o de conservar), tendo como base as seguintes lutas:

Figura 26 - Sobre a atuação da Fundação Luterana de Diaconia

A luta para uma justiça econômica aponta para a atuação da FLD em diversos níveis:

1. Apoio a projetos de desenvolvimento local com garantia de direito a trabalho digno. A cidadania política é complementada pela cidadania econômica.
2. Apoio a iniciativas comunitárias de trabalho e renda que fortaleçam a autonomia econômica de mulheres e de jovens. O reconhecimento da participação e da liderança política, econômica e social das mulheres é um aspecto crucial do desenvolvimento.
3. Apoio para a comercialização solidária, o comércio justo e o consumo consciente. O desafio da busca por uma justiça econômica significa também a luta pela transformação de valores e estruturas que promovem o consumo exagerado e não responsável, a exploração dos trabalhadores e a exploração dos recursos naturais. Os grupos sociais estão começando a trabalhar com a percepção de mercados como uma realidade econômica e social e, ao mesmo tempo, como um espaço de resistência contra a exclusão e um espaço de organização social de produção para poder alcançar um processo de emancipação, cidadania e transformação da sociedade.
4. Fortalecimento de organizações populares e movimentos sociais e incidência em políticas públicas voltadas para o desenvolvimento sustentável. Grande parte da mudança de comportamento e de estruturas depende de políticas públicas. Temas para incidência são, entre outros, a construção de um marco legal para empreendimentos econômicos solidários, coleta seletiva de materiais recicláveis com inclusão de catadores, auditoria da dívida externa, regulação dos sistemas financeiros, monitoramento orçamentário dos gastos públicos e democratização da comunicação.

Fonte: Fonte: www.fld.com.br (2020)

Já a inclusão do tema Emergência/Ajuda Humanitária na atuação institucional da FLD deu-se em 2011, a partir do vínculo com a Aliança ACT (Action by Churches Together), uma associação global de igrejas e organizações relacionadas a igreja. Assim como a FLD, a ACT é dedicada à erradicação da pobreza, injustiça e à defesa dos direitos humanos. Sua atuação integra a promoção do desenvolvimento a longo prazo, a ajuda humanitária em emergências e catástrofes e o envolvimento em incidência pública. Ao se ocupar com essas temáticas, existe igualmente a necessidade de conhecer melhor a capacidade do Estado em responder a emergências no Brasil, sobretudo através da Defesa Civil. Atuar em resposta a emergências implica cobrar que as políticas públicas e a atuação do Estado sejam efetivas também na disponibilização de recursos financeiros, humanos e técnicos.

A atuação da FLD se dá, especialmente, em parceria com sínodos e comunidades da Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil e com apoio da Ajuda da Igreja Norueguesa – AIN, nas áreas de apoio psicossocial e de apoio a iniciativas de retomada de desenvolvimento pós-catástrofe, como projetos de geração de trabalho e renda, entre outros identificados pelas comunidades locais.

Meu primeiro contato com a Fundação Luterana ocorreu no ano de 2010 quando a então assessora de projetos, senhora Marilu Menezes, reportou a mim o convite para auxiliar a equipe responsável na montagem da mostra Nem Tão Doce Lar³⁴ no Dia da Igreja do Sínodo Nordeste Gaúcho em Caxias do Sul/RS. Naquele período Marilu vinha de uma longa trajetória como coordenadora pedagógica do Lar Padilha, Instituição localizada no interior da cidade de Taquara/RS e local onde iniciei minha trajetória profissional após concluir o curso de magistério, em 1997. Nossos laços afetivos não foram interrompidos após minha saída do Lar no ano 2000 para assumir o concurso público no magistério estadual e sempre que podia, me via inserido em oficinas, mostras culturais e outros projetos junto ao Lar Padilha.

Passado algum tempo do convite para auxiliar no evento em Caxias do Sul fui recomendado a ministrar oficinas de aprimoramento de técnicas em artesanato, focando meus esforços na busca por uma identidade local para essa produção. A Fundação Luterana apoiava projetos relacionados a rede de comércio justo e solidário e foi por essa via que me inseri nos grupos, colocando em prática os conhecimentos adquiridos durante minha formação em Moda, principalmente da identificação das etapas projetuais e na construção de produtos, me deslocando aos grupos no interior do estado do Rio Grande do Sul, promovendo oficinas com mulheres empreendedoras na sede da FLD em Porto Alegre e foi por meio do Projeto Pampa que tive acesso à comunidade quilombola Rincão da Chirca onde ocorreu a oficina de feltragem em lã de ovelha.

Figura 27 - Logotipo da AEVAS



Fonte: www.aevash.weebly.com
(2020)

A AEVAS - Associação Evangélica de Ação Social em Novo Hamburgo - é uma OSC - Organização da Sociedade Civil - que foi criada em meio às tentativas comunitárias de interferir, positivamente, nas dificuldades de grupos sociais que ficam a margem e não conseguem inserir-se de forma justa nas políticas adotadas pelo poder público. Fundada em 17 de julho de 1996 pela então Paróquia Evangélica de Confissão Luterana em

³⁴ A Nem Tão Doce Lar envolve uma metodologia de intervenção coletiva para a superação da violência familiar. Trata-se de uma mostra itinerante que possibilita a popularização da discussão e do enfrentamento da violência, com informações e imagens que denunciam a violência sofrida por mulheres, crianças e jovens. (Nota do autor)

Novo Hamburgo, a AEVAS é uma entidade civil de direito privado, sem fins econômicos e dirigida por Diretoria, Conselho Fiscal e Conselho Consultivo, compostos por pessoas voluntárias. Sempre observando sua missão e princípios a AEVAS, com o trabalho dedicado de profissionais e de voluntários, mantém e administra o CINVIDA - Centro de Inclusão à Vida, Centro Comunitário Raio de Sol, o Abrigo CECRIFE e seis Escolas Municipais de Educação Infantil, oferecendo diariamente atendimento a mais de 700 crianças e adolescentes e aproximadamente 2.000 refeições diárias.

Figura 28 - Carine Machado de Oliveira



Fonte: Arquivo pessoal da interlocutora (2021)

A pedagoga Carine Machado de Oliveira era a diretora do Centro Comunitário Raio de Sol no bairro Roselândia na ocasião da realização da oficina “Alinhavando Vidas”; ela já trabalha na AEVAS há oito anos e, atualmente, é diretora da Escola Municipal de Educação Infantil Ipê Amarelo, também no bairro Roselândia. *Percebo que Carine tem um carinho muito especial pelo projeto Alinhavando Vidas e se esmerou em manter unido o grupo de mulheres, mesmo após a finalização da oficina. Mostrou-se sempre*

disposta a colaborar para a realização do trabalho que se apresenta e, no dia 28 de junho de 2021, seguindo todos os protocolos de segurança contra a COVID, pudemos conversar sobre sua trajetória na AEVAS e sobre as atividades da Instituição.

Sobre a AEVAS, ela complementa as informações disponíveis no site da Instituição informando que

Eles iniciaram, então, os trabalhos no CECRIFE, que era o centro cristão feminino, onde atendiam mulheres que estavam grávidas e não tinham família para acolher aquelas crianças e mulheres em situação de risco e vulnerabilidade social. Por anos eles fizeram esse trabalho social e logo após eles começaram um trabalho no bairro Roselândia com pessoas carentes, em situação de vulnerabilidade, principalmente mulheres, para que elas tivessem alguma profissão (Trecho da entrevista com Carine Machado de Oliveira, em 28/06/2021, informação verbal).

Carine informa, ainda, que “a AEVAS é uma instituição que se baseia na fé e no amor cristão, que foi criada pela igreja, apartidária e que o trabalho de acolhimento social contempla todas as pessoas, independente de credo”. No tempo em que atuou como diretora do Centro Comunitário Raio de Sol lembra que

as primeiras oficinas que foram oferecidas foi corte e costura e artesanato... nós tínhamos capoeira e tínhamos também informática. No período em que eu trabalhei, a gente trabalhou a dança também... era para mulheres, a gente iniciou trabalhando com mulheres, auxiliando também e tentando que elas tivessem alguma profissão... depois a gente sentiu a necessidade, porque algumas delas vinham e traziam as crianças, não tinham com quem deixar, a gente também criou projetos para ter as crianças... então tinha capoeira, dança, informática e logo após, junto com o município de Novo Hamburgo a gente teve a terceira idade, atividades físicas para a terceira idade (Trecho da entrevista com Carine Machado de Oliveira, em 28/06/2021, informação verbal).

A trajetória da AEVAS passa por transformações no momento em que passa a administrar algumas escolas de educação infantil na cidade de Novo Hamburgo, em uma parceria com a Prefeitura Municipal e quando transforma o CECRIFE em casa de acolhimento, atendendo em torno de 25 crianças. A sustentabilidade e a garantia do trabalho promovido e prestado pela AEVAS, em benefício as comunidades de Novo Hamburgo e região,

só são possíveis por meio do trabalho de seus profissionais, ajuda de voluntários e apoio financeiro de parceiros (pessoas físicas e jurídicas) que auxiliam a AEVAS a, diariamente, realizar a missão de ajudar ao próximo e a se comprometer com a construção de um mundo melhor e mais digno a todos. Por sua origem, a AEVAS conta com o apoio e parceria constante das comunidades da IECLB, através de seus membros e departamentos; do Sínodo Rio dos Sinos - do qual a Comunidade da Ascensão NH faz parte - e da Obra Gustavo Adolfo³⁵ (OGA).

Atualmente a AEVAS mantém e administra o Centro de Inclusão à Vida - CINVIDA – oferecendo cursos de capacitação profissional para jovens e adultos nas áreas de marcenaria, informática, corte e costura, artesanato, padaria e confeitaria e o Centro Comunitário Raio de Sol

³⁵ A Obra Gustavo Adolfo (OGA) é uma organização religiosa, sem fins lucrativos, histórica e confessionalmente vinculada com a IECLB. A história da OGA está intimamente vinculada com o Gustav-Adolf-Werk da Alemanha, entidade criada em 1832 e tem por objetivo ajudar comunidades em dificuldades, especialmente onde cristãos evangélicos eram minoria.

Figura 29 - Sobre o Centro Comunitário Raio de Sol

Sobre

O Centro Comunitário Raio de Sol está situado no bairro Roselandia de Novo Hamburgo/RS, bairro periférico, que possui uma comunidade carente e com defasagens na área da Educação, Cultura, Esporte, Lazer e Saúde. É um espaço de acolhimento que busca promover e fortalecer ações e atividades que auxiliem no desenvolvimento e preparo de crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade e risco social.

A estrutura conta com um espaço amplo e área de recreação gramada com brinquedos de pátio, edificação térrea, com salão para múltiplas atividades, laboratório de tecnologias digitais, equipado com 5 computadores e acesso à internet, 1 sala com recursos para oficinas de corte/costura e artesanato, 1 sala com equipamentos para aplicação das oficinas de Exergames, 1 secretaria, 1 cozinha, banheiros, 1 lavanderia e área coberta para múltiplas atividades com geladoteca disponível para alunos e comunidade em geral, buscando o incentivo a leitura.

O Centro Comunitário Raio de Sol, há 23 anos é mantido pela AEVAS - Associação Evangélica de Ação Social que tem como objetivo promover ações embasadas nos valores culturais, sociais, afetivos e educacionais, alicerçados na ética e no amor cristão, colaborando para o desenvolvimento integral da identidade de crianças, adolescentes e famílias, inserindo-as na sociedade. Atualmente estão sendo oferecidas no Centro Comunitário Raio de Sol as oficinas de dança, informática, capoeira, exergames, artesanato e ginástica para a terceira idade. Todas elas são gratuitas para a comunidade e mantidas através de parcerias e doações diversas.

Fonte: Fonte: www.aevashn.weebly.com (2020)

Segundo Carine, a escolha do bairro Roselândia para a implementação de projetos sociais se dá no momento em que a Comunidade Evangélica da Ascensão identifica o bairro como “um bairro com maior carência no município” na época (anos de 1980). Neste contexto, as mulheres ligadas ao grupo da OASE (Ordem Auxiliadora das Senhoras Evangélicas) “começaram com oficinas de artesanato, corte e costura; eram todas voluntárias da igreja que vinham fazer, distribuiu ranchos, roupas e auxiliavam toda a questão da vulnerabilidade das pessoas”.

Minha indicação para atuar como instrutor na oficina Alinhavando Vidas partiu da coordenadora do Curso de Moda da Universidade Feevale, professora Emanuele Magnus; ela tinha conhecimento da minha trajetória e do meu engajamento em projetos sociais desenvolvidos durante e após minha formação. Entrei em contato com a diretora do Centro Comunitário Raio de Sol, Carine Oliveira, para uma reunião na sede da AEVAS que fica próximo ao Colégio Pasqualini, na rua Marquês de Souza no bairro Hamburgo Velho em Novo Hamburgo. Peguei um ônibus no centro da cidade para me deslocar até lá.

Quando cheguei, me apresentei para a Anelise (secretária na época e que me reconheceu pelo trabalho que eu realizava no Teatro Feevale, como indicador de plateia). A Ane, como era carinhosamente tratada por todos, ficou muito feliz em me

rever e na possibilidade de eu ministrar uma oficina junto às mulheres do bairro Roselândia.

Logo em seguida fui encaminhado a uma sala onde encontrei com a diretora Carine. Nós não nos conhecíamos até aquele momento e a conversa transcorreu de forma muito tranquila onde ela me apresentou o projeto e o seu cronograma de realização. Em dado momento da reunião adentrou a sala a administradora da AEVAS na época, a senhora Fabiane Kuhn... foi uma surpresa sem tamanho pois a Fabiana era minha conhecida da época em que estudei na Fundação Evangélica de Novo Hamburgo e sua mãe, a professora Edi Kuhn havia sido minha professora em didática da música durante o curso de Magistério. Conversamos um pouco, ela me deu as boas-vindas e continuamos com a reunião.

Relembro que Carine estava muito empolgada com a realização do projeto... ela já me mostrou as máquinas de costura que seriam deslocadas até o bairro Roselândia, me mostrou as dependências da AEVAS e os espaços onde ocorriam as oficinas de informática e marcenaria. A tarde transcorreu muito agradável e ela se comprometeu a entrar em contato comigo posteriormente, após o término das outras conversas para seleção da pessoa responsável por administrar a oficina, o que ocorreu em dois dias com a escolha do meu nome como educador social deste projeto.

A partir da identificação das Instituições, da forma como se divulgam publicamente e das minhas memórias em torno do acesso a elas, apresento no próximo capítulo as oficinas realizadas com os diferentes grupos de mulheres, tratando das tecnologias sociais direcionadas a inclusão social e, a partir da narrativa das interlocutoras, de que forma esse trabalho auxilia no desenvolvimento da cidadania.

Toda a experiência social produz e reproduz conhecimento e, ao fazê-lo, pressupõe uma ou várias epistemologias. Epistemologia é toda a noção ou ideia, refletida ou não sobre as condições do que conta como conhecimento válido. É por via do conhecimento válido que uma dada experiência social se torna intencional e inteligível. Não há, pois, conhecimento sem prática e atores sociais. E como umas e outros não existem senão no interior das relações sociais, diferentes tipos de relações sociais podem dar origem a diferentes epistemologias.

Boaventura de Sousa Santos em "*Epistemologias do Sul*"

7. “COSENDO SABERES” – AS TECNOLOGIAS SOCIAIS COMO ALIADAS À INCLUSÃO SOCIAL

Segundo Dagnino (2014), as tecnologias sociais buscam apresentar soluções para o desenvolvimento de grupos, se aprofundando nos seus problemas sociais para produzir conhecimentos transformadores pela própria comunidade atendida. As tecnologias sociais promovem

(...) a transformação social, a participação direta da população, o sentido de inclusão social, a melhoria das condições de vida, a sustentabilidade socioambiental e econômica, a inovação, a capacidade de atender necessidades sociais específicas, a organização e a sistematização da tecnologia, o diálogo entre diferentes saberes — acadêmicos e populares — a acessibilidade e a apropriação das tecnologias, a difusão e a ação educativa, a construção da cidadania e de processos democráticos, entre outros, que são sustentados por valores de justiça social, democracia e direitos humanos (DAGNINO, 2010, p. 18).

Nesse sentido, remonto os projetos “Inventando Moda”, “Teares do Pampa” e “Alinhavando Vidas” por meio de uma pesquisa de acervo. Os dados que aparecem neste capítulo foram solicitados às instituições promotoras das oficinas, em caráter formal, durante o processo de pesquisa e provêm dos projetos encaminhados pelas instituições às agências de fomento, além das memórias minhas e das interlocutoras acerca das oficinas realizadas e essa reconstrução se complementa com as notas visuais de campo captadas durante a realização das atividades.

O Projeto Inventando Moda teve como meta desenvolver aulas de qualificação para o trabalho e de geração de renda para famílias atendidas pelo Centro de Vivência Redentora; desde sua implantação em 2007, mais de 100 mulheres já participaram do projeto e em 2011 as integrantes do grupo participaram das Feiras Municipais de Economia Solidária realizadas no centro da cidade de Novo Hamburgo. Algumas mulheres seguiram participando das reuniões do Fórum Municipal de Economia Solidária, mesmo após a finalização do projeto.

De acordo com uma pesquisa realizada em 2011, as famílias atendidas pelo Centro de Vivência Redentora apresentam renda baixa: aproximadamente 30% dos pais trabalham em indústrias na região, 43% das famílias têm na sua renda familiar mais de um salário mínimo, 36% mantêm-se com o mínimo, 16% sobrevivem com menos de um salário e 5% não tem salário; 87% têm luz própria e 13% não. Quanto

ao número de filhos, 28% possuem dois filhos, 22% têm três filhos e 11% têm seis ou mais. No que se refere a situação de moradia 74% tem casa própria, porém terrenos irregulares ou invasões, 18% moram em casas cedidas e 8% em casas alugadas. Importante ressaltar ainda que, 43% destas famílias recebem auxílio do Governo Federal e muitas delas têm a mãe como única provedora do lar.

O projeto Inventando Moda se propôs a desenvolver atividades que visam à capacitação para ampliar as oportunidades de trabalho, criando condições para o aumento de renda. As atividades foram focadas em princípios como preservação e cuidados com o meio ambiente, reaproveitando aquilo que poderia ser descartado (como roupas e retalhos de tecidos) e, pela importante contribuição para a inclusão produtiva, para o estímulo ao empreendedorismo, para a geração de trabalho e renda e para o desenvolvimento humano, o que justificou a sua realização.

Ao assumir a chefia familiar dobram-se as preocupações e as responsabilidades e, conseqüentemente, a relação da mulher com o mundo do trabalho tem suas oportunidades e possibilidades reduzidas. A Fundação Semear, por meio do Centro de Vivência Redentora, acredita que essas informações são o que motivam a procura das mães e mulheres da comunidade por cursos gratuitos de capacitações no CVR. O que a Fundação Semear defende são projetos e programas que ofereçam atividade produtiva que incorpore, além das necessidades econômicas, as necessidades culturais e o prazer por aquilo que está sendo produzido para que tenham possibilidades de desenvolver outras atividades que contribuam significativamente na capacidade de conquista de autonomia pessoal e econômica e no protagonismo feminino.

Para Helena Thomé, gestora da Fundação Semear, o primeiro passo para alcançar o protagonismo está relacionado à autoestima:

ninguém vai ter um protagonismo se não tem essa autoestima desenvolvida: então você tem que começar um trabalho bem de base, você começa a trabalhar a questão da autoestima, de desenvolver e dar oportunidade para que essas mulheres mostrem a sua capacidade, mostrem o seu valor e que se entendam como pessoas realmente importantes que são. Depois disso outros trabalhos vão sendo acrescentados, como acesso a direitos, para que elas tenham essa condição de buscar os seus direitos e fazê-los serem respeitados, além de inúmeras questões como a violência doméstica, do provento da família (muitas dessas mulheres são geradoras de renda das suas próprias famílias) e começa tudo com a questão da autoestima. No momento em que você está integrada, que você está reunida com mais mulheres e que essas outras pessoas também têm, às vezes, algumas dificuldades em comum, elas vão se sentindo parte, vai crescer o

pertencimento porque elas não vão se sentir sozinhas. Então você começa a trabalhar essas questões até chegar no protagonismo, onde essas mulheres se sentem de fato valorizadas e assumem a sua real importância (Trecho da entrevista com Helena Thomé, em 20/08/2021, informação verbal).

As oficinas foram desenvolvidas em dois encontros semanais de três horas de duração e naquela edição, teve uma turma composta por 15 mulheres. Durante o primeiro mês foi realizada a inscrição das candidatas interessadas em participar das oficinas; a seleção das participantes se deu conforme os critérios adotados e buscou, primeiramente, atender as mães e responsáveis de crianças e adolescentes, alunos do programa socioeducativo Centro de Vivência Redentora. As vagas remanescentes foram disponibilizadas à comunidade e, caso houvesse a necessidade, as crianças e adolescentes, filhos e filhas das participantes, poderiam ser inseridas em oficinas do CVR, ou seja, enquanto a mãe estava no projeto a criança com idade acima de seis anos receberia atendimento nas oficinas oferecidas pela instituição. Essa estratégia contribuiu com a inscrição daquelas interessadas pois trouxe tranquilidade em relação ao cuidado com os filhos e filhas durante o período de participação na oficina.

No ano de 2012 o projeto Inventando Moda teve a sua segunda edição: ele havia acontecido no ano de 2009, ocasião em que o grupo foi convidado a participar do desfile das peças criadas no evento na cidade de Gramado/RS e em 2012 com esta nova proposta de desenvolvimento de produtos para comercialização. Em 2009 o projeto teve apoio do Instituto Nestor de Paula e, em 2012 foi apoiado pelo Instituto da Mama do Rio Grande do Sul. A memória da participação do Centro de Vivência Redentora no evento em Gramado está muito viva para a gestora Helena:

Na época nós recebemos um convite para participar do Salão Internacional do Couro e do Calçado em Gramado/RS e nós conseguimos uma passarela; ali nós apresentamos essa coleção que foi produzida por essas mulheres e o desfile foi feito com os adolescentes do Centro de Vivência Redentora (nós unimos aqui os dois grupos de atendimento, o adulto e os adolescentes). Nós preparamos essas crianças, elas tiveram aulas de postura, de desfile e elas foram para uma passarela onde tinha pessoas do Brasil e do exterior assistindo. Eu lembro muito bem que antes do nosso desfile houve um outro desfile (que na época foi de uma atriz global, linda e maravilhosa) ... a feira, praticamente se voltou ao entorno daquela passarela para ver essa atriz global desfilando lindos sapatos e depois era o nosso; então existe aquela expectativa “poxa, como é que vai ser né? as pessoas vendo essas peças produzidas com o resto, digamos assim, com material reutilizado, de uma forma simples, com crianças aqui da comunidade apresentando”.

Nós abrimos o desfile com a música (percussão) que era um outro grupo de atendimento do CVR e depois foi, então, o nosso desfile. E ao contrário do que eu achei que poderia ser difícil aumentar, juntar mais pessoas, a feira se voltou para a passarela porque eles ficaram impressionados, primeiro, com a música e depois com que eles estavam vendo e a proposta que estava sendo

apresentada naquela passarela. Então foi surpreendente, nós tivemos uma repercussão nacional com os jornalistas de outros estados que queriam entrevistar até as crianças e eles diziam: “isso não é um desfile, isso é uma proposta que pode ser seguida por muitas outras organizações e outros setores”. Então foi realmente uma gratificação, foi muito emocionante ver as nossas crianças desfilando e depois nós mostramos tudo isso para essas mulheres que fizeram (porque algumas foram junto, não conseguimos levar todas) e elas conseguiram ver as suas peças sendo apresentadas no evento, que normalmente elas não teriam acesso se não fosse a disponibilidade oferecida pelo projeto (Trecho da entrevista com Helena Thomé, em 20/08/2021, informação verbal).

Para o desenvolvimento desta segunda edição do projeto foi construída uma nova sala, anexa ao CVR, que abrigaria as oficinas e na ocasião da inauguração deste espaço, todos/as os/as educadores/as sociais envolvidos nas oficinas foram convidados/as a estarem presentes, para serem apresentados à comunidade.

O anexo foi projetado, também, com objetivo de oferecer um espaço adequado para a exposição e comercialização de produtos confeccionados pelos grupos de aprendizagem. Este local foi batizado como “Bazar Social” e, a necessidade para a construção deste espaço anexo foi proporcionar um ambiente agradável para a realização do curso, bem como para a exposição permanente de produtos. O espaço teve uma organização inicial para a inauguração, mas foram as mulheres que, no início do curso, deixaram o espaço com a sua identidade. Foram colocadas araras, manequins e prateleiras e, desta forma, todos os materiais produzidos permaneceriam dispostos para comercialização.

Eu estive presente no momento da inauguração do espaço do Bazar Social... Helena havia me convidado dizendo que seria um momento importante para o projeto, onde os/as educadores/as sociais seriam apresentados à comunidade e aos gestores/apoiadores da Fundação Semear.

A inauguração do espaço seria realizada no final da tarde, às 18h30min e, logo após, haveria um coquetel de confraternização. Lembro de ter pego um ônibus no Centro da cidade para me deslocar até o Centro de Vivência e pedi ao motorista que me avisasse quando seria a hora de desembarcar. Fazia tempo que eu não realizava aquele percurso e nunca havia feito ele à noite... em algum momento cheguei a pensar que o motorista havia esquecido de me avisar do desembarque pois estava demorando muito para chegar... mas não! Logo em seguida desembarquei ao lado da

antiga escola Adolfina Diefenthäler, caminhei meia quadra e cheguei ao Centro de Vivência.

Tão logo cheguei, reencontrei a Helena que me apresentou à equipe diretiva do CVR e me encaminhou para o espaço onde ocorreria a cerimônia... ficamos no pátio da instituição e, em seguida, foi iniciada a inauguração. Depois das falas protocolares, fomos chamados para sermos apresentados à comunidade que seria atendida pelos projetos que ocorreriam naquele espaço. A sala foi aberta e pudemos transitar pelo seu interior e, neste momento, eu já podia perceber o lugar que acolheria a oficina, com máquina de costura, mesas, bancos, depósito de materiais e exposição dos produtos que foram produzidos na edição anterior do projeto, por meio da técnica de customização.

Figura 30 - Sacola produzida com a técnica de customização



Fonte: acervo do autor (2012)

A equipe de educadores/as sociais participava mensalmente de reuniões de planejamento e organização das atividades com uma pedagoga da Fundação Semear; nestes momentos de formação as participantes do projeto eram dispensadas das atividades. Os conteúdos das oficinas foram trabalhados aliando teoria e prática numa perspectiva centrada em princípios de preservação e cuidados com o meio ambiente, desenvolvendo-se a partir da ideia de reaproveitamento daquilo que poderia ser descartado, como por exemplo, roupas e retalhos de tecido. A questão da sustentabilidade aparece fortemente

vinculada ao projeto sendo reforçada quando Helena comenta que:

O projeto Inventando Moda foi um desafio para nós, porque ele começou a trabalhar com o consumo consciente... então nós gostaríamos de trabalhar com as mulheres alguns módulos e que a customização (porque a Fundação Semear, assim como outras organizações, recebemos muitas doações) utilizasse o que nós temos, vamos trabalhar com o que temos. Então, nós utilizamos exatamente o que a gente tinha: nós tínhamos calça jeans, nós tínhamos uniformes empresariais que eram doados para a Fundação e nós construímos uma coleção e essa coleção, para essas mulheres, foi tão bacana porque ela teve um resultado tão exuberante! Nós conseguimos fazer um desfile com essas peças feitas, por exemplo, com uniforme do açougueiro

lá do supermercado que foi doado para nós, com um cadarço de sapato que algumas empresas doaram, porque era um excedente da sua produção. Então, com esses elementos, com esses itens foi montada uma coleção para que essas pessoas mostrassem o seu trabalho (Trecho da entrevista com Helena Thomé, em 20/08/2021, informação verbal).

O plano de trabalho do projeto Inventando Moda foi dividido em quatro módulos, com carga horária específica para cada um deles, de acordo com o que pode ser observado na tabela 1:

Tabela 1 - Plano de Trabalho da Oficina "Inventando Moda"

PLANO DE TRABALHO – OFICINA INVENTANDO MODA		
MÓDULO	CARGA HORÁRIA	CONTEÚDO
História	07 horas	- História da Moda - Estilo e tendência
Customização	70 horas	- Corte e costura básico para adaptação de peças para a customização. - Técnicas de flores e suas aplicações – flor de fita de cetim, flor de retalhos, flor de feltro, flor de fuxico, flor de renda. - Técnicas de aplicações de retalhos (patchcolagem), etiquetas, strass e botões. - Pintura em tecido - Bordado em pedrarias (lantejoulas, paetê, vidrilho, canutilho, miçangas) - Técnicas de bordados em linha e suas aplicações (ponto russo, ponto corrente, ponto cruz, ponto folha) - Transformação de peças
Acessórios	14 horas	- Confecção de produtos a partir de materiais reciclados – Chapéus, Colares, Anéis, tiaras e bolsas.
Cidadania, gestão e políticas públicas	21 horas	- Ética - Cidadania - Empreendedorismo - Cooperativismo - Princípios da economia solidária - Autogestão - Gestão de empreendimentos solidários - Cálculo de preços e estratégias de comercialização - Cooperativa, associação, microempresa, empresa individual, artesão. - Autoestima - Educação Ambiental

Fonte: elaborado pelo autor a partir do projeto original (2020)

Concomitantemente com as aulas do projeto foi desenvolvido um processo de formação, onde temáticas pertinentes aos universos femininos, familiares e cidadãos estiveram presentes nas discussões de cada encontro. Essas atividades eram conduzidas pela profissional de assistência social que atuava junto ao projeto e contava com a participação de diferentes profissionais na sua realização, integrando áreas e possibilitando um espaço de formação, aliando a necessidade da geração de trabalho e renda com a educação ampla do ser humano, cujo fomento teve ênfase na economia solidária e no cooperativismo.

Durante toda a execução do projeto, a profissional da área do serviço social esteve acolhendo, cadastrando, conversando, acompanhando e auxiliando as participantes. Iniciamos o projeto com a assistente social Vanessa, que se desligou em seguida para assumir um concurso público na cidade de Esteio/RS. Quem assumiu no seu lugar foi a assistente social Rejane, que participava com entusiasmo das atividades propostas e que monitorava as ações para que tudo ocorresse no tempo e no prazo planejado; coube também a Rejane acompanhar as participantes com faltas não justificadas, no intuito de evitar a evasão e promover o retorno da participante ao grupo.

Quando Lidiane participou da oficina Inventando Moda no ano de 2012, Viviane tinha 9 anos e ficava na escola: “eu levava a Viviane na escola, voltava e fazia o curso lá no CVR, né? Eu ficava lá, fazia o curso e na hora que saía e ia lá buscar a Viviane na escola... entre o horário de aula dela eu fazia o curso né?” O que motivou Lidiane a participar do curso foi a oportunidade de aprender técnicas que não sabia: “muita coisa que a gente aprendeu... daí a gente foi lá e tinha um professor e um monte de colegas né? Eu não sabia fazer a customização né? Então foi lá que eu aprendi né?”

O convívio com as colegas do curso são memórias muito presentes para Lidiane, “a gente teve uma amizade que tem até hoje... tem as que moram pelo bairro a gente se vê até hoje!” e as relações de amizade são fortalecidas. Ela lamenta que essas oportunidades não continuam, no momento em que os convênios não são renovados e o fomento para a sua realização, acaba: “É uma pena que não continua sabe? Porque tem o CVR ali e podia continuar... para essas pessoas, para quem está em casa, para as mães né?”. Lidiane rememora o espaço que está montado no Centro de Vivência e que, na ocasião, foi construído para abrigar as oficinas de geração de renda com as mulheres e conclui que “seria ótimo ter (mais cursos) porque daí

poderiam chamar as mulheres do bairro que estão em casa para fazer alguma coisa né?”

Instiguei Lidiane sobre a importância do Centro de Vivência e como é que enxerga esse espaço, qual a importância desse espaço para o bairro, ao que ela conclui que

é ótimo para as crianças porque ali tem um monte de atendimento que fazem né? e tudo gratuito...imagina até balé eles dão ali e tudo gratuito né? Tem muita gente do bairro que não tem condições para pagar e assim pelo menos as crianças fazem alguma atividade né? Participam no turno contrário né? É bem legal, bem legal mesmo (Trecho da entrevista com Lidiane Gorete Barbian, em 19/03//2021, informação verbal).

Para estimular o voluntariado e a troca de conhecimento entre as participantes do projeto, comunidade e demais entidades sociais foram propostos eventos com a comunidade externa, no formato de oficinas (uma direcionada a pessoas da comunidade local e outra para pessoas de outra entidade social) no intuito de multiplicar técnicas e conhecimento aprendidos no projeto, propondo que as participantes pudessem disseminar este conhecimento, assumindo o papel de multiplicadoras dos saberes adquiridos, numa perspectiva de trocas de saberes. A partir disso, as mulheres tiveram uma vivência para organizar suas produções e comercializar, gerando renda para a sua própria família.

Foram propostas saídas de campo com as participantes do projeto com o objetivo de conhecerem outros grupos e novas perspectivas de trabalho dentro da área de customização, cooperativismo e economia solidária. Foi feita uma visita à Justa Trama³⁶ na cidade Porto Alegre e ao grupo de Economia Solidária da cidade de Novo Hamburgo. Além disso, no final do ano, as mulheres de todos os projetos desenvolvidos naquele período desfrutaram de uma viagem até a cidade de Gramado onde puderam, entre outras coisas, visitar a feira de artesanato e o Museu da Moda. Para coroar o momento de formatura foram entregues os certificados de conclusão do curso e promovido um desfile onde as participantes puderam mostrar os produtos

³⁶ A Justa Trama é composta por trabalhadores(as) organizados(as) em empreendimentos da economia solidária. São mulheres e homens agricultores, fiadores, tecedores, costureiras, artesão e coletores e beneficiadores de sementes. É gente que acredita no comércio justo e solidário e em relações de produção sem exploração. A Cooperativa Central Justa Trama é uma cadeia produtiva, processo que inicia no plantio do algodão agroecológico e vai até comercialização de peças de confecção produzidas com este insumo. (Nota do autor)

desenvolvidos no decorrer da oficina e confraternizar com as demais participantes e familiares.

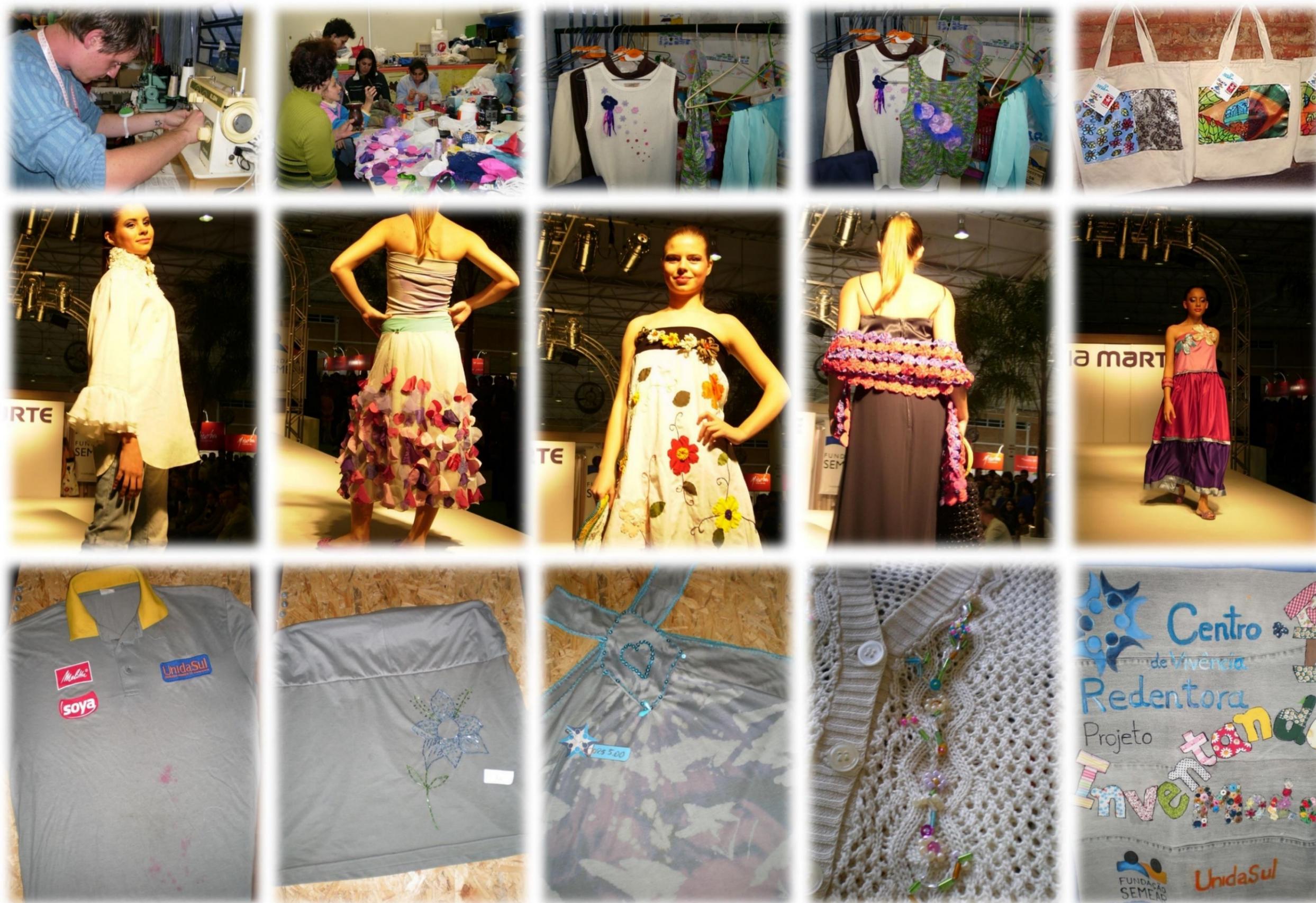
A partir do término do curso, Lidiane informa que os saberes construídos naquela ocasião continuam sendo importantes no seu dia a dia:

coisas que eu aprendi de costuras, coisas que eu até hoje eu ainda faço, né? Que eu tenho a minha máquina, que eu ainda faço... tem os cortes das gola "V" que tu ensinou para nós, que daí às vezes eu também faço... toalhinhas bordadas também, de ponto cruz, porque ponto cruz eu já mais ou menos sabia né? Daí eu faço a toalhinha, boto renda... coisas que a gente aprendeu tudo a fazer contigo lá né? Eram maravilhosas aquelas tardes, era muito bom! A gente saía de casa né? Eu só estava em casa né? Então, para mim, foi muito bom naquela época... daí eu saía, ia lá e aprendia alguma coisa... assim a gente só fica em casa, não aprende nada né? Que tu não se dedica para aprender alguma coisa sozinha, né? Assim a gente ia lá, aprendia um monte de coisas... foi muito bom as tardes lá! (Trecho da entrevista com Lidiane Gorete Barbian, em 19/03//2021, informação verbal).

A gestora Helena Thomé finaliza suas impressões sobre o Inventando Moda informando que

foi um projeto feito com muito carinho e nós conseguimos apresentar uma vitrine, mostrar os produtos que foram desenvolvidos aqui na época, vendendo e mostrando o trabalho que foi desenvolvido. Foi realmente um projeto que teve um grande êxito e nós esperamos que, em breve, outros projetos venham acontecer depois dessa paralisação do atendimento presencial e que a gente possa ter resultados tão bons quanto foi o Inventando Moda (Trecho da entrevista com Helena Thomé, em 20/08/2021, informação verbal).

Figura 31 - Mix dos produtos confeccionados na oficina Inventando Moda



Fonte: Acervo do Autor (2012)

Em abril de 2015 me desloquei para a fronteira oeste do estado do Rio Grande do Sul, para a cidade de Rosário do Sul onde está a comunidade quilombola Rincão da Chirca. O convite partiu da Fundação Luterana de Diaconia para que fosse ofertado às mulheres daquele lugar uma oficina de aprimoramento de técnicas no manejo da lã e a proposta foi de uma oficina onde seriam trabalhadas as técnicas de feltragem da lã da ovelha crioula para sua posterior comercialização. Esta atividade era uma das tantas outras desenvolvidas pelo Projeto Pampa naquela ocasião.

Fui de ônibus até a cidade de Rosário do Sul, uma viagem de cerca de 400 quilômetros; peguei o ônibus na rodoviária de Porto Alegre e cheguei em Rosário quase no fim da tarde. Me acomodei no hotel para que, no próximo dia, eu e Beatriz (a assessora de projetos da FLD que me acompanhava) nos deslocássemos até o quilombo.

Figura 32 - O amanhecer a caminho do Rincão da Chirca



Fonte: acervo do autor (2015)

Saímos cedo da cidade de Rosário rumo ao Rincão da Chirca. A oficina iniciaria às 9 horas e o percurso, de quase 80 quilômetros era feito, em grande parte, em estrada de chão batido e areia. Para conseguirmos nos deslocar, precisamos do apoio de um carro que fosse mais alto para que não corrêssemos o risco de atolar na areia. O trajeto, iluminado pelo sol

que nascia, era de muita beleza, formações rochosas e grandes campos que nos acompanhavam.

O Projeto Pampa³⁷, apoiado por Pão Para o Mundo – PPM, recebeu dois apoios consecutivos (2013 a 2015 e 2016 a 2018). No período de 2013 a 2015, o Projeto Pampa (denominado inicialmente de “Projeto de Minimização de Impactos Socioambientais através de estratégias urbanas e rurais no estado do Rio Grande do Sul”) teve duas frentes de atuação: uma na área da saberes e práticas que valorizam

³⁷ As informações sobre o Projeto Pampa foram coletadas na página do projeto na Internet. Também por estarem realizando trabalho remoto desde o início da pandemia da COVID-19, não foi possível acesso ao projeto na íntegra e à solicitação da atividade das mulheres da Comunidade Quilombola do Rincão da Chirca. (Nota do autor)

o bioma Pampa, com grupos da agricultura e da pecuária familiar, e uma na área de resíduos sólidos, com grupos de catadoras e catadores de materiais recicláveis. Neste período o Projeto teve como objetivo valorizar práticas e saberes de populações urbanas e rurais. Tratava-se do início da atuação da FLD na fronteira oeste do RS, iniciando por um diagnóstico e posteriormente por diversas atividades em 12 municípios naquela região (Barra do Quaraí, Quaraí, Uruguaiana, Alegrete, Rosário do Sul, Cacequi, São Francisco de Assis, Manoel Viana, Unistalda, Maçambará, Itaqui e São Borja), além de atividades nas regiões do Vale do Rio Pardo e metropolitana de Porto Alegre.

Para a segunda fase do projeto, no período de 2016 a 2018, o Projeto Pampa manteve as duas frentes de atuação, denominados de Manejo de Recursos Naturais (Componente 1) e Manejo de Resíduos (Componente 2), tendo como objetivo do projeto:

Contribuir para a qualificação do manejo de recursos naturais, para a destinação adequada de resíduos e o fortalecimento do protagonismo dos grupos na região da fronteira oeste do estado do Rio Grande do Sul, tendo em vista processos de mitigação e adaptação a mudanças climáticas, por meio de assessoria técnica, capacitação e incidência em políticas públicas (Fundação Luterana de Diaconia, 2020, texto digital).

Nesta fase o projeto ajustou seu foco de atuação (em relação à primeira fase) que passou a ser comunidades rurais (assentamentos de reforma agrária, comunidades quilombolas e pecuaristas familiares) no Componente 1 e associações e cooperativas de catadoras e catadores de materiais recicláveis no Componente 2, em sete municípios da Fronteira Oeste (Uruguaiana, Santana do Livramento, Quaraí, Rosário do Sul, Alegrete, Manoel Viana e São Francisco de Assis).

Em relação ao Componente 1 o projeto buscou valorizar saberes e práticas da população local relacionados à conservação do solo e da biodiversidade e este componente receberá atenção. Sobre a participação no edital de seleção de grupos que poderiam ser contemplados, Mariglei comenta que:

nós mulheres nos reunimos, estava a situação financeira bem complicada aqui na região e o trabalho em lã sempre esteve presente aqui... então a gente sentiu essa necessidade de ampliar isso, de buscar isso, de criar coisas novas a partir da lã, tingimentos, peças em lã, aprender a feltrar, aprender a fazer outras coisas em lã. E no momento em que surge o projeto as mulheres pensaram 'é isso que a gente quer, vamos fazer isso!' Nós tínhamos um grupo maior de mulheres... nós tinha a Luciana, que não era da comunidade era vizinha aqui, nós tínhamos na época a Lina também que estava bem

interessada e tinha outras mulheres que eram da comunidade porém não eram quilombolas, a gente tinha um grupo maior. Aí nasce essa vontade da gente querer ir além (uma delas foi além e está criando uns artesanatos lindos e os artesanatos dela já andam até por São Paulo) e nesse período a gente achou que seria uma boa possibilidade de buscar se aprimorar nessa matéria-prima que a gente tem disponível aqui na região, porque todo mundo tem uma ovelha e a lã está presente aqui! a gente começa a pensar como que a gente vai trabalhar essa lã, se a gente não tem um conhecimento formado sobre feltragem, tingimento... aí a Fundação Luterana entrou em contato contigo, teve o interesse da tua parte em vir conhecer essas mulheres aqui do quilombo, enfim... (Trecho da entrevista com Mariglei Dias de Lima, em 03/12/2021, via Google Meet, informação verbal).

A oficina de feltragem de lã aconteceria no dia 16 de abril... durante aquela semana providenciei os materiais necessários para a sua realização, adequando-os para a realidade do grupo que seria atendido. O processo de feltragem exige alguns materiais bastante específicos e isso poderia não surtir o resultado que eu esperava junto com o grupo.

Comprei aqueles “espaguetes” de piscina para trocar pelos rolos de madeira utilizados na compressão das fibras... substituí o sabão de oliva pelo sabão de glicerina (pois a técnica exige que seja utilizado algum tipo de gordura) e, para acelerar o processo de feltragem, levei uma quantidade de plástico bolha mais resistente que, pelas suas características, auxilia na “massagem” das fibras de lã para a sua transformação em feltro.

Iniciamos a oficina organizando o espaço: trouxemos algumas classes escolares para a rua e a oficina ocorreu ao ar livre. Num primeiro momento, fiz uma breve explanação da técnica que seria compartilhada com as mulheres para, em seguida, começarmos a produção do feltro. Enquanto conversávamos, já tínhamos colocado a água para esquentar (pois o processo exige fricção e temperatura) e ralamos o sabão de glicerina para misturar à água quente. Mariglei já havia separado algumas meadas da lã limpa e cardada³⁸ e as mulheres pegaram, cada uma, certa quantidade de lã. O trabalho para realização da feltragem exige que a lã seja disposta, em chumaços muito finos, em diferentes sentidos (horizontal, vertical e diagonal) para que as fibras, no momento do seu manuseio, se entrelacem e formem um tecido resistente.

³⁸ A cardagem da lã consiste em “pentear” os fios com uma escova de aço para que as fibras fiquem alinhadas na mesma direção. Este processo é feito após a lavagem e limpeza da lã e a comunidade dispõe de ferramentas próprias para este fim.

Figura 33 - Fotocronografia da oficina de feltragem de lã na comunidade quilombola Rincão da Chirca



Fonte: Acervo da Fundação Luterana de Diaconia - FLD (2015)

A oficina estava dividida em dois momentos: na parte da manhã, cada mulher produziria um feltro, aplicando a técnica proposta de modo a criar um primeiro tecido com as fibras de lã. Essa atividade teve duração de duas horas e, quando concluímos, pudemos ir almoçar.

Eu e Beatriz fomos convidados por Mariglei para almoçarmos na casa de Dona Hilka, sua mãe, que preparou um cardápio muito saboroso e com gostinho campeiro: tinha arroz, feijão, variedades de carnes assadas, quase tudo produzido na comunidade. E, fechando o cardápio, dona Hilka nos ofereceu compota de frutas em calda que ela mesma havia feito.

Durante o almoço pudemos conversar longamente sobre a comunidade, suas dificuldades e das transformações que ocorreram a partir do reconhecimento enquanto comunidade quilombola. Naquela ocasião, Mariglei já relatava da dificuldade em conseguirem a perfuração de um poço artesiano para as moradoras e moradores do quilombo visto que o problema na escassez de água é recorrente no lugar.

Retomamos a oficina na parte de tarde e a proposta, neste momento, era o desenvolvimento de uma peça utilizando a técnica. Eu havia conseguido com uma colega que trabalhava num hospital em Novo Hamburgo vária chapas de radiografia e, utilizando este material, pudemos criar peças com tecido duplo, como foi o caso do chapéu de feltro produzido por Mariglei.

Pra nós, naquele momento, foi maravilhoso... as gurias fizeram mais algumas coisas... mas depois a gente perde 3 mulheres desse grupo e aí começa um trabalho individual. A Elvira vai trabalhar na casa dela, ela deslancha, está ali, tá no mercado e eu acho que é uma coisa maravilhosa. A gente criou mais algumas coisas: as boinas de lã e outras coisas que a gente criou através da feltragem. Na época as mulheres queriam fazer um colete de lã, mas depois teve a dispersão deste trabalho coletivo, e acaba cada um por si. Mas é uma coisa que nós temos tudo ali, a gente até pensou em entregar ou repassar isso pra frente (Trecho da entrevista com Mariglei Dias de Lima, em 03/12/2021, via Google Meet, informação verbal).

Os saberes de Mariglei sobre os processos de manufatura da lã aparecem no nosso diálogo quando ela informa que

todo o processamento da lã, se vai fazer manual, tem que ser num período mais frio pra fazer fogo, lavar essa lã, pra ter essa fervura da lã, para que depois, quando se tem o fio pronto poder imergir esse fio numa água quente para que aconteça selagem, enfim... então todo esse processo ele precisa ser num período mais frio... eu fico pensando que a produção do fio precisa ser no inverno, no inverno tem que se dedicar só pra fazer fio, pra fazer todo

esse processo... no período que vem depois, que vai chegando a primavera, é o momento de fazer as tecelagens (Trecho da entrevista com Mariglei Dias de Lima, em 03/12/2021, via Google Meet, informação verbal).

Esses saberes se mantêm vivos na comunidade e, a partir da satisfação das mulheres com a oficina de feltragem, já se ventila um novo encontro no Rincão da Chirca para o desenvolvimento de tingimento natural desta fibra presente em todas as casas, utilizando plantas e ervas nativas do bioma pampa.

Finalizamos a oficina com cada uma das mulheres tendo produzido duas peças utilizando a feltragem de lã. os momentos de trocas de saberes foram únicos e muito gratificantes para todos e todas nós. Ao final da oficina nos despedimos e retornamos para a cidade de Rosário do Sul, de onde eu sairia a meia noite com destino à Porto Alegre.

Na semana seguinte, dia 23 de abril de 2015, participei do lançamento do projeto “Alinhavando Vidas” no bairro Roselândia em Novo Hamburgo. Fui convidado para a inauguração do espaço destinado à oficina de corte, costura e artesanato que havia sido montado no Centro Comunitário Raio de Sol e que abrigaria, a partir daquele momento, essas atividades. Para a inauguração, além de mim e da educadora social Nelda (responsável pela oficina de artesanato) estavam presentes membros da diretoria da AEVAS, pessoas ligadas à Igreja e mulheres que participariam como alunas.

O projeto “Alinhavando Vidas” (que foi aprovado com recursos da Fundação Gaúcha do Trabalho e Assistência Social - FGTAS para o desenvolvimento de atividades relacionadas a corte, costura e artesanato) já traz em seu nome, as redes e conexões que se estabeleceriam no decorrer dos trabalhos. Alinhar é unir dois tecidos com pontos largos que depois serão cosidos com pontos miúdos e definitivos. E esta era a proposta do projeto: alinhar vidas para que posteriormente essa “costura definitiva” trouxesse renda, bem-estar social e configurasse redes de solidariedade entre as participantes do projeto, numa perspectiva de intercâmbio de saberes e práticas.

Com o intuito de integrar, ampliar e colaborar com projetos sociais nas comunidades onde atua, por meio de atividades que possibilitem o desenvolvimento humano e profissional, a AEVAS, em parceria com a Associação dos Moradores do Bairro, implantou no bairro Roselândia, um Centro Comunitário de Ação Social (Centro

Comunitário Raio de Sol) com intuito de oferecer possibilidades de desenvolvimento social e profissional para famílias e crianças da região, onde são desenvolvidos cursos nas mais variadas áreas, possibilitando a inclusão sócio-laboral no mercado de trabalho por meio de formações humanas e técnicas específicas.

Além das atividades voltadas a formação profissional, este Centro também contempla atividades para a formação de crianças, como aulas de música e instrumento, biblioteca, oficinas de artesanato, oficina de brinquedos, entre outras. O projeto Alinhavando Vidas visou à implantação de oficina de corte, costura e artesanato, com o objetivo de promover o desenvolvimento psico-criativo, a autoestima, o aprimoramento e a capacitação para inserção o mercado de trabalho além da criação de grupos de Economia Solidária, com a produção de peças que seriam comercializadas comunitariamente para benefício de seus participantes e sustentação deste e de demais projetos do espaço.

Figura 34 - Construções no bairro Roselândia



Fonte: acervo do autor (2020)

Por meio de entrevistas realizadas nas escolas em que atua no bairro a AEVAS identificou uma demanda e uma oportunidade de auxiliar a comunidade, bastante carente, em seu desenvolvimento sócio-laboral.

A proposta foi de promover junto à comunidade local, uma consciência social, por meio de capacitações e criação de grupos de Economia Solidária, gerando renda para o grupo e recursos para sustentabilidade do projeto.

Figura 35 - Atividade de separação de tecidos para confecção de bolsas



Fonte: acervo do autor (2015)

O objetivo geral do projeto foi a implantação da Oficina de Corte, Costura e Artesanato Comunitária associada à oferta de oportunidades de as pessoas interessadas, preferencialmente as de maior nível de vulnerabilidade econômica e social, se apropriarem de conhecimentos e desenvolver habilidades e técnicas

adequadas à produção de produtos têxteis e artesanais.

Após aquisição dos equipamentos e instalação da Oficina, eram oferecidos cursos práticos, estruturados em módulos independentes e cada um priorizando determinados produtos, proporcionando uma noção geral das técnicas aplicadas. Os encontros aconteciam nas terças e quintas-feiras, nos turnos da manhã e tarde, atendendo, em cada turno, oito mulheres.

O espaço destinado à realização do projeto abrigava, antigamente, a creche do bairro... são várias salas que formam o todo. Entrando na sala encontramos três máquinas de costura domésticas, daquelas antigas, mas em perfeito estado de funcionamento. À direita, ao final de um corredorzinho, uma sala onde eram armazenadas as doações de materiais. Indo para a esquerda, havia uma mesa comprida (que era a junção de duas mesas) para a realização das atividades e na cabeceira desta mesa, mais à esquerda, uma outra sala só com máquinas de costura (industriais e domésticas, de costura reta e overloques). Ao fundo da sala havia prateleiras onde eram acondicionados os materiais de uso comum (régua, fitas métricas, lápis, papéis, alfinetes).

Figura 36 - Fotocronografia da oficina Alinhavando Vidas no bairro Roselândia em Novo Hamburgo



Fonte: Acervo da Associação Evangélica de Ação Social - AEVAS (2015)

Nílvia foi uma das participantes do projeto e ela conta como foi incentivada a participar:

No começo as minhas filhas me incentivaram muito né? “Mãe, vai, eu vi uma plaquinha na frente da escola mãe! Vai lá e faz um cursinho... tu já sabe um pouquinho... vai lá que vai ser bom para ti”, mas eu tinha muita vergonha de ir né? Disse “não vou aprender né coisa nenhuma!” Aí as gurias me incentivando: “vai, faz a inscrição”. Daí eu pensei de tanto as gurias me incomodar eu fui, fiz a inscrição. A primeira aula que eu tive... todo mundo com aquela trena na mesa, e risco pra cá e risco pra lá e eu não estava entendendo nada né? Pensei “ai, não sei se eu vou na outra!”. Vim para casa, daí chegou o dia de ir e eu disse “vou ir, não tenho nada pra fazer, aí eu fui!” E na terceira aula o professor me perguntou pra mim se eu estava gostando da aula, daí eu aproveitei que eu estava sozinha eu e o professor e eu disse que eu não estava entendendo nada, que eu não sabia o que era milímetros, centímetros (o metro mais ou menos eu sabia porque ia até o cem, eu tinha uma noção), mas que que era centímetro eu não sabia. E daí ele me incentivou muito... e eu fui até o fim da aula (Trecho da entrevista com Nílvia Santos de Aquino, em 14/05//2021, informação verbal).

Nílvia relata com satisfação suas criações após o término da oficina:

as cortinas da Raio (de Sol) foi todo eu que fiz... a Vânia não te mostrou? Foi tudo eu que fiz! Pra tu ver, né? Não é uma bênção de Deus? Eu mesma eu vou lá e olho e penso “mas não fui eu que fiz?” Eu não imagino que fui eu que fiz aquilo ali... as cortinas da minha sala, lindas, maravilhosas que eu fiz! Eu olho assim “bah, eu que fiz!”... do meu quarto também... hoje eu sei medir, eu meço “preciso de tanto... tanto eu preciso descontar porque vai na dobra”. Hoje é uma bênção de Deus Cris! Olha sem palavras! Eu só sabia o básico: fazer uma bainha, colocar um fecho... hoje eu sei dizer as palavras: “fazer um pencezinho” eu dizia uma preguinha... eu não sabia dizer... agora é pence... para tu ver, eu não sabia e eu aprendi... quando eu via era quatro horas eu não queria que terminasse aquela aula, que tinha coisa para terminar e eu queria ver pronto né? Quanta bolsa eu fiz também para vender, Cris? Tu não tem noção de quanta bolsa eu vendi depois do curso... fiz tanta bolsa, tanta bolsa! Para as guria aqui eu vendo as bolsas, as bolsas da cozinha ali quase todas foi eu que fiz... Eu sou grata sabe? Sou grata! Agora eu estou na luta, quero comprar outra máquina para mim (porque o meu sonho é comprar uma daquelas, que trabalha dentro do óleo, industrial). Eu quero comprar uma dessas! Eu tenho a máquina, aquelas que nem as de mesa lá! Eu faço tudo nela só que ela é mais devagar, né Cris? E eu sou muito agitada, eu gosto de coisa que rende, não sou de ficar parada sabe? A minha máquina eu ganhei das minhas filhas, de presente... jamais vou me desfazer dela! (Trecho da entrevista com Nílvia Santos de Aquino, em 14/05//2021, informação verbal).

A pedagoga Carine de Oliveira entende a importância das oficinas para as mulheres do bairro no momento em que as práticas não são vistas, somente, como geração de renda (intuito inicial dos projetos na Raio de Sol):

eu vejo muito como um auxílio psíquico, porque muitas delas (como o bairro tinha, há um tempo atrás, muita violência, muita drogadição) a gente tinha muitas que perderam seus filhos ou os filhos estavam envolvidos com drogas, mulheres em situação de vulnerabilidade e risco social, os maridos muito agressivos, pessoas com a autoestima muito baixa né? Então eu acredito que, além da geração de renda (que muitas delas saíram dos cursos sabendo

costurar e fazendo serviços para fora) foi muito a questão psicológica, elas ocupavam a cabeça, elas conversavam, elas tinham outras ideias, outros olhares, outras visões... então acredito que, não só como geração de renda mas como uma autoestima elevada, muitas delas saíram bem melhores das formações (Trecho da entrevista com Carine Machado de Oliveira, em 28/06/2021, informação verbal).

A questão da autoestima aparece, também, na fala de Nílvia quando ela rememora o projeto: “tu não imagina como isso me ajudou pra minha cabeça, pra minha autoestima... se tivesse um novo e como eu fazer de novo, eu ia fazer”.

Ao final do curso, para a formatura, foi proposta a realização de um desfile e, neste momento, as alunas colocariam em prática os conhecimentos adquiridos durante a sua formação. *O momento de conclusão da oficina foi especial: fiz um sorteio do que deveria ser produzido entre todas as alunas do projeto. As peças seriam aquelas com as quais elas tiveram contato durante o processo e eu auxiliaria cada uma delas a colocar em prática esses conhecimentos. Para que o desfile se configurasse como uma coleção, elencamos algumas peças que seriam importantes estarem presentes no desfile, entre calças, blusas, saias, vestidos e bermudas. O momento do sorteio foi de diversão e apreensão pois algumas alunas ficaram receosas em desenvolver a modelagem, cortar o tecido e costurar a peça. Conversamos para que essas inquietações se desfizessem e demos seguimento ao processo.*

Convidamos algumas pessoas da comunidade para desfilarem as criações das alunas... suas filhas, a filha da diretora Carine, algumas professoras das escolas administradas pela AEVAS na redondeza. Houve uma grande mobilização para tornar possível este momento.

Numa tarde de aulas, já neste processo de criação da peça final, relembro do caso de uma aluna, Nair: a peça que ela deveria produzir era uma bermuda em jeans, com aplicação de bolsos e zíper... a modelagem desta peça é composta por diferentes partes e o seu processo de construção não é tão simples. Nair precisou mensurar, “tirar as medidas”, da professora que seria a sua modelo, pois as peças eram feitas em tamanho sob medida. A tomada de medidas foi uma das primeiras atividades realizada na oficina onde as alunas, em duplas, mensuravam o corpo da colega e anotavam as medidas em uma tabela de medidas.

Nair se deslocou até a escola de educação infantil ao lado da Raio de Sol, anotou as medidas da sua modelo e iniciamos a confecção do molde para seu posterior desenvolvimento. Quando faltava somente alguns acabamentos, pedi que Nair fosse até sua modelo para fazer a prova final da peça (o horário em que a professora estaria disponível era o mesmo período em que parávamos nossas atividades para fazer um lanche). Nair saiu e nós, que ficamos no projeto, fizemos nosso intervalo.

Pouco tempo depois Nair retornou chorando... a apreensão tomou conta de mim e de suas colegas que ficamos em silêncio, esperando. Quando indaguei o que havia acontecido ela me disse: “professor, a peça serviu perfeita”! Ainda me emociono com essa lembrança... com o abraço que recebi da Nair e com a euforia das suas colegas pelo resultado que ela alcançou.

A formatura foi o momento de brindar as conquistas das mulheres das oficinas de artesanato e de corte e costura: o material produzido pelas artesãs foi exposto no pavilhão do Centro Comunitário Raio de Sol. Antes do desfile das peças foram entregues os certificados de participação nos cursos, momento de uma emoção para as participantes.

Para Nílvia, a noite de formatura foi muito especial, pois sua família estava presente no evento, assim como os familiares das demais formandas:

Tivemos formatura, ganhei uma surpresa das filhas também (que era o que elas tanto queriam, né?). Eu nem fiquei na festinha, só peguei um pedaço de bolo e vim para casa porque elas queriam que eu viesse para casa, que elas tinham uma surpresa em casa para mim. Fizeram uma janta para mim, maravilhosa, com buquês de rosa e tudo! Eu nunca esperava que elas ficariam tão felizes por mim! Hoje eu costuro para elas, faço calça de moletom para os netos, faço legging para elas, para mim... só não faço para fora, mas conserto, sempre a máquina está cheia. Porque é muita coisa pra mim... hoje eu trabalho fora... eu nunca fico uma semana sem sentar na máquina... sempre tenho o que fazer! (Trecho da entrevista com Nílvia Santos de Aquino, em 14/05//2021, informação verbal).

Enquanto responsável pelo espaço, na época, Carine finaliza informando que “o curso ele foi, desde o início ao fim, maravilhoso e gratificante”. Ainda estão presentes, fortemente em sua memória a formatura (que ocorreu em formato de desfile) e a visita feita ao laboratório do curso de Moda da Universidade Feevale, “momento em que elas tiveram contato com coisas que eu acho que elas jamais conheceriam”.

Elas trazem o relato que não sabiam como medir, calcular... então foi maravilhoso... a gente tem até hoje o contato com essas pessoas (porque eu continuo trabalhando no bairro) e elas sempre tem a lembrança né? E foi muito bom porque elas tiveram uma renda e por 2 anos após o término do curso a gente manteve elas no espaço das oficinas, fazendo as coisas para vender no bairro: almofadas, toucas, várias coisas que elas aprenderam no curso... eu acredito que tenha sido assim, para a vida né? Mercado para a vida delas (e para nossa também porque é inesquecível, foram momentos inesquecíveis!) (Trecho da entrevista com Carine Machado de Oliveira, em 28/06/2021, informação verbal).

Figura 37 - Matéria do Jornal NH sobre as atividades no laboratório da Universidade Feevale

4 QUARTA-FEIRA, 26.8.2015 / JORNAL NH COMUNIDADE

Linhas e agulhas costuram a cidadania

Mulheres do projeto Alinhavando Vidas participam de atividades do curso de Moda da Feevale

JUAREZ MACHADO/GES

CAROLINA ZENI

Técnicas de modelagem, corte e costura retrataram um dia especial para as mulheres do bairro Roselândia, ontem, na Universidade Feevale, em Novo Hamburgo. Pelo menos 14 participantes do projeto Alinhavando Vidas, do Centro Comunitário Raio de Sol, puderam participar de uma oficina nos laboratórios do curso de Moda da instituição.

Conduzida pelo mestreando em Processos e

Manifestações Culturais e Educador Social do projeto, Cristian Metz, a visita aos laboratórios da instituição busca apresentar o maquinário que o curso de Moda dispõe. "Todas puderam utilizar suas técnicas em bustos de modelagem que não têm acesso no Alinhavando Vidas, aprendendo mais sobre a técnica moulage, que abrange a criação de uma peça de vestuário diretamente sobre o busto", explica. "Com certeza, essa é uma experiência única na vida dessas mulheres



OFICINA: participantes aprenderam a técnica moulage

pelo aperfeiçoamento que estão adquirindo aqui, além do conhecimento que poderá gerar renda e o protagonismo e fortalecimento delas em suas vidas", complementa.

Para a dona de casa Vera Pinheiro, 50 anos, todo o aprendizado foi muito interessante. "Algumas técnicas eu nem imaginava que existiam", conta.

SAIBA MAIS

O projeto Alinhavando Vidas é realizado no Centro Comunitário Raio de Sol, no bairro Roselândia, pela Associação Evangélica de Ação Social (Aevas), de Novo Hamburgo.

A iniciativa conta com oficina de corte, costura e artesanato. De acordo com a diretora do Alinhavando Vidas, Carine Oliveira, o principal objetivo é aprimorar suas técnicas de costura, além de promover a autoestima e a capacidade destas mulheres no mercado de trabalho. Contato: (51) 9342-5210.

ELAS DISSERAM

NAIR FORQUEZATTO, 53 anos, estudante

"Eu simplesmente adorei ter essa oportunidade de nos reunirmos aqui. Tudo é incrível, a modelagem, a costura, as técnicas."

SIMONE DA R. CARDOSO, 37 anos, dona de casa

"Eu já trabalhei com artesanato e conserto de roupas e poder aprender mais aqui na oficina é muito legal e gratificante."

Fonte: acervo do autor (2015)

Promover a visita aos laboratórios do Curso de Moda da Universidade Feevale oportunizou às mulheres o contato com materiais e equipamentos aos quais não tiveram acesso durante a realização da oficina.

Entrei em contato com a coordenação do curso que prontamente disponibilizou o espaço para a realização da atividade e, naquela tarde, os grupos foram unificados em turno único. Os momentos de trocas de saberes foram muito proveitosos para as mulheres que conheceram, naquela oportunidade, a técnica de modelagem tridimensional realizada diretamente sobre os bustos próprios para este fim.

As oficinas “Inventando Moda”, “Teares do Pampa” e “Alinhavando Vidas” se apresentaram como espaços importantes para o aprimoramento de técnicas em corte, costura e artesanato porém, sua atuação perpassa os ofícios. A partir das trocas de saberes construídas durante as práticas na oficinas ministradas consigo identificar, nas falas das interlocutoras, a categoria emancipação, que se enquadra entre a participação e o protagonismo e essas trocas têm por objetivo principal a emancipação humana (ADORNO, 1995). Ela cria condições para que as pessoas sejam capazes de desenvolver plenamente suas potencialidades.

A emancipação feminina não pode ser entendida como uma dissociação das mulheres com os homens e sim, como uma afirmação de si como um ser socialmente ativo e que busca pela igualdade de direitos pois “libertar a mulher é recusar encerrá-la nas relações que mantém com o homem, mas não as negar; ainda que ela se ponha para si, não deixará de existir *também* para ele” (BEAUVOIR, 2009, p. 500, grifo da autora) e as oficinas foram espaços importantes para a percepção do protagonismo das mulheres nos seus territórios e pela luta constante no enfrentamentos às desigualdades sociais que se apresentam nestes lugares atuando, principalmente, na promoção da cidadania e na inclusão social das participantes.

BORDAR

Verbo

1. transitivo direto e intransitivo

ornamentar (tecido) com fios (de algodão, seda, prata etc.) e/ou elementos decorativos (lantejoulas, pérolas, fitas etc.).

"bordou um manto"

1. bitransitivo

FIGURADO (SENTIDO)•FIGURADAMENTE

espalhar cores, formas; colorir, ornar, enfeitar.

"A natureza bordou de graciosas flores a campina"

8. “BORDANDO MEMÓRIAS” – A PARTICIPAÇÃO NAS OFICINAS PELAS VOZES DAS INTERLOCUTORAS

Transcorrido todo percurso, escrever as considerações finais deste trabalho se configura para mim, enquanto autor, em algo mais fácil. Tenho as memórias das oficinas ministradas ainda muito claras, mesmo transcorrido bom tempo entre a sua realização. Para me auxiliar neste processo, conto com as memórias das interlocutoras que estiveram presentes durante todo o percurso e que, por meio das suas narrativas, reconstroem este tempo vivido durante e após a sua participação nos projetos, sendo elas que narram o fechamento deste trabalho.

Desta forma, este “capítulo” das considerações finais é apresentado em formato de uma crônica curta e nela é possível perceber o impacto e os atravessamentos que essas atividades tiveram, tanto na vida das mulheres que participaram das aulas como nas gestoras das Instituições que promoveram estas práticas.

A crônica foi editada utilizando o programa Adobe Premiere a partir do material coletado durante as entrevistas por mim realizadas e das notas visuais de campo que fazem parte de acervos meus e das Instituições. Essa história pode ser conferida no link: <https://youtube.com/watch?v=Y-0RudJwS6s&feature=share>.

Figura 38 - Frame da crônica "Inventar - Tecer - Alinhar"



Elaborado pelo autor a partir do Youtube (2022)

BORDADO FINAL

Normalmente, durante o processo de confecção de uma peça de vestuário, o bordado é a última etapa a ser executada. Partindo da criação, modelagem, corte e costura, ornamentar o tecido passa a ser aquele trabalho realizado antes da entrega do produto para quem usará aquela roupa. Entretanto, em alguns casos, o bordado é executado durante o processo de confecção e a peça já se mostra pronta após o último arremate.

Faço este comparativo pois este trabalho, que se configura como uma etnografia multissituada, apresenta um bordado final que já aparece no decorrer da sua escrita. A etnografia permite isso: que se apresente os resultados no decorrer do texto, seja pelas memórias de quem escreve ou daquelas pessoas que participam conjuntamente na construção da narrativa. Quando trago informações rígidas sobre o meu objeto de estudo, que são mulheres trabalhadoras e de camadas populares para situá-las socialmente no espaço onde estão inseridas, complemento aquilo que está presente nos livros históricos com suas narrativas biográficas e trajetórias sociais, fazendo com que se perca parte desta dureza e, unidas às informações, aparecerem as minhas percepções de pesquisador/etnógrafo por meio das memórias de campo.

Como já citei, minha formação na área da Moda não me trouxe conhecimentos sobre o método etnográfico. Acredito que, no momento em que aventurei a conversar com as interlocutoras para a reconstrução da memória do rito funerário que foi objeto de estudo durante o mestrado, fortuitamente dei o primeiro passo para adentrar nesta metodologia. A partir do início da minha trajetória na pós-graduação começo a dialogar com as ciências sociais, a antropologia e esse diálogo se fortaleceu a partir de orientações propostas e leituras realizadas que me inseriram na prática etnográfica. O que me dá certa segurança (e neste momento sou bem audacioso) é o conhecimento que já construí sobre o método etnográfico a partir das experiências que exigiram a articulação entre teoria antropológica e prática etnográfica.

Quando opto por trabalhar com o método etnográfico e uma parcela das técnicas que o caracteriza (que inconscientemente eu já vinha realizando a partir da minha participação nos projetos atendidos, na minha forma de conduzir as atividades a partir daquilo que demonstravam interesse, numa verdadeira prática de observação

participante), percebo uma riqueza de informações que complementam todos aqueles conceitos trazidos pelos autores e pelas autoras que li durante o processo.

Para Malinowski (1981), a quem considero o pai da observação participante, observar e participar para entender é melhor do que simplesmente perguntar, de modo que as respostas vêm com o tempo, junto com a observação e a participação. A análise dos/as pesquisadores e pesquisadoras foram produzidas sequencialmente, durante o ato de observar, tomar notas, acompanhar, participar. No meu entender, a observação participante anda de mãos dadas com as entrevistas não diretivas e semi-estruturadas propostas por Thiollent (1981) dada a forma de apreensão de informações por parte de quem pesquisa.

A partir das trocas realizadas nos encontros de orientação e nas disciplinas trilhadas durante o curso, que tem sua área de concentração fundada na diversidade cultural e na inclusão social, principalmente na linha de pesquisa de políticas públicas fui atravessado por conceitos até então inéditos no meu percurso acadêmico, como já citado na introdução deste trabalho. Trazer os conceitos de inclusão/exclusão, diversidade cultural e as questões étnico-raciais são os alicerces teóricos que me dão o embasamento para reconhecer estes conceitos presentes na sociedade e, principalmente, na narrativa das interlocutoras com as quais construí este estudo. Não fiquei fazendo conjecturas para aproximar este ou aquele conceito no decorrer da escrita desta tese porque penso que nem sempre tudo o que nos é apresentado cabe ser integrado àquilo que estamos pesquisando e à forma como queremos que esses resultados sejam apresentados. Essas relações acabam ocorrendo espontaneamente.

Como ação direcionada às mulheres, este trabalho buscou compreender como a participação e a representação social estimuladas por projetos de ação afirmativa se configuram como instrumentos decisivos de visibilidade atuando, também, como base para o reconhecimento e o acesso à inclusão social. Para destacar e visibilizar a contribuição de diferentes sujeitos/grupos e sistemas culturais na formação dos territórios onde este trabalho está sendo realizado é imprescindível o estímulo, o reconhecimento e a valorização do saber-fazer, a promoção do protagonismo e da autonomia das mulheres envolvidas nestes projetos; deste modo, ao término da tese, conclui-se que esses projetos fortalecem o protagonismo feminino das mulheres do bairro Roselândia (Novo Hamburgo/RS) e do Rincão da Chirca (Serra do Caverá em

Rosário do Sul/RS), percebendo a diversidade cultural presente nestes lugares e de que forma estes grupos se beneficiam com as políticas afirmativas, no que se refere a práticas sociais direcionadas à cidadania.

Por se tratar de uma etnografia multissituada, minha pesquisa aborda, também, os conceitos de território e territorialidade e para trazer esses conceitos à baila, realizei cartografias, localizando os lugares onde as mulheres, parceiras da minha pesquisa estão inseridas, tanto no contexto urbano da cidade de Novo Hamburgo como no contexto do quilombo Rincão da Chirca, em Rosário do Sul. Esse deslocamento entre localidades, com realidades tão distintas, foi importante para perceber as dinâmicas sociais e as rítmicas temporais que se configuram em cada um deles.

Com o trabalho etnográfico, consegui complementar essas informações e isso pode se apresentar como obstáculo para a representação destes cotidianos no momento em que conto com vasto material coletado e das memórias de campo, numa disputa constante entre o que merece estar contemplado no texto e o que não cabe ser utilizado, na tarefa de abreviar o material coletado, reduzindo detalhes, resumindo anotações, relatos de campo e entrevistas, realizando edições para tornar o que foi colhido compreensível no interior daquilo que apresento aqui.

Não é tarefa fácil suprimir informações e/ou relatos observados ou coletados na pesquisa de campo e sempre correremos o risco de deixar algo importante de fora e apresentar alguma informação que não seja tão relevante para trazer aquele universo ao leitor. Adentro a uma estética da realidade, onde a questão da veracidade de uma representação dá uma precisão e um realismo daquilo que está sendo descrito, num estilo polifônico (BECKER, 2012) de relato cooperativo do trabalho de campo onde as vozes das parceiras de pesquisa são as condutoras das narrativas.

Acredito que, enquanto pesquisador/etnógrafo, nossas narrativas têm “poder” de atribuir méritos, culpas e de construir papéis junto aos objetos que pesquisamos; contudo, devemos acima de tudo, estar moral e eticamente envolvidos com as nossas pesquisas de modo que tenhamos uma atividade representacional responsável sobre aquilo que abordamos e/ou pretendemos abordar. Para isso, houve a necessidade de me distanciar do objeto pesquisado, me despindo dos juízos de valores que me

formam enquanto pessoas e trazendo aquilo que realmente é importante ser apresentado.

Mas aí me questiono: o que é importante apresentar? E a resposta à esta pergunta se dá no momento em que volto a campo, capto as informações com as minhas interlocutoras, cruzo essas informações de modo a perceber o que converge ou não entre as suas falas e os conceitos estudados. Essa moldagem do nosso ser pesquisador passa pelo tempo em que estamos envolvidos com o objeto, os tipos e modos de entrevistas que realizamos para obtenção de dados e esses fatores são os responsáveis por gerarem resultados distintos mesmo quando grupos relativamente semelhantes são analisados.

A questão de gênero é um conceito que perpassa toda a construção desta tese a partir da construção da sociabilidade com as mulheres atendidas pelos projetos e pela forma como acessam seus direitos. Nesse sentido, coube tratar da questão de gênero não só como um problema ético e de equidade, mas abordar o empoderamento feminino como um processo a ser estimulado para mudar essas percepções, permitindo um equilíbrio diferente nas relações sociais entre homens e mulheres.

Fazer a distinção entre “dar poder” e dar meios para reivindicar a distribuição de poder permite a consciência da identidade e novas formas de organização das mulheres, sobretudo, no acesso à tomada de decisões das quais geralmente estão excluídas. A abordagem que insere a noção de empoderamento é construída levando em consideração as relações desiguais entre homens e mulheres no desenvolvimento social e parte da análise das relações de gênero, no centro das quais estão as relações de poder, integrando as esferas doméstica e produtiva, inclui uma visão globalizante e não setorial da vida das mulheres.

Não percebo o empoderamento como um processo individual e não coletivo, uma visão individualista e peculiar aos defensores das forças de mercado e da democracia liberal; percebo empoderamento como algo centrado na cooperação coletiva de busca por questionar relações de poder historicamente impostas, pela dimensão coletiva ou individual da consciência, no aumento da autoestima (não só individual, mas também coletiva) por meio da participação em movimentos populares e nas organizações (que devem revisar suas estruturas e procedimentos se desejam

apoiar o empoderamento). Se as instituições não forem alteradas para refletir e representar os interesses das mulheres, o objetivo da igualdade de gênero será dificilmente alcançado.

Apresentei as instituições filantrópicas do terceiro setor que estão diretamente envolvidas nas oficinas pesquisadas e sua atuação orientada para a inclusão social e na consolidação dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS/ONU), principalmente no que diz respeito à igualdade de gênero e a redução das desigualdades. Para contemplar essas questões (e levando-se em conta a pandemia da COVID-19 que não favorecia o encontro presencial) utilizei da netnografia, que colhe comunicações medidas por computador como fonte de dados para chegar a representações etnográficas. Realizei, também, uma entrevista com as gestoras destes espaços para que pudessem, aliadas à técnica de coleta de dados, apresentar conjuntamente as Instituições.

Reconstruir a memória dos projetos (a partir das interlocutoras e de memórias minhas) foi outro ponto chave na escrita deste trabalho. Há uma memória afetiva que me liga às mulheres e aos espaços por onde transitei e retomar essas vivências, nas quais eu estive imerso, me desvia da ideia do “viés do pesquisador”, que pode inserir seus próprios preconceitos e visões de mundo no estudo, influenciando decisivamente no resultado: será que minhas percepções sobre ações afirmativas no campo do trabalho e da geração de renda não seriam outras se eu não fosse um educador social e estivesse presente durante toda a execução dos projetos?

As oficinas nas quais trabalhei e que serviram de base para a escrita deste trabalho se apresentaram como espaços de trocas de saberes e de reconhecimento de saberes tradicionais que permanecem impregnados nas memórias de todas as mulheres, sem exceção. A partir do relato delas, consegui perceber de que forma estes momentos foram importantes para suas vidas e como estes saberes reverberam, ainda hoje, nos seus fazeres. Assim como sugiro na introdução do trabalho, esta pesquisa além de multissituada é multitemporal pois me coloca (juntamente com as interlocutoras) no papel de narradores, num processo de reconstrução de memórias, por vezes longínquas e por outras mais recentes.

Ao mostrarem-se dispostas à troca de saberes e a repensar a forma de manejo e beneficiamento da lã, as moradoras do Rincão da Chirca demonstram o desejo de

manterem-se ativas no processo de produção artesanal de produtos, aplicando novos conceitos e técnicas, para reafirmarem a sua identidade negra e quilombola; em Novo Hamburgo, mesmo com o término do projeto, algumas participantes continuaram frequentando o Centro Comunitário Raio de Sol, aproveitando a estrutura montada para o desenvolvimento das oficinas, constituindo-se numa rede de solidariedade que produz, de forma coletiva, as peças que são comercializadas posteriormente nos brechós promovidos pelo Centro Comunitário, configurando-se como um grupo de economia e comércio justo e solidário.

Este trabalho de forma alguma esgota as possibilidades de discussão sobre o tema. Ele me serve de base para a continuidade dos estudos de gênero, as questões étnico-raciais e as tecnologias sociais direcionadas à inclusão social e esses temas me são caros. Enquanto pesquisador desejo continuar trabalhando com estes temas, trazendo a área da Moda para o debate e inserindo esta área de conhecimento também em minhas pesquisas pois é perceptível como as oficinas de práticas laborais e aprimoramento de técnicas promoveram o protagonismo das mulheres, seja na forma como se beneficiaram com os projetos, na continuidade das relações sociais que foram estabelecidas e que seguiram posteriormente e no benefício no que se refere às práticas sociais direcionadas à cidadania, por meio da geração de renda com a produção e comercialização dos produtos criados.

Desejo que o trabalho apresentado aqui ressoe como uma provocação para que continuemos a pensar a inclusão social como um direito comum à todas as mulheres, homens e crianças. Estamos vivendo momentos sombrios no Brasil quando percebemos que, a cada dia, mais direitos são suprimidos dos cidadãos e cidadãs. Que as ações afirmativas sejam efetivas para todos e todas que delas necessitem e que a luta pelo enfrentamento das desigualdades sociais seja a bandeira que empunhamos por uma sociedade mais justa.

REFERÊNCIAS

- “Movimentos – 90 Anos de Novo Hamburgo”. Direção: Leonardo Peixoto. Produção: Vale TV – Simples Assim. Novo Hamburgo: Simples Assim Projetos e Produções Culturais, 2017.
- ABERS, Rebecca & BÜLOW, Marisa vo. 2011. "**Movimentos sociais na teoria e na prática: como estudar o ativismo através da fronteira entre Estado e sociedade?**". *Sociologias*, n. 28, p. 52-84.
- ADICHIE, Chimamanda Ngozi. **Sejamos todos feministas**; Tradução Christina Baum - 1ª ed. - São Paulo: Companhia das Letras, 2015.
- ADORNO, Theodor W. **Educação e emancipação**. Tradução: Wolfgang Leo Maar. Rio de Janeiro, 3ª edição, Editora: Paz e Terra, 1995.
- ALBERTI, Verena. **Manual de História Oral**. 3. ed. Rio de Janeiro, RJ: Editora FGV, 2005. 236 p.
- ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de Almeida. In: **Quilombos: identidade étnica e territorialidade**. Rio de Janeiro: FGV, 2002.
- Banco de Imagens e Efeitos Visuais (BIEV/UFRGS). **Narradores Urbanos - Hélio R. S. Silva** (Documentário) – 17'32"
- BAUMAN, Zygmunt. **Vidas desperdiçadas**. Rio de Janeiro, RJ: Jorge Zahar, 2004. 170 p.
- BEAUVOIR, Simone de. **O segundo sexo**. 2ª ed. Rio de Janeiro/RJ: Nova Fronteira, 2009.
- BECKER, Howard S. **Falando da sociedade: Ensaios sobre as diferentes maneiras de representar o social**. 1ª Ed. Rio de Janeiro/RJ: Zahar, 2009. 402p.
- BECKER, Howard S. **Segredos e truques da pesquisa**. Rio de Janeiro/RJ: Jorge Zahar, 2007.
- BECKER, Howard S. **Métodos de pesquisa em ciências sociais**. Tradução Marco Estevão e Renato Aguiar. São Paulo/SP: Editora Hucitec, 1993. 180p.
- BIANCO, Fernanda Silva. **As gerações de direitos fundamentais**. Disponível em <https://www.direitonet.com.br/artigos/exibir/3033/As-geracoes-de-direitos-fundamentais#:~:text=Al%C3%A9m%20do%20mais%2C%20a%20evolu%C3%A7%C3%A3o,os%20de%20segunda%20e%20terceira>. Acesso em 22/04/2021.
- BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina** 3 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.
- BOURDIEU, Pierre. **A economia das trocas simbólicas**. São Paulo: Perspectiva, 2007.
- BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Lisboa: Deifel, 1989

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília/DF: Centro Gráfico, 1988.

BRAUDEL, Fernand. História e Ciências Sociais: a longa duração. Revista de História, nº62, Volume XXX., Ano XVI. Universidade de São Paulo, Abril-Junho de 1965. Disponível em <http://www.revistas.usp.br/revhistoria/article/view/123422/119736>

BRAUN, Felipe Kuhn. **História de Novo Hamburgo: 1824-1945**. São Leopoldo: Oikos, 2016.

BUTLER, Judith. **Problemas de Gênero: feminismo e subversão da identidade**. Tradução: Renato Aguiar – 3.ed. – Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

CAMPOS, Andreilino, **Do Quilombo à Favela - A Produção do “Espaço Criminalizado” no Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil. 2005

_____ Quilombo, favela e os modelos de ocupação dos subúrbios: Algumas Reflexões sobre a expansão urbanas sob a ótica dos grupos segregados. In: JESUS, R. de F. et al (orgs.): **Dez anos da Lei nº 10.639/03: Memórias e Perspectivas**. Fortaleza: Editora Universidade Federal do Ceará (UFC)/ Coleção Diálogos Intempestivos, 2013, pp. 243-265;

CARVALHO, Neudimair Vilela Miranda. **Diferença entre direitos humanos e direitos fundamentais**. Disponível em <https://neudimairvilela.jusbrasil.com.br/artigos/486909344/diferenca-entre-direitos-humanos-e-direitos-fundamentais#:~:text=Direitos%20Humanos%20s%C3%A3o%20aqueles%20direitos,fraternidade%20e%20da%20proibi%C3%A7%C3%A3o%20de>. Acesso em 22/04/2021.

CASTEL, Robert. As armadilhas da exclusão in **Desigualdade e a questão social**. orgs. BELFIOREWANDERLEY, Mariângela; BÓGUS, Lúcia e YAZBEK, Maria Carmelita – São Paulo: EDUC, 2000.

CASTEL, Robert. **Desigualdade e a questão social**. Org. Lucia Bógus, Maria Camelita Yazbek, Mariangela Belfiore-Wanderley. 3. ed., rev. e ampl. São Paulo, SP: Educ, 2000. 272 p.

CASTRO, Mary Garcia. **Alquimia de categorias sociais na produção dos sujeitos políticos**. Estudos Feministas 1992.

CERA, Denise Cristina Mantovani. **Quais são os direitos de primeira, segunda, terceira e quarta geração?** Disponível em <https://www.lfg.com.br/conteudos/artigos/direito-constitucional/quais-sao-os-direitos-de-primeira-segunda-terceira-e-quarta-geracao-denise-cristina-mantovani-cera>. Acesso em 22/04/2021.

CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano: 1, Artes de fazer**. Petrópolis: Vozes, 1994.

- CHAUÍ, Madalena. **Participando do debate sobre mulher e violência**. In: CARDOSO, R. (Org.) *Perspectivas antropológicas da mulher* n. 4. Rio de Janeiro: Zahac, 1985.
- CRENSHAW, Kimberle W. **A interseccionalidade na discriminação de raça e gênero**. In: VV.AA. *Cruzamento: raça e gênero*. Brasília: Unifem, 2002
- DAGNINO, Renato P. (Org). **Tecnologia social: ferramenta para construir outra sociedade**. 2. ed. Revisada e ampliada. Campinas, SP: Komedi, 2010.
- DAGNINO, Renato. **Tecnologia social: contribuições conceituais e metodológicas**. Florianópolis, SC: Ed. Insular, 2014. 319p.
- DI JEJÊ. Disponível em <https://coletivodijeje.com.br/>. Acesso em 31/08/2021.
- DOUGLAS, Mary; ISHERWOOD, Baron. **O mundo dos bens: para uma antropologia do consumo**. 2. ed. Rio de Janeiro, RJ: Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2013. 292 p.
- DREHER, Martin Norberto. **A religião de Jacobina**. São Leopoldo: Oikos, 2017.
- DURHAN, Eunice R. **A caminho da cidade – a vida rural e a migração para São Paulo**. Editora Perspectiva, 1978. 250p.
- ECKERT, Cornelia; ROCHA, Ana Luiza Carvalho da. **Etnografia do trabalho, narrativa do tempo**. Porto Alegre/RS: Marcavisual, 2015. 328 p.
- ELIAS, Norbert; SCOTSON, John L. **Os estabelecidos e os outsiders: sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade**. Rio de Janeiro, RJ: Zahar, 2000. 224 p.
- EVANS-PRITCHARD, E.E. - **The Nuer: A Description of the Modes of Livelihood and Political Institutions of a Nilotic People**. Oxford University Press, 1974.
- ELIAS, Norbert; SCOTSON, John L. **Os estabelecidos e os outsiders: sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade**. Rio de Janeiro, RJ: Zahar, 2000. 224 p.
- FAVEREAU, Olivier. **L'Economie des conventions: part 1**. *Actuel Marx*, v. 27, p. 103-113, 1995
- FERES JÚNIOR, João. Ação afirmativa, raça e racismo: uma análise das ações de inclusão racial nos mandatos de Lula e Dilma. In. **Revista de C. Humanas**, Viçosa, v. 12, n. 2, p. 399-414, jul./dez. 2012
- FERNANDES, Danubia de Andrade. **O gênero negro: apontamentos sobre gênero, feminismo e negritude**. *Rev. Estud. Fem.*, Florianópolis, v. 24, n. 3, p. 691-713, Dec. 2016.
- FERREIRA, Denison da Silva. **Território, territorialidade e seus múltiplos enfoques na ciência geográfica**. In. *CAMPO-TERRITÓRIO: revista de geografia agrária*, v. 9, n. 17, p. 111-135, abr., 2014

FOUCAULT, M. [1969] **A arqueologia do saber**. 7. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2007.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da esperança: um reencontro com a pedagogia do oprimido**. 8. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2001. 245 p.

FREYRE, Gilberto. **Casa Grande & Senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal**. 51ª ed. São Paulo: Global, 2006.

GARCIA, Fernando Cacciatore de. **Fronteira Iluminada. História do povoamento, conquista e limites do Rio Grande do Sul a partir do Tratado de Tordesilhas (1420-1920)**. Porto Alegre: Sulina, 2010.

GEERTZ, Clifford. **A Interpretação das Culturas**. Rio de Janeiro, Zahar, 1973.

GEERTZ, Clifford. **O Saber local: novos ensaios em antropologia interpretativa**. 6. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2003. 366 p.

GERTZ, René Ernani. **O aviador e o carroceiro: política, etnia e religião no Rio Grande do Sul nos anos 1920**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2002.

GOMES, Flavio dos Santos. **Mocambos e quilombos: uma história do campesinato negro no Brasil**. 1ª ed. São Pulo/SP: Claro Enigma, 2015. 235 p.

GOMES, Fulvio de Moraes. As Epistemologias do Sul de Boaventura de Sousa Santos: por um resgate do sul global In: **Revista Páginas de Filosofia**, v. 4, n. 2, p. 39-54, jul./dez. 2012

GUIMARAES, Antonio Sergio. Cor e Raça. In: **Raça: novas perspectivas antropológicas**. SANSORE, Livio, PINHO, Osmundo Araújo (Orgs). 2. ed. Rev. Salvador: Associação Brasileira de Antropologia, EDUFBA, 2008.

GUIMARÃES. Antonio Sergio. **Racismo e anti-racismo no Brasil**. São Paulo: Fundação de Apoio à Universidade de São Paulo. Ed. 34. 1999

HAINARD, François/ VERSCHUUR, Christine. **Femmes dans les crises urbaines – relations de genre et environnements précaires**. 2001. UNESCO/Karthala

_____. **Femmes et politiques urbaines – ruses, luttes et stratégies**. 2004. UNESCO/Karthala

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. Tradução de Laurent Léon Schaffter. São Paulo, SP: Vértice/ Revista dos Tribunais, 1990

HOOKS, Bell. **O feminismo é para todo mundo: Políticas arrebatadoras**. Tradução: Ana Luiza Libâneo. Rio de Janeiro/RJ; Rosa dos Tempos, 2018. 144p.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE – Senso 2010 – disponível em <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rs/porto-alegre>, acesso em 06/07/2018.

JUNIOR, Nilson Nunes da Silva. **Segunda dimensão dos direitos fundamentais**. <https://ambitojuridico.com.br/cadernos/direito-constitucional/segunda-dimensao-dos-direitos-fundamentais/>. Acesso em 22/04/2021.

KABEER, Naila. Necessary, suficiente or irrelevante? Women, wages and intra-household power relations in urban Bangladesh. In: **Institute of Development Studies Working Paper**, n. 25, september, Sussex, 1995.

KILOMBA, Grada. **Memórias da plantação – episódios de racismo cotidiano**. Tradução: Jess Oliveira. 1ªed. Rio de Janeiro/RJ: Cobogó. 2019. 248p.

KOZINETS, Robert. V. **Netnografia: Realizando pesquisa etnográfica online**. Porto Alegre: Penso, 2014. 203p.

KUHN, Emerson Ranieri Santos. MARONEZE, Luiz Antonio Gloger. **O trabalho e a modernidade na cidade de Novo Hamburgo segundo o jornal O 5 de Abril**. Conexão – Comunicação e Cultura, UCS, Caxias do Sul – v. 15, n. 29, jan./jun. 2016, p. 167-187 Disponível em <http://ucs.br/etc/revistas/index.php/conexao/article/download/4199/2630>

LARAIA, Roque de Barros. **Cultura: um conceito antropológico**. 17. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2004.

LÉVI-STRAUSS, Claude. **Antropologia estrutural**. 6. ed. Rio de Janeiro, RJ: Tempo Brasileiro, 2003. 456 p.

LIMA, Márcia. “Raça” e pobreza em contextos metropolitanos IN. **Tempo Social, revista de sociologia da USP**, v. 24, n. 2, p. 233-254, 2012.

LIMA, Rita de Cássia Pereira; CAMPOS, Pedro Humberto Faria. **Campo e grupo: aproximação conceitual entre Pierre Bourdieu e a teoria moscoviana das representações sociais**. Educação e Pesquisa, São Paulo, v. 41, n. 1, p. 63-77, jan./mar. 2015.

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, sexualidade e educação. Uma perspectiva pós estruturalista**. Petrópolis, RJ, Vozes, 1997. p. 14-36

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero e sexualidade: pedagogias contemporâneas**. *Pro-Posições* [online]. 2008, vol.19, n.2, p.17-23.

LOSACCO, José Romero. **La invención de la exclusión – Individuo, desarrollo e inclusión**. Caracas/Venezuela: Fundación Editorial El perro y la rana, 2018. 152 p.

LÜCHMANN, Lígia H. H. 2011. **Abordagens teóricas sobre o associativismo e seus efeitos democráticos**. *Rev. Bras. Ciências Sociais* [online]. 2014, vol.29, n.85, pp.159-178.

LUZ, João Hecker. **Jacob Kroeff – Jacob Kroeff Filho – Jacob Kroeff Neto: o Hoteleiro, o Coronel, o Intendente – 1855 a 1966**. Dissertação. Mestrado em História. Porto Alegre: PUC – RS, 2010.

MAGALHÃES, João Carlos Ramos. Histórico das favelas na cidade do Rio de Janeiro. In. **Revista Desafios do Desenvolvimento – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) Ano 7. Edição 63 – 2010**

- MAGALHÃES, Magna Lima. **Associativismo negro no Rio Grande do Sul**. São Leopoldo: Trajetos Editorial, 2017
- MAGNANI, José Guilherme Cantor. **Festa no pedaço: cultura popular e lazer na cidade**. 2. ed. São Paulo, SP: UNESP, Hucitec, 1998. 166 p.
- MALINOWSKI, Bronislaw - **Argonautas do Pacífico Ocidental** – São Paulo: Abril Cultural, 1978
- MALINOWSKI, Bronislaw. **Uma teoria científica da cultura**. Tradução de José Auto. 2ª Edição. Rio de Janeiro, RJ: Zahar Editores, 1978. 216p.
- MARTINS, José de Souza. **A sociedade vista do abismo: novos estudos sobre exclusão, pobreza e classes sociais**. 3. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008. 228 p.
- MARX, K.; ENGELS, F. **Manifesto do Partido Comunista**. 9. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1999.
- MAUSS, Marcel (2006) **Manual de Etnografia**. 1ª ed. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica
- MEIHY, José Carlos Sebe Bom. **Manual de História Oral**. São Paulo, SP. Edições Loyola, 3ª Ed. 2000.
- MOREIRA, Paulo Roberto Staudt. MUGGE, Miquéias H. **Histórias de escravos e senhores em uma região de imigração europeia**. São Leopoldo: Oikos, 2014.
- MOSCOVICI, Serge. **Psychologie des minorités actives**. Paris: PUF, 1979.
- MULLER, Telmo Lauro. **Monumentos em São Leopoldo**. São Leopoldo: sem editora, 1979.
- NEPOMUCENO, Bebel. Mulheres negras: Protagonismo ignorado. In: PINSKY, Carla B; PEDRO; Joana Maria (Orgs.). **Nova História das Mulheres no Brasil**: São Paulo: Contexto, 2012.
- NUNES, Margarete Fagundes. **'O negro no mundo alemão': cidade, memória e ações afirmativas no tempo da globalização**. 2009. 255 p. Tese (Doutorado em Antropologia Social) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis-SC, 2009
- OLIVEIRA, Andressa Rodrigues Sensato/ SILVA, Carla Holanda da - **Território, Territorialidade e Identidade Territorial: categorias para análise da dinâmica territorial quilombola no cenário geográfico**
- OLIVEIRA, André de. Rincão Da Chirca - **Desenvolvimento e etnogênese quilombola de uma comunidade do pampa brasileiro**. Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), 2015.
- OLIVEIRA, Luís Roberto Cardoso de. **Concepções de igualdade e (des)igualdades no Brasil**. Série Antropologia, UnB, 2009.

OLIVEIRA, Luís Roberto Cardoso de. Concepções de igualdade e cidadania. In. **CONTEMPORÂNEA**, n.1, p.35-48, jan-jun. 2011

ONU. **Objetivos de Desenvolvimento Sustentável**. Disponível em <https://brasil.un.org/pt-br/sdgs>. Acesso em 10/12/2020

PALMEIRA, Francineide Santod. Reflexões sobre identidade étnica nos discursos da literatura afro-brasileira In. **CONTRAPONTO: Revista do Departamento de História e do Programa de Pós-Graduação em História do Brasil da UFPI**. Teresina, v. 2, n. 1, fev. 2015.

PEIRANO, Mariza. **A favor da etnografia**. — Rio de Janeiro/RJ: Relume-Dumará, 1995. 180 p.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. **A Burguesia Gaúcha: dominação do capital e disciplina do trabalho (RS: 1889/1930)**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1988.

PETRY, Leopoldo. **O município de Novo Hamburgo**. São Leopoldo: Rotermond, 1959.

POLLAK, Michael. **Memória e Identidade Social**. Estudos Históricos, vol. 5, nº 10. Rio de Janeiro, RJ. 1992.

POUTIGNAT, Philippe; STREIFF-FENART, Jocelyne. **Teorias da etnicidade**: seguido de grupos étnicos e suas fronteiras de Fredrik Barth. 1. ed. São Paulo, SP: UNESP, 1998. 250 p.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ROSÁRIO DO SUL. Disponível em <https://www.rosariodosul.rs.gov.br/> acesso em 12/04/2021.

RATTS, Alex; RIOS, Flavia. **Lelia Gonzales**. São Paulo/SP: Selo Negro, 2010. 173p.

REIS, Marcus Paulo Silva dos. A favela deve ser removida: uma análise do pensamento remocionista no Rio de Janeiro no século XX. In **XIII Encontro de História Anpuh-Rio 2008**

RIBEIRO, Djamila. **O que é Lugar de Fala?** Belo Horizonte (MG): Letramento: Justificando, 2017.

ROCHA, Ana Luiza Carvalho da; ECKERT, Cornelia. **Etnografia da duração**: antropologia das memórias coletivas em coleções etnográficas. Porto Alegre, RS: Marcavisual, 2013. 256 p.

ROCHA, Ana Luiza Carvalho da; ECKERT, Cornelia. **Etnografia: saberes e práticas**. Iluminuras Revista Eletrônica do BIEV/PPGAS/UFRGS, v. 31, p. 1, 2008.

ROCHA, Ana Luiza Carvalho da; ECKERT, Cornelia. **Antropologia da e na cidade, interpretações sobre as formas da vida urbana**. Porto Alegre, RS: Marcavisual, 2013. 303 p.

ROCHE, Jean. **A colonização alemã e o Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Editora do Globo, 1969.

- SABO PAES, J. E. **Fundações e entidades de interesse social**. Brasília: Brasília Jurídica, 1999.
- SANCHES, Solange. **Trabalho doméstico: desafios para o trabalho docente**. Estudos Feministas, Florianópolis, setembro-dezembro/2009.
- SANTOS, Boaventura de Sousa (Org.). **Produzir para viver: os caminhos da produção não capitalista**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002. v. 3.
- SANTOS, Boaventura de Sousa. **A construção multicultural da igualdade e da diferença**. Coimbra: Oficina do CES (Centro de Estudos Sociais). 1999.
- SANTOS, Boaventura de Sousa. **A Gramática do tempo – para uma nova cultura política**. 3ed. São Paulo, SP: Cortez, 2010. 510p.
- SANTOS, Boaventura de Sousa; MENESES, Maria Paula (Org.). **Epistemologias do sul**. São Paulo, SP: Cortez, 2010. 637 p.
- SANTOS, Rodrigo Luis dos. **Convergências de interesses e disputas: as interações e conflitos políticos e religiosos entre Católicos e Evangélico-luteranos no Rio Grande do Sul (análises sobre o município de Novo Hamburgo, década de 1920)**. Revista de História Regional 22(1): 220-242, 2017. Ponta Grossa: UEPG, 2017. Disponível em <http://www.revistas2.uepg.br/index.php/rhr/article/view/9533>
- SANTOS, Suely Xavier dos. **Organização do terceiro setor**. Natal/RN: EdUnP, 2012. 175p.
- SCOTT, Joan. Genre, une catégorie utile d'analyse historique. Disponível em https://www.persee.fr/doc/grif_0770-6081_1988_num_37_1_1759. Acesso em 21/11/2021.
- SCHÜTZ, Liane M. Martins. **Novo Hamburgo: sua história, sua gente**. Porto Alegre: Pallotti, 1992.
- SCHÜTZ, Liane M. Martins. **Os bairros de Novo Hamburgo**. São Leopoldo/RS: Gráfica Sinodal, 2001. 196p.
- SCOTT, Joan Wallach. **"Gênero: uma categoria útil de análise histórica"**.
- SILVA, Hélio R. S. **Travestis: entre o espelho e a rua**. Rio de Janeiro/RJ: Rocco, 2009. 213p.
- SIMMEL, Georg. A sociabilidade (Exemplo de sociologia pura ou formal). In: **Questões fundamentais da sociologia: indivíduo e sociedade**. Tradução de Pedro Caldas. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006.
- SIMÕES, Solange & MATOS, Marlise. 2010. "Ideias modernas e comportamentos tradicionais: a persistência das desigualdades de gênero no Brasil". In: SOUZA, Márcio F. (org.). *Desigualdades de gênero no Brasil: novas ideias e práticas antigas*. Belo Horizonte

SINGER, Paul; SOUZA, André Ricardo de. **A economia solidária no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2000.

SINGER, Paul; SOUZA, André Ricardo de. **Economia política da urbanização**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2002.

SOUZA, Jessé. **A construção social da subcidadania: para uma sociologia política da modernidade periférica**. Belo Horizonte: Editora UFMG; Rio de Janeiro: IUPERJ, 2003. 207 p.

STÜRMER, Arthur Breno / COSTA, Benhur Pinós Da - **Território: aproximações a um conceito-chave da geografia**

TEIXEIRA, Marilane Oliveira. **Um olhar da economia feminista para as mulheres: os avanços e as permanências das mulheres no mundo do trabalho entre 2004 e 2013**

THIOLLENT, Michel Jean-Marie. **Metodologia da pesquisa-ação**. 8. ed. São Paulo, SP: Cortez, 1998. 108 p.

UNICEF. **Declaração Universal dos Direitos da Criança**. Disponível em www.unicef.org/brazil/. Acesso em 04/06/2021.

VASCONCELOS, Maria Drosila. PIERRE BOURDIEU: A HERANÇA SOCIOLOGICA. In. **Revista Educação e Sociedade**. V. 23, Nº 78. Campinas/ São Paulo – Abril, 2002.

VELHO, Gilberto. **Individualismo e cultura – notas para uma Antropologia da Sociedade Contemporânea**. 2.ed. Jorge Zahar Editor: Rio de Janeiro, 1987

VELHO, Gilberto. **O desafio da cidade – novas perspectivas da Antropologia Brasileira**. Rio de Janeiro, RJ: Campus, 1980

VIEIRA, Adriane/ LUZ, Talita Ribeiro da. **Do saber aos saberes: comparando as noções de qualificação e de competência**

WEBER, Roswithia. Animosidade entre Novo Hamburgo e São Leopoldo no pré-emancipação. In: MARONEZE, Luiz Antonio Gloger. **Histórias de Novo Hamburgo: 90 anos**. Novo Hamburgo: Feevale, 2017.

WHITE, Sarah. Men, masculinities and the politics of development IN. **Gender and Development**, vol.5, 1997, p. 14-23

WHYTE, William Foote. **Sociedade de esquina: a estrutura social de uma área urbana pobre e degradada**. Tradução de Maria Lúcia de Oliveira. Rio de Janeiro, RJ: Jorge Zahar Editor, 2005. 400p.

ZALUAR, Alba. **A Máquina e a revolta: as organizações populares e o significado da pobreza**. [2. ed.]. São Paulo, SP: Brasiliense, 1994. 265 p.

ZALUAR, Alba; ALVITO, Marcos (Orgs.). **Um Século de Favela**. 5ed. – Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006. 372p.